



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE



RECIBO DO EDITAL Nº 004/2022 DA TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022

(FAVOR ENVIAR VIA E-MAIL)

Para Editais retirados o licitante interessado em participar desta Tomada de Preço, deve encaminhar a COPEL os dados necessários, para possibilitar comunicações consideradas importantes por parte da Comissão Permanente de Licitação, através do e-mail: copel.pmsajosedojacuipe@gmail.com Horário de expediente para, duvidas, questionamentos e retirada de edital na sede da COPEL é das 08.00 as 12h00 horas.

Preencher os seguintes dados:

NOME DA LICITANTE:

CNPJ:

ENDERECO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE: ()

FAX: ()

E-MAIL:

PESSOA PARA CONTATO:

DATA :

(assinatura do responsável)

OBS.: Toda informação adicional deste certame será divulgada conforme exigência em Lei. Faz-se saber que o não envio deste documento preenchido corretamente, exime a Administração da obrigação de qualquer eventual informação desta Tomada de Preço diretamente ao licitante.



MINUTA DO EDITAL N.º. 004/2022

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022

PARTE A - PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE, BAHIA, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pelo Decreto n.º **004/2022**, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar procedimento licitatório, na modalidade **“TOMADA DE PREÇOS”**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, sob o Regime de **Empreitada por Preço Global**, pelo tipo de licitação de **Menor Preço Global**. Os Envelopes da documentação relativa à **“Habilitação”** preliminar e o envelope contendo a **“Proposta Comercial de Preço”** de execução do objetivo deverão ser entregues, às **09 h00min** do dia **29 de junho de 2022**, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na **Av. Vilaronga Rios, s/n, Centro, São José do Jacuípe - Bahia, CEP: Av. Vilaronga Rios, s/n, Centro**, perante a Comissão de Licitação.

1.0. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente licitação fundamenta-se legalmente na Lei Federal n.º **8.666** de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, com as alterações das Leis n.º **8.883**, de 08/06/94 e **9.648**, de 27/05/98 e demais alterações posteriores e das Leis Complementares n.º **123/06** e **147/14**.

2.0. OBJETO DA LICITAÇÃO:

2.1. A presente Tomada de Preços tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a administração no que diz respeito da **Contratação de empresa para executar os serviços de pavimentação de vias públicas no Distrito de Itatiaia, neste município, na forma de empreitada global (material e mão-de-obra), conforme especificações constantes nos Projetos Básico e Executivo anexos no Edital**, conforme anexos deste edital.

2.2. Para melhor caracterização dos serviços objetivo desta licitação, compõem este Edital os documentos abaixo que juntamente com a proposta apresentada pela licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato a ser celebrado com a mesma:

- | | |
|---|--------------------|
| 2.2.1. Carta Proposta | - Anexo I |
| 2.2.2. Minuta de Contrato | - Anexo II |
| 2.2.3. Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor | - Anexo III |
| 2.2.4. Declaração de enquadramento como microempresa ou Empresa de pequeno porte | - Anexo IV |
| 2.2.5. Modelo de Credencial | - Anexo V |



2.2.6. Modelo de Procuração

- Anexo VI

2.2.7. Declaração de Inexistência de Servidores do Município no Quadro de Pessoal

- Anexo VII

2.2.8. Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Especificações Técnicas, Memorial Descritivo e Projeto Executivo

- Anexo VIII

3.0. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. Os recursos para pagamentos das obrigações contratuais resultantes da presente licitação estão consignados no orçamento Municipal do corrente ano, conforme dotação abaixo.

UNIDADE: 2.04.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

ATIVIDADE: 15.451.0008.1.027 PAVIMENTAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE RUAS E VIAS PÚBLICAS

ELEMENTO: 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

FONTE: 24 - TRANSF. DE CONVÊNIOS - OUTROS

FONTE: 00 - RECURSOS ORDINÁRIOS

3.2 - O valor global da obra é de 1.180.993,26 (um milhão, cento e oitenta mil, novecentos e noventa e três reais e vinte e seis centavos).

4.0. REQUISITO PARA PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão participar desta licitação, os licitantes estabelecidos no país, que atendam a todas as exigências contidas neste edital.

4.2. Não poderão participar desta licitação:

- a) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- b) Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
- c) Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);
- d) Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;
- e) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- f) Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;



- g) Empresas de que sejam proprietários, controladores ou diretores servidores do legislativo ou executivo municipal (cfr. art. 54, II da Constituição);
- h) Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);
- i) Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

5.0. CREDENCIAMENTO:

5.1 - O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Presidente da COPEL, pessoalmente ou por um representante que, devidamente munido de documento que credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a cópia autenticada do RG ou outro documento equivalente com foto.

5.2 - O Credenciamento far-se-á mediante a apresentação de documento de identidade:

5.2.1 - Se sócio, proprietário ou dirigente da empresa, apresentar cópia do Estatuto ou Contrato Social e cópia de documento de identidade com foto, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Todos os documento tem que estar autenticados.

5.2.2 - Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, se representante, atribuindo-lhe poderes para praticar de todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, com cópia do contrato social e documento de identificação com foto do outorgante e do outorgado. Todos os documento tem que estar autenticados.

5.2.3 - Na hipótese de outorga da procuração, o outorgante deverá constar do contrato social da empresa ou, sendo diretor contratado, ter poderes da empresa para tal indicação.

5.2.4 - O documento de credenciamento deverá vir fora do envelope para conferência preliminar pela Comissão de Licitação.

6.0. PRAZO:

6.1 - O prazo previsto para execução será de **06 (seis) meses**, contados a partir da assinatura do contrato e Ordem de Serviços.

7.0. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

7.1. Os documentos de Habilitação e Proposta deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes fechados, lacrados e rubricados, de números “01” e “02”, mencionando no anverso a razão social da Licitante e a caracterização numérica da Licitação;

7.2. Todos os elementos de cada um dos Envelopes deverão ser enfileirados em pasta e rubricados, bem como não deverão apresentar rasuras ou entrelinhas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE



7.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração da COPEL de SÃO JOSÉ DO JACUIPE - BA;

7.3.1. No caso dos documentos de habilitação serem autenticados por servidor da administração da COPEL de SÃO JOSÉ DO JACUIPE - BA, a empresa deve comparecer ao setor até 01 (um) dia antes da abertura do certame.

7.4. O Envelope n.º 01 deverá ser composto de 01 (um) único Caderno, contendo **“Documentos de Habilitação”**;

7.5. O Envelope n.º 02 deverá ser composto de 01 (um) único Caderno contendo a **“Proposta Comercial de Preço”**.

7.6. A apresentação da Proposta implica em pleno conhecimento, pelas Licitantes, das condições expressas neste Edital e seus Anexos, prevalecendo sempre, em caso de divergências, o disposto no Edital;

8.0. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE N.º “01”:

8.1. No Envelope n.º 01 referente à **“HABILITAÇÃO”**, deverão estar os documentos para habilitação, apresentados em 01 (uma) via, devidamente encadernada, rubricada pelo representante legal e encabeçada necessariamente por índice, no qual constem as respectivas páginas nas quais se encontram, conforme listagem abaixo:

- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1. Registro Comercial em caso de Empresa individual.

8.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição dos seus administradores.

8.1.3. Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhado de prova de Diretoria em exercício;

8.1.4. Portaria de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;

8.1.5. Cópia do (s) documento (s) de identificação do (s) sócio (s).

- REGULARIDADE FISCAL

8.1.6. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ (www.receita.fazenda.gov.br);

8.1.7. Certidão de Regularidade para com o FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal (sítio: www.caixa.gov.br);

8.1.8. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União incluindo Certidão Negativa de Débitos para com a Seguridade Social - INSS (www.receita.fazenda.gov.br);

8.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei N° 5.452 de 1° de maio de 1943. (www.tst.jus.br/certidao);

8.1.10. Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual, do domicílio/sede da licitante;

8.1.11. Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, do domicílio/sede da licitante;

- CAPACIDADE TÉCNICA

8.1.12. Certidão de Registro da empresa e do seu responsável técnico na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

8.1.13. Comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa, para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de no mínimo 01 Atestados de Capacitação Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado

8.1.13.2. O(s) atestado(s) e/ou a(s) Certidão(ões) apresentada(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

1. Nome do contratado e do contratante;
2. Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA
3. Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra)
4. Localização da obra ou dos serviços;
5. Serviços executados (Especificação e quantidade dos serviços executados);
6. Data do início e término dos serviços;
7. Abaixo segue a tabela dos itens de maior **relevância técnica** que serão necessários a comprovação de realização:

8.1.13.3. No caso de comprovação da capacidade técnica da licitante e dos profissionais em serviços realizados no exterior, deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica,



devidamente regularizada no país de origem, registrado no Consulado Brasileiro acompanhado por tradução juramentada.

8.1.13.4. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

Nota 1: Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial ou pelo próprio concorrente.

Nota 2: Não serão aceitos atestados emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores dos concorrentes.

8.1.14. A equipe técnica deve conter no mínimo 01 (um) Engenheiro Civil e 01 (um) Técnico de Segurança do trabalho;

8.1.15. A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa licitante dar-se-á através:

8.1.15.1. No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;

1. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
2. No caso de vínculo empregatício: cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstre o n.º de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho em vigor, em caso de contrato de trabalho, acompanhada da declaração de anuência dos profissionais;
3. Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA da Sede ou Filial da licitante onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos: Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou Contrato Social ou último aditivo se houver; ou Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.

8.1.16.2. Poderá a licitante, apresentar declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional. (Acórdão n° 498/2019 - TCU).

8.1.17. Apresentar relação explícita e declaração formal de disponibilidade para cumprimento do objeto da licitação, relativo a:

1. Instalações de Canteiro (organização e “layout”);
2. Pessoal técnico especializado;

3. Lista de Equipamentos.

8.1.18. Somente será admitida a substituição de algum membro da equipe técnica, no curso da execução do contrato, por outro profissional de comprovada experiência equivalente ou superior, e previamente aprovado pela Administração.

8.1.19. Os atestados de capacidade técnico profissional, poderão ser avaliados pela equipe de engenheiros do município, caso a COPEL julgue necessário.

- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

8.1.20. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data da apresentação da Proposta.

8.1.20.1. Os licitantes que iniciaram as suas atividades no presente exercício deverão apresentar, também, o BALANÇO DE ABERTURA, na forma da lei;

8.1.20.2. Serão considerados aceitos na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

8.1.20.2.1. Sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou

- Publicados em jornal de grande circulação; ou

- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

8.1.20.2.2. Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (SOCIEDADE LTDA), empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI) e impressa individual (REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO), deverá apresentar;

- Balanço (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), registrados e autenticada com chancela e protocolo de registro na Junta Comercial acompanhada de fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento, estes do livro diário onde foram extraídas as folhas das demonstrações registradas da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

8.1.20.3. A boa situação financeira do licitante, será aferida pela observância, dos índices apurados pela fórmula abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado por contabilista habilitado.

ILG – ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL $\geq 2,00$

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$



ILC – ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE $\geq 2,00$

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante ygtf}}{\text{Passivo Circulante}}$$

GEG – GRAU DE ENDIVIDAMENTO $\leq 0,50$

$$\text{GEG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

8.1.20.4. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, qual deverá apresentar certidão de regularidade válida;

8.1.20.5. Declaração de compromissos assumidos, constando o valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura desta licitação devidamente comprovado mediante contratos ou publicação em diário oficial.

8.1.20.6. Demonstração, assinada por contador com firma reconhecida, com dados do seu último balanço já exigível na forma da lei, de que possui Disponibilidade Financeira Líquida igual ou superior ao orçamento oficial da obra ($\text{DFL} \geq \text{orçamento oficial da obra}$), a qual mede a capacidade que a licitante possui de contratar com a Administração Pública Estadual, obtida através da fórmula:

$$\text{DFL} = (10 \times \text{PL}) - \text{VA}, \text{ onde:}$$

DFL = Disponibilidade Financeira Líquida;

PL = Patrimônio Líquido;

VA = Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar, devidamente comprovados através da Relação de Compromissos Assumidos.

8.1.21. Comprovação de Capital Social mínimo ou Patrimônio Líquido, igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor da contratação.

8.1.22. Certidão Negativa de Falência e Concordata e insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação das propostas, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão a menos de 30 (trinta) dias da data de apresentação das propostas;

- DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

8.1.24. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 anos, ressalvado se for o caso, ou menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, conforme modelo constante do **Anexo III**.

8.1.25. Declaração de que a empresa não se acha inidônea para licitar e contratar com o Poder Público, ou suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Federal, Estadual e Municipal. (Modelo a seguir).

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ nº, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

8.1.26. DECLARAÇÃO ÚNICA, em papel timbrado e assinado por um de seus sócios responsáveis, constando:

- a) Que aceita as condições estipuladas neste Edital;
- b) Que prestará os serviços de acordo com as diretrizes e normas técnicas adotadas pela PREFEITURA;
- c) Que obedecerá às ordens expedidas pela PREFEITURA, durante a execução dos serviços;
- d) Que entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos, e demais profissionais não figuram empregados da PREFEITURA.

NOTA: As microempresas e empresas de pequeno porte deverão obrigatoriamente apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, e estão aptas a usufruir do tratamento favorecido oferecido pelas Leis Complementares nº **123/06**, **147/14** e a Lei Federal nº 11.598/2007. Segue, em forma de **ANEXO IV** o Modelo de Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.1.27 Declaração de Inexistência de Servidores do Município de São José do Jacuípe, Bahia, no Quadro de Pessoal - **ANEXO VII**

9.0. PROPOSTA COMERCIAL

9.1. A Proposta de Preços, constante do envelope n.º 02 (Proposta Comercial), encabeçada necessariamente por índice relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram, será apresentada em 01 (uma) via, sem emendas ou rasuras, datadas e assinadas, na forma de original ou cópia autenticada contendo:

9.1.2. O preço, a ser expresso em moeda nacional, será definitivo não sendo admitida qualquer alteração a posterior, sob alegação de erro ou omissão do licitante ou de seus prepostos/empregados;



9.1.3. Ocorrendo divergência entre o preço global proposto em algarismos e o expresso por extenso, será levado em conta este último;

9.1.4. A planilha Orçamentária deverá ser preenchida com os preços unitários da Licitante, apresentada impressa e no programa Excel em arquivo eletrônico gravado em CD-R, personalizada da empresa, sob pena de desclassificação.

9.1.5. Deverá constar na proposta de preços cronograma físico-financeiro, detalhado em parcelas mensais, contendo barras, percentuais e desembolso, com valores horizontais e verticais, simples e acumulados, ficando reservado, entretanto, ao Contratante, no decorrer da execução do objeto contratual, o direito de proceder às alterações que julgar convenientes em nome do interesse público.

9.1.6. Declaração em papel timbrado da Licitante, expressando:

9.1.6.1 Que nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos custos de fornecimento de materiais, mão de obra, implantação e manutenção de canteiro de obras, manutenção e operação de equipamentos e veículos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições fiscais, acréscimos decorrentes de trabalhos noturnos, domingos e feriados e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, constituindo-se, portanto na única remuneração devida pela Contratante para execução da obra, coadunando com o que determina a lei nº 5.194/66, art.14 (Confea).

9.1.7. A proposta de preços terá validade comercial de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da apresentação da proposta, facultada, porém, às licitantes estender tal validade por prazo superior a este.

9.1.8. Prazo de execução: **06 (seis) meses**, contados a partir da assinatura do contrato e Ordem de Serviços.

9.1.9. Na formulação da proposta de preços a empresa deverá prever todas as despesas diretas ou indiretas, e custos relacionados com os serviços a serem executados, quantitativos de pessoal, os turnos e as horas previstas, especialmente, os de natureza tributária, trabalhista e previdenciária. A Administração não admitirá qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços.

9.1.10. A licitante deverá apresentar composição detalhada do BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) e a composição dos encargos sociais apresentados nos preços ofertados, observado o disposto no item **9.1.6.1**, sob pena de desclassificação.

9.1.11. Os licitantes deverão apresentar composição de preços unitários de todos os serviços constantes da planilha orçamentária, detalhando materiais, equipamentos e mão de obra com seus respectivos índices, e contendo os encargos sociais e o BDI utilizados;

9.1.12. Os preços são fixos e irrevogáveis, na forma da legislação em vigor.

9.1.13. O percentual atribuído para encargos sociais que incidem sobre a mão de obra deverá seguir a forma de tributação da empresa devidamente comprovada mediante último extrato para empresas optantes pelo simples nacional ou EFD - Contribuições - Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita. O BDI deverá seguir a determinação



constantes na sumula 254 tcu, e conter no mínimo: PIS, COFINS e ISS, sob pena de desclassificação.

9.1.14. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.1.15. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

9.1.15.1 Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou
- b. Valor orçado pela Administração.

9.1.15.2 Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

9.1.16. Apresentar, na composição de seus preços:

9.1.16.1 Taxa de Encargos Sociais ou taxa de BDI inverossímil;

9.1.16.2 Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

9.1.16.3 Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

9.1.17 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste edital.

10.0. REGIME DE CONTRATAÇÃO, PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO:

10.1. A contratação será efetivada segundo o regime de **Empreitada por Preço Global**, constantes da Planilha Orçamentária apresentada pela licitante em sua **“Proposta Comercial”**;

10.2. O valor total para execução do objeto desta licitação encontra-se indicado na **“Proposta Comercial”** apresentada pela licitante, devidamente demonstrado em sua **Planilha Orçamentária** de acordo com os respectivos preços unitário e total propostos, em função das quantidades constantes da **Planilha Orçamentária - Anexo VIII**.



10.3. Caso ocorram serviços cujos preços não constem da **Planilha Orçamentária - Anexo VII** estes serão definidos em comum acordo com apresentação da Planilha de Composição de Custos, devidamente apropriada pelo Contratado e aprovada pela Contratante.

10.4. Os serviços serão pagos de acordo com as quantidades efetivamente executadas, aplicadas aos preços unitários constantes da Planilha Orçamentária apresentada pela licitante em sua **“Proposta Comercial”**, na conformidade das Relações de Serviços Executados, apresentados pelo Contratado e aprovados pelo Contratante.

10.5. O pagamento será efetuado com base em medições mensais, globalizando-se todos os serviços executados no período, depois de abatidos todos os valores retidos, referentes a ISS, INSS, IR e outros que a lei vier a determinar. A primeira e a última medição poderão ser feitas em período inferior ou superior a 30 (trinta) dias.

10.6. O prazo para o pagamento das medições será de até 30 (trinta) dias corridos contando da entrega e aceitação das mesmas pela Fiscalização da Prefeitura Municipal, a quem competirá providenciar sua aceitação ou não, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento;

10.7. Na forma da legislação em vigor os preços contratados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 04 (meses) meses, contados da data de assinatura do contrato. Caso ultrapasse esse prazo os preços serão reajustados observando-se o que estabelece a política econômica do Governo Federal, aplicável aos Municípios.

10.8. Apresentar na primeira medição a Anotação da Responsabilidade Técnica - ART, emitida pelo CREA - BA.

11. ABERTURA DOS ENVELOPES:

11.1. Em Ato Público, após a conferência do credenciamento, a Comissão procederá a abertura do Envelope n.º 01 - **Documento de Habilitação**, cujas folhas serão examinadas e rubricadas pelo representante credenciados das empresas que estiverem participando desta licitação e que assim desejarem;

11.2. A Comissão examinará os documentos constantes do Envelope n.º 01 - **Documentos de Habilitação** - comunicando o resultado às licitantes na mesma sessão pública designada para tal fim, se assim entender em condições de fazê-lo;

11.3. As licitantes que não atenderem convenientemente às exigências do Envelope n.º 01 - **“Habilitação”** deste Edital serão consideradas inabilitadas para esta licitação, sendo-lhes devolvido, inviolado, o Envelope n.º 02, contendo a correspondente **“Proposta Comercial”**, decorrido o prazo para interposição de recurso;

11.4. Havendo desistência expressa de recurso por todas as licitantes não habilitadas, através de seus respectivos representantes credenciados, procederá a Comissão de Licitação ao exame dos elementos constantes do Envelope n.º 02 - **“Proposta Comercial”**;

11.5. À (s) licitante (s) inabilitada (s) será (ão) devolvido (s) o (s) Envelope (s) n.º 02 **“Proposta Comercial”**, desde que declinem do direito de recurso;



11.6. O Envelope n.º 02 – “**Proposta Comercial**” devidamente fechado e inviolado será rubricado pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados das licitantes presentes, caso não se proceda a sua abertura na data de seu recebimento;

11.7. Somente serão abertos os Envelopes contendo as “**Propostas Comerciais**” das empresas julgadas habilitadas, no Envelope n.º 01. As propostas serão examinadas e rubricadas pelos representantes credenciados das licitantes que estiverem presentes ao ato público;

11.8. De cada sessão pública será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados da (s) licitante (s) presente (s) ao (s) respectivo (s) ato (s) público (s);

11.8.1. As dúvidas que eventualmente surgirem durante o Ato Público serão, a juízo da Comissão, resolvidas por esta na presença das licitantes ou deixadas para posterior deliberação.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

12.1 O julgamento da fase de HABILITAÇÃO será feito de acordo com o presente Edital, em caráter eliminatório.

12.2 Será considerada vencedora desta Licitação a PROPOSTA COMERCIAL que, atendendo todas as condições estabelecidas neste Edital, apresente o MENOR PREÇO GLOBAL. As demais licitantes serão classificadas na ordem crescente dos preços globais propostos.

12.3 No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação far-se-á obrigatoriamente, por sorteio no mesmo instante, hora e local.

12.4 Em caso de sorteio, o resultado constará obrigatoriamente da ata.

12.5 Serão desclassificadas as Propostas que:

- a) Não atendam às exigências deste Edital.
- b) Apresentem prazo para execução das obras e serviços inferior ao estabelecido neste Edital.
- c) As manifestamente inexequíveis na forma do Inciso II do Art. 48 da Lei Federal 8.666/93 e do § 1º do Art. 48 da Lei 9.648/98.

12.6 A Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO JACUÍPE poderá determinar suspensão do procedimento licitatório, para adoção de providências pertinentes, pelo prazo que entender necessário;

12.7 As propostas serão classificadas em ordem crescente, adjudicando-se o objeto deste Edital, à primeira classificada;



12.8 As comunicações e decisões que forem adotadas serão comunicadas aos interessados através de e-mail, para a empresas que encaminharem o recibo de retirada do edital e publicado no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico: www.São José do Jacuípe.ba.gov.br.

13. RECURSOS:

13.1 Qualquer cidadão poderá impugnar o presente Edital, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, em conformidade com o § 1º do artigo 41 da Lei nº. 8666/93.

13.2 Em se tratando de licitante, a impugnação ao presente edital deverá ser protocolada até o segundo dia útil que anteceder à data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, em conformidade com o §2º do art. 41 da Lei nº. 8666/93.

13.3 Será de 05 (cinco) dias úteis o prazo para a interposição de recursos, observando-se o disposto no art. 109 da Lei nº. 8666/93.

13.4 Dos recursos interpostos, será dado conhecimento a todos os licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Às Licitantes é facultado o direito de recorrer das decisões da Comissão de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicidade ou intimação, em petição motivada;

14. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

14.1 Para garantia de exato e fiel cumprimento de todas as suas obrigações contratuais, a licitante vencedora deverá depositar junto a Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO JACUIPE, até a assinatura do contrato a Título de Garantia Contratual, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, podendo ser efetuada nas seguintes modalidades, consoante o parágrafo 1º do Art. 56 da Lei Federal 8.666/93;

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária.

14.1.1 A Caução em dinheiro será atualizada monetariamente. Caução em Títulos da Dívida Pública, ou Fiança bancária, não renderão juros ou correção monetária ressalvados os direitos inerentes aos próprios títulos depositados;

14.1.2 Na hipótese de Fiança bancária, deverá dela constar expressa renúncia do Benefício de Ordem. (Artigo 827 - Parágrafo único do Código Civil);

15. DAS PENALIDADES:

15.1 De acordo com Artigo 81 da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, a recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar instrumento

equivalente, dentro do prazo estabelecido no subitem 16.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às seguintes penalidades:

15.1.1 Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do objeto da contratação; ou

15.1.2 Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação, para o mesmo fim.

16. DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 A licitante vencedora será convocada com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis, para assinatura do instrumento contratual, ocasião em que deverá comprovar:

16.1.1 Poderes para o signatário assinar contratos, mediante Ata de Eleição da última Diretoria ou Contrato Social, e ainda no caso de procurador, além desses documentos, Procuração registrada em Cartório;

16.1.2 Ter Depositado junto à Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO JACUIPE, a título de Caução Contratual a Importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

16.2 A licitante vencedora deverá indicar formalmente, quando da assinatura do Contrato, representante legal devidamente credenciado para representá-lo durante a gestão contratual;

16.3 Quando regularmente desobrigada de contratar com a licitante classificada em primeiro lugar, por recusa da mesma, a Prefeitura Municipal poderá optar entre a contratação com as classificadas imediatas sucessivamente, desde que estas igualem suas propostas às mesmas condições, inclusive de preço, da primeira classificada, ou a realização de nova licitação.

17. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DE VALOR CONTRATADO

17.1 No interesse da Contratante, o valor inicial do contrato poderá ser aumentado ou diminuído, conforme disposto no Artigo 65, Parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

17.2 A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária;

17.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta Condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

18.1 A participação no procedimento licitatório implica na aceitação integral da licitante, obrigando-se a aceitar todas as condições determinadas por este Edital e seus Anexos, ressalvado o disposto no Artigo 41, parágrafo terceiro da Lei Federal n.º 8.666/93;

18.2 Não serão admitidas participações de licitantes na forma de consórcio;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE



18.3 Constatada a inveracidade de qualquer das informações e/ou de documentos fornecidos pela empresa licitante, poderá ela sofrer, além da declaração de sua inidoneidade, quaisquer das sanções adiante transcritas:

18.3.1 Não qualificação para outras licitações a serem realizadas pela Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO JACUIPE;

18.3.2 Desclassificação, se a licitação se encontra em fase de julgamento;

18.4 As licitantes poderão solicitar esclarecimentos, por escrito, sobre o Edital e seus anexos, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis anteriores à entrega dos envelopes, à Comissão de Licitações, durante o horário do expediente e protocolado na Prefeitura. As respostas serão emitidas até 03 (três) dias antes da mesma data, também por escrito.

18.5 Caso qualquer das datas previstas para eventos relativos a esta Licitação seja declarada feriado ou ponto facultativo, e caso não haja comunicação em contrário, o evento fica transferido para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local.

São José do Jacuípe, Bahia, 01 de junho de 2022.

JOSIAN LIMA NOVAIS
Presidente da Copel



TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022

ANEXO I

CARTA PROPOSTA

**AO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUÍPE**

Att.: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa para executar os serviços pavimentação de vias públicas no Distrito de Itatiaia, neste município, na forma de empreitada global (material e mão-de-obra), conforme especificações constantes nos Projetos Básico e Executivo anexos no Edital, conforme descrição constante da planilha e projeto executivo anexo.

Prezados Senhores,

Após analisarmos, minuciosamente, toda a documentação constante da licitação supra referida e de seus anexos, e tomarmos conhecimento de suas condições, propomos executar, sob nossa integral responsabilidade, o objeto desta Tomada de Preços nº. **004/2022** no prazo de **06 (seis) meses**, o qual incidirá sobre todos os preços constantes da Planilha Orçamentária que faz parte integrante desta Proposta Comercial.

A presente Proposta é válida pelo prazo de **60 (sessenta)** dias, contados a partir da data da sua apresentação.

(local, data)

.....
(carimbo da firma, nome e cargo da pessoa que assina).



TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º 004/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUÍPE, E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA 001001001001X, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUÍPE, ESTADO DA BAHIA, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUÍPE, BAHIA, inscrita no CNPJ n.º: 16.443.632/0001-60, situada na AV. JOSÉ VILARONGA RIOS, S/N, CENTRO, SÃO JOSÉ DO JACUÍPE, BAHIA, CEP: 44.698-000, neste ato representado pelo seu Prefeito, o Sr. ALBERLAN PERIS MOREIRA DA CUNHA, devidamente inscrito no CPF N.º 873.297.785-91 e RG sob n.º 6896271, SSP/BA, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, estabelecida na Rua _____, inscrita no CNPJ n.º _____, representada neste ato, por _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, residente e domiciliada á _____ em _____, designada aqui como **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, conforme Processo Administrativo n.º 087/2022, e de acordo com as diretrizes da Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. A presente **Contratação de empresa para executar os serviços de pavimentação de vias públicas no Distrito de Itatiaia, neste município, na forma de empreitada global (material e mão-de-obra), conforme especificações constantes nos Projetos Básico e Executivo anexos no Edital da Tomada de Preço n.º 004/2022 e com a proposta da CONTRATADA**, que fazem partes integrantes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

2.1. O prazo de vigência desse contrato é de **12 (doze) meses** contados a partir de sua publicação de acordo o Art. 61 da lei 8.666/93. O prazo de execução é de **04 (meses) meses**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços.

2.2. O contrato poderá ter o prazo de vigência poderá ser prorrogado, caso se verifique as condições previstas no parágrafo 1º do art. 57 e seus itens, bem como no parágrafo 5º do art. 79, da Lei n.º 8.666/93.



CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EMPREITADA E REMUNERAÇÃO

3.1. O objeto do presente Contrato será executado sob regime de empreitada por preço global, conforme previsto na Planilha Orçamentária apresentada pela CONTRATADA, em sua Proposta Comercial.

3.2. Os serviços, por preços unitários, serão pagos mensalmente com base nas quantidades efetivamente executadas e liberadas previamente pela CONTRATANTE, através da medição de Serviços Executados.

3.3. Eventuais serviços extracontratuais, só poderão ser executados mediante prévia aprovação da CONTRATANTE e lavratura do respectivo Termo de Aditamento, sendo remunerados conforme segue:

3.3.1. Caso os preços a serem adotados não constarem da Planilha Orçamentária, a CONTRATADA apresentará planilha com demonstrativo de preços, os quais serão submetidos à aprovação da CONTRATANTE;

3.3.2. Caso os preços constem da Planilha Orçamentária, estes serão utilizados, respeitando os limites contidos no Artigo 65 da Lei 8666 de 21/06/1993;

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO RECURSOS

4.1. Valor total para execução do objeto deste Contrato, é de R\$.....(.....)

Os recursos para pagamentos das obrigações contratuais resultantes da presente licitação estão consignados no orçamento Municipal para o exercício corrente conforme dotação.

UNIDADE: 2.04.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

ATIVIDADE: 15.451.0008.1.027 PAVIMENTAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE RUAS E VIAS PÚBLICAS

ELEMENTO: 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

FONTE: 24 - TRANSF. DE CONVÊNIOS - OUTROS

FONTE: 00 - RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA QUINTA - MEDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Na presença da Fiscalização da CONTRATANTE, a CONTRATADA, efetuará medição dos serviços executados no período, para efeito de faturamento;

5.1.1. O período de medição será mensal: A primeira e a última medição poderão ser feitas em período diferente do mensal.

5.2. A liberação do pagamento da primeira fatura está condicionada a entrega de cópia do Certificado de Matrícula junto ao INSS e da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, emitida pelo CREA-BA;

5.2.1. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais,



5.2.2. Quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados parcialmente;

5.3. O prazo para o pagamento das medições será de até 30 (trinta) dias contados da entrega e aceitação das mesmas pela CONTRATANTE a quem competirá providenciar sua aceitação ou não, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento.

5.4. No prazo de até 30 (trinta) dias de apresentação das faturas referentes a medição final, a CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE, as comprovações finais dos recolhimentos das importâncias devidas ao INSS, FGTS e ISS.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE EXEC. CONTRATUAL E RETENÇÃO

6.1. Para garantia do fiel e exato cumprimento de todas as obrigações contratuais, a CONTRATADA depositará a importância de R\$ (.....), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato;

6.2. A caução em dinheiro será atualizada monetariamente. Caução em Títulos da Dívida Pública ou Fiança bancária, não renderão juros ou correção monetário, ressalvado os direitos inerentes aos próprios Títulos depositados.

6.3. A CONTRATANTE poderá descontar do valor da garantia contratual a importância que a qualquer título lhe for devida pela CONTRATADA;

6.4. A caução de garantia de fiel cumprimento das obrigações contratuais será devolvida à contratada após a lavratura do Termo de Encerramento das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deverá indicar formalmente, no ato da assinatura deste Contrato, representante legal devidamente credenciado, para desempenhar junto à CONTRATANTE, a gestão contratual, cabendo ao mesmo gerir todas as obrigações inerentes ao contrato e ainda, servir de elo constante de ligação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. A qualquer substituição do gestor contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato por escrito à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos;

7.2. A CONTRATADA será legal e financeiramente responsável por todas as obrigações e compromissos contraídos com quem quer que seja, para a execução deste Contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando a CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo ao de solidariedade;

7.3. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto deste Contrato, diretamente por seu proposto e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento feito pela CONTRATANTE ou por seu proposto;



7.3.1. Na hipótese do item 7.3, a CONTRATANTE poderá reter pagamentos à CONTRATADA, na proporção dos prejuízos verificados, até a solução da pendência;

7.4. Refazer, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, qualquer parte dos serviços decorrentes dos erros constatados, de responsabilidade da CONTRATADA;

7.5. Os serviços de proteção provisórios, necessários à execução do objeto deste Contrato, são de total responsabilidade da CONTRATADA, bem como, as despesas provenientes do uso de equipamentos provisórios e de segurança;

7.6. A CONTRATADA obriga-se a manter os seguintes seguros:

7.6.1. Risco de Responsabilidade Civil do Construtor;

7.6.2. Contra Acidentes de Trabalho e;

7.6.3. Riscos diversos de acidentes físicos decorrentes da execução do objeto deste Contrato, além de outros exigidos pela legislação pertinente;

7.7. As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou subcontratadas, não cobertas pelo seguro, correrão por conta da CONTRATADA;

7.8. Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

7.8.1. Sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão;

7.8.2. Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir ao objeto deste Contrato;

7.8.3. Acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, nos serviços ou em decorrência dele;

7.9. Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro por ela responsável, de modo a atingir os trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura de seguro, um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da notificação da CONTRATANTE, para dar início à reparação ou à reconstrução das partes atingidas;

7.10. A CONTRATADA obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhes toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e ou danos eventualmente venha a ocorrer;

7.11. À CONTRATADA caberá a responsabilidade total pela execução do objeto deste Contrato, bem como pelos serviços executados por terceiros sob sua administração;

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:



8.1.1. Fornecer à CONTRATADA, todos os dados necessários a execução do Contrato, considerada a natureza dos mesmos.

8.1.2. Designar preposto para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato;

8.1.3. Pagar corretamente as faturas aprovadas, nas datas previstas, conforme Edital.

CLÁUSULA NONA - TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

9.1. A CONTRATADA só poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, ou subempreiteira os serviços relativos ao mesmo, com o expreso consentimento por escrito da CONTRATANTE; sob pena do disposto no item 14.1.3;

9.2. Fica estabelecido que, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade integral pela execução do objeto deste contrato, igual responsabilidade também lhe caberá por todos os serviços executados sob sua administração, na forma do item 9.1, não havendo, portanto, qualquer vínculo contratual entre a CONTRATANTE e eventuais subempreiteiras;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

10.1. Ocorrendo atraso injustificado na execução do objeto contratual, sem prejuízo da utilização pela CONTRATANTE da faculdade prevista na Cláusula Décima Terceira deste Contrato e disposto no parágrafo 1º do artigo 86, da Lei Federal n.º 8.666/93, a CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as seguintes multas:

10.1.1. 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor do presente Contrato, por dia de atraso, em até 30 (trinta) dias, em relação ao início e/ou término de quaisquer das atividades constantes da Autorização dos Serviços determinados pela CONTRATADA e;

10.1.2. 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do presente Contrato, por dia de atraso, acima de 30 (trinta) dias, em relação ao início e/ou término de quaisquer das atividades constantes da Autorização dos Serviços determinados pela CONTRATADA;

10.2. Pela inexecução total ou parcial da Autorização de Serviços, poderão ser aplicadas as seguintes multas:

10.2.1. 3% (três por cento), sem prejuízo do disposto nos subitens 10.1.1. e 10.1.2, sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida ou;

10.2.2. A multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim;

10.3. Aplicadas as multas, a CONTRATANTE as descontará no primeiro pagamento que fizer à CONTRATADA logo após sua imposição, respondendo igualmente a caução prevista neste Contrato.

10.4. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, mas meramente moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA de reparação de eventuais perdas e/ou danos que do seu ato venham acarretar;

10.5. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outra;

10.6. A CONTRATANTE poderá descontar dos valores devidos à contratada, para o pagamento das multas previstas neste instrumento e, não sendo estes suficientes, responderá a CONTRATADA pela diferença;

10.7. A CONTRATANTE poderá sem prejuízo do disposto no item 10.6, deste Contrato, descontar pagamento das faturas referentes aos serviços, importâncias que, a qualquer título, lhe sejam devidas pela CONTRATADA, em razão deste ou de outros contratos;

10.8. As multas estabelecidas nesta cláusula serão atualizadas até seu efetivo pagamento;

10.9. As multas aplicadas não excluem as sanções que eventualmente venham a ser impostos pelas autoridades competentes;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1. O objeto deste Contrato será recebido, em caráter provisório, desde que executado com fiel observância deste Instrumento, lavrando-se o respectivo “Termo de Recebimento Provisório”;

11.1.1. O “Termo de Recebimento Provisório” será lavrado após a competente vistoria, que deverá ser realizada pela CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que a CONTRATADA comunicar, por escrito, a conclusão do objeto deste Contrato, a realização dos testes de funcionamento das instalações. Caso os Serviços e os testes sejam aprovados será realizada a medição final.

11.1.2. Quando em desacordo com as especificações, ou ainda, em desacordo com as normas técnicas aplicáveis, ao objeto deste Contrato será este rejeitado, sendo lavrado “Termo de Impugnação”, conforme rejeição decorrente da vistoria que poderá ser parcial, acima mencionada;

11.1.3. Ocorrida a hipótese de que trata o subitem anterior, a CONTRATADA deverá corrigir as falhas apontadas no termo acima mencionado, dentro do prazo que lhe for fixado pela CONTRATANTE, sem que se caracteriza operação contratual, tornando-se sem efeito a comunicação da conclusão, conforme o disposto no subitem 11.1.1;

11.1.3.1. Verificado o não cumprimento das correções apontadas conforme subitem acima, a CONTRATANTE poderá ajuizar a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das penalidades previstas;

11.2. O período para observação é de 30 (trinta) dias corridos a partir do Recebimento Provisório, se, na ocasião, outro prazo maior não for determinado para eventuais ensaios ou testes;

11.3. Para todos os efeitos derivados deste Contrato, o Recebimento definitivo será efetuado após o seu cumprimento integral, a juízo da CONTRATANTE, e, mediante lavratura do competente “Termo de Recebimento Definitivo”;



11.3.1. A Inspeção Final, aprovação da totalidade e a consequente emissão do Termo de Recebimento Definitivo serão efetivadas no período de 30 (trinta) dias, a contar do término do prazo de observação previsto no item 11.2. Acima;

11.3.2. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e entrega da Certidão Negativa de Débito - CND específica deste Contrato, emitido pelo INSS, e não havendo qualquer pendência a solucionar, será emitido o competente Termo de Encerramento das Obrigações Contratuais;

11.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos na lei.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INCIDÊNCIAS FISCAIS

12.1. Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais, que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do presente Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

12.1.1. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará, nos prazos da lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que estiver obrigada a CONTRATADA, pela legislação vigente;

12.2. Se, durante o prazo de vigência deste Contrato, forem criados tributos novos, ou ocorrem modificações nas alíquotas atuais, de forma a, comprovadamente, majorar ou diminuir o ônus dos contratantes, serão revistos os respectivos valores, a fim de adequá-los a essas modificações, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças resultantes dessas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO

13.1. A CONTRATANTE poderá rescindir, unilateralmente, este Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sempre que ocorrer;

13.1.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de suas obrigações e das demais cláusulas contratuais;

13.1.2. A inobservância, por parte da CONTRATADA, das especificações da CONTRATANTE;

13.1.3. A subcontratação, cessão, transferência do objeto contratual ou associação da CONTRATADA com terceiros, sem prévia aprovação escrita da CONTRATANTE;

13.1.4. Imperícia, negligência ou imprudência por parte da CONTRATADA, na execução das especificações contratuais;

13.1.5. O desatendimento às determinações da fiscalização da CONTRATANTE;

13.1.6. O cometimento reiterado de falhas, na execução deste instrumento, pela CONTRATADA, anotadas em registro próprio pelo representante da CONTRATANTE;



13.1.7. A decretação de falência, insolvência ou concordata da CONTRATADA durante a execução contratual;

13.1.7.1. No caso de concordata é facultado à CONTRATANTE manter o Contrato, assumindo ou não o controle de determinadas atividades necessárias à sua execução;

13.1.8. A dissolução da CONTRATADA;

13.1.9. A alteração social ou a modificação, da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução deste Contrato;

13.2. A rescisão contratual poderá ser;

13.2.1. Administrativa, por ato unilateral da CONTRATANTE nos casos previsto nos subitens 14.1.1. à 14.1.9;

13.2.2. Judicial, nos termos da legislação em vigor;

13.2.3. Amigável, por acordo entre as partes;

13.3. Em qualquer caso de rescisão, a CONTRATANTE poderá dar continuidade ao objeto contratual por execução direta ou indireta;

13.4. A CONTRATADA perderá em favor da CONTRATANTE, o direito a restituição de caução e das retenções, rescindindo deste Contrato com base em qualquer das razões enumeradas no item 14.1.1. ao 14.1.9;

13.5. Em caso de a rescisão ser resultante de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, deverá a parte prejudicada ser indenizada:

13.5.1. Dos serviços corretamente executados e devidamente medidos;

13.5.2. Dos materiais e equipamentos previstos na Planilha, ainda não indenizados, destinados aos serviços e atividades conforme as especificações deste Contrato, estocados, pelo seu custo devidamente atualizado, acrescido de despesas de transportes, se houver;

13.6. A CONTRATANTE após notificar a CONTRATADA da rescisão contratual, tomará posse imediata das parcelas efetivamente já executadas, decorrentes deste Contrato, bem como de todos os materiais existentes, devendo, porém, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da notificação, apresentar um relatório completo e avaliação detalhada, historiando as razões da rescisão;

13.6.1. A avaliação, acima citada, deverá ser feita por uma Comissão a ser designada pela CONTRATANTE, composta de 03 (três) membros, sendo um escolhido entre as pessoas da CONTRATANTE, outro da CONTRATADA, e o terceiro, que a presidirá, entre pessoas alheias;



13.6.2. A Comissão terá um prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua constituição, para apresentação de seu relatório conclusivo, o qual servirá para o acerto de contas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

13.7. No caso de rescisão amigável do Contrato, a CONTRATADA fará jus apenas pagamentos mencionados nos subitens 14.6.1 e 14.6.2;

13.7.1. Desta forma, far-se-á o pagamento final com mútua, plena e geral quitação no ato da assinatura do distrato;

13.8. Rescindindo o Contrato, a CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias, a contar do acerto de contas, para desmobilizar o canteiro e deixá-lo inteiramente livre e desimpedido;

13.9. Constituem também, motivos para rescisão contratual por parte da CONTRATANTE, além dos casos já remunerados, todos os demais elencados nos Artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666/96.

13.10. Caracterizam-se, também, como motivo para rescisão contratual, nos termos dos incisos I ou XII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, o caso em que, na prestação dos serviços contínuos contratados, deixem, conforme o caso, de serem mantidas as condições vantajosas que determinaram o dimensionamento do prazo de vigência deste contrato;

13.11. Em qualquer caso de rescisão contratual, serão asseguradas à CONTRATADA os direitos de defesa e de recursos previstos no art. 78, parágrafo único, e no art. 109, alínea d, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REAJUSTAMENTO

14.1. Na forma da legislação em vigor os preços contratados permanecerão fixos e irreeajustáveis pelo prazo de até 31 de dezembro de 2022 contados da data da assinatura deste contrato. Caso ultrapasse esse prazo os preços serão reajustados observados o que estabelece a política econômica do Governo Federal aplicável aos municípios.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – AUMENTO OU SUPRESSÃO DO VALOR CONTRATADO

No interesse da CONTRATANTE, o valor inicial do contrato poderá ser aumentado ou diminuído, conforme disposto no Artigo 65, Parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

15.1 A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária;

15.2 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

16.1. O presente Contrato ou os direitos e vantagens de qualquer natureza, nele prevista, dele derivados ou a ele vinculados, não poderão, sob nenhum fundamento ou pretexto, ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUÍPE



negociados, dados em garantia ou caucionados, sem prévia autorização escrita da CONTRATANTE;

16.2. Serão de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, os relatórios, mapas, desenhos, diagramas, planos estatísticos e quaisquer outros documentos elaborados pela CONTRATADA, referente ao objeto executado por ela;

16.3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender temporariamente a execução deste Contrato, quando necessário a conveniência dos serviços, respeitados os limites legais e os direitos assegurados à contratada;

16.4. Integram o presente Contrato, como se dele fizessem parte, o Edital de **Tomada de Preços n.º 004/2022**, seus Anexos e a Proposta Comercial da CONTRATADA.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMUNICAÇÕES

17.1. As comunicações recíprocas, somente serão consideradas quando efetuadas por escrito, através de correspondência, ou documento de transmissão mencionando-se o número e o assunto relativo a este Contrato, devendo ser protocoladas, datadas e endereçadas conforme o destinatário.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. As partes signatárias deste Contrato elegem o Foro da Comarca de Capim Grosso - Ba, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato, em 05 (cinco) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

São José do Jacuípe - Ba, xx de xxxxx de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUÍPE
CONTRATANTE

.... CONTRATADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE



TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso 001III do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

SÃO JOSÉ DO JACUIPE - Ba,de de 2022.

.....
(carimbo da firma, nome e cargo da pessoa que assina)



TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022.

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A [razão social da empresa], [CNPJ/MF N°], localizada à [endereço completo da empresa] DECLARA, para fins de participação na licitação Tomada de Preços nº **004/2022**, promovida pela Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO JACUIPE - Bahia, e sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos legais para a qualificação como [micro empresa ou empresa de pequeno porte], e está apta a usufruir do tratamento favorecido oferecido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Federal n. 11.598/2007.

..... -,de de 2022.

.....
(carimbo da firma, nome e cargo da pessoa que assina)



ANEXO V

MODELO DE CREDENCIAL

Por este instrumento, a empresa _____, sediada em _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, outorga poderes à _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, para representá-la na Tomada de Preço nº **004/2022** da Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO JACUIPE/Bahia, podendo o representante praticar todos os atos relativos ao certame, notadamente assina os documentos da licitação; e interpor recursos ou renunciar ao direito de propô-los.

(assinatura, nome e CPF do mandante)



ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) _____, CNPJ n.º _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE, Estado da Bahia praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de Tomada de Preço n.º **004/2022**, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar documentos de habilitação e a proposta de preço e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação. Dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial para licitação na modalidade Tomada de Preço n.º **004/2022**.

Local, data e assinatura.

RECONHECER FIRMA(S)



TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES MUNICIPAIS NO
QUADRO DE PESSOAL**

A empresa (razão social), CNPJ nº (informar), com sede à (endereço completo), em cumprimento ao Edital da Tomada de Preço nº **004/2022**, DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de São José do Jacuípe, Bahia, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

(localidade), xx de 001001 de 2022

(Nome da empresa)
CNPJ nº (informar)
(Nome do representante)
CPF nº (informar)
(cargo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE



TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022

ANEXO VIII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EXECUTIVO.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUÍPE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

**PROJETO BÁSICO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO
DISTRITO DE ITATIAIA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUÍPE/BA**



PREFEITURA DE
Memorial Descritivo
SÃO JOSÉ DO JACUÍPE/BA
Especificações Técnicas

O GOVERNO DA SIMPLICIDADE!

SÃO JOSÉ DO JACUÍPE/BA

2021

PROJETO BÁSICO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO DISTRITO DE ITATIAIA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

Memorial Descritivo e Especificações

Volume I

Tomo 01/01

27/08/2021 a 23/10/2021

Prefeitura Municipal de São José do Jacuípe

Responsável técnico

Eng. Gessivaldo Oliveira Carneiro. CREA: CREA 3000.88946/BA


Gessivaldo Carneiro
Eng. Civil
CREA-BA 3000 88946

Prefeito de São José do Jacuípe

Alberlan Pérís Moreira da Cunha

Secretário de Infraestrutura

Adanúbio Lima da Silva

**PROJETO BÁSICO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO
DISTRITO DE ITATIAIA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA**



**PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA**

O GOVERNO DA SIMPLICIDADE!

Nº	DATA	DREcrição	Nome	Aprov.	Nome	Aprov.
			PREFEITURA		CONDER	
1	23/10/2021	Revisão	Gessivaldo	ok		
0	28/07/2021	Entrega inicial	Gessivaldo	ok		
REVISÕES						

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Detalhes da lombada.	17
Figura 2 – Detalhe de fixação das placas.	24
Figura 3 – Detalhe da fixação de placas de identificação de rua. Erro! Indicador não definido.	
Figura 4 – Detalhe do dispositivo antigo e da fundação.	25
Figura 5 – Modelo de placa de identificação da obra.	12



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

O GOVERNO DA SIMPLICIDADE!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Cm	Centímetro
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia
H	Altura
L	Largura
m	Metro
m ²	Metro Quadrado
mm	Milímetros
MPa	Mega Pascal
PNE	Portadores de Necessidade Especial
PVC	Policloreto de polivinila
BA	Bahia
Ø	Diâmetro

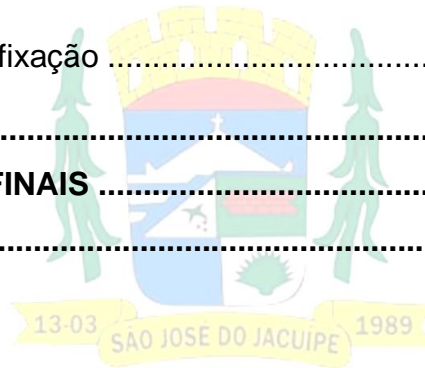

PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

O GOVERNO DA SIMPLICIDADE!

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	INFORMAÇÕES GERAIS.....	8
1.2	MAPA DE LOCALIZAÇÃO.....	8
1.3	PARÂMETROS ADOTADOS.....	9
2	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO	10
2.1	PROJETO GEOMÉTRICO	10
2.2	PROJETO DE TERRAPLANAGEM.....	11
2.3	PLACA DA OBRA PADRÃO	12
2.4	BARRAÇÃO DE OBRA.....	13
2.5	DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO	13
2.6	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	13
2.6.1	Base e revestimento	14
2.6.2	Paralelepídeos.....	14
2.6.3	Espalhamento do colchão de Areia	15
2.6.4	Assentamento dos paralelepídeos.....	15
2.6.5	Rejuntamento	15
2.6.6	Compactação	16
2.6.7	Lombada.....	16
3	CALÇADA	18
3.1	MEIO-FIO	18
3.2	PASSEIO	18
3.3	PISO TÁTIL	19
4	SERVIÇOS	20
4.1	MÃO DE OBRA	20
4.2	FERRAMENTAS.....	20
4.3	CONTROLE TECNOLÓGICO E TOLERÂNCIA	20
5	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	22
5.1	SINALIZAÇÃO VERTICAL.....	22
5.1.1	Placas de informações complementares	22

5.1.2	Material de confecção das placas.....	22
5.1.3	Suporte das placas	22
5.1.4	Dispositivos de fixação	23
5.1.4.1	Longarinas e abraçadeiras	23
5.1.4.2	Porcas, parafusos e arruelas.....	24
5.1.4.3	Dispositivo anti-giro	24
5.1.4.4	Fundação da placa	25
5.1.4.5	Perfuração	25
5.1.4.6	Altura da placa de fixação	25
6	LIMPEZA FINAL.....	26
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS.....	28



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

O GOVERNO DA SIMPLICIDADE!

1 INTRODUÇÃO

O presente memorial descritivo tem por objetivo descrever os procedimentos essenciais à execução da pavimentação em paralelepípedo de vias públicas localizadas no Distrito de Itatiaia, município de SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA.

1.1 INFORMAÇÕES GERAIS

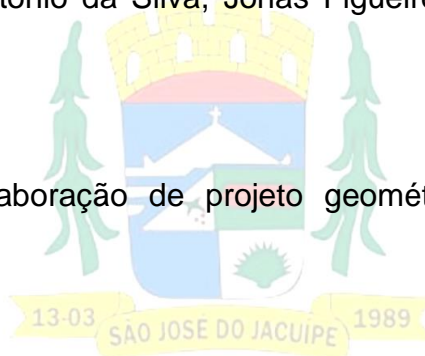
Pretendente/Consumidor: SÃO JOSÉ DO JACUIPE

Obra: **PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DE VIAS PÚBLICAS**

Localidade: Rua Abílio Antonio da Silva, Jonas Figueiredo e Saturnino Gomes da Silva;

Data: Outubro / 2021;

Descrição do Projeto: Elaboração de projeto geométrico de pavimentação em paralelepípedo.



1.2 MAPA DE LOCALIZAÇÃO

Figura 1 – Mapa de localização das ruas a receberem pavimentação em paralelepípedo no Distrito de Itatiaia.



Fonte: (GOOGLE EARTH, 2021).

1.3 PARÂMETROS ADOTADOS

Este memorial descritivo estabelece as mínimas condições técnicas a serem adotadas na execução da ampliação da cobertura do mercado municipal de Itatiaia, tendo como base os parâmetros descritos nas normas ABNT para os materiais, serviços e equipamentos. A planilha orçamentária e o memorial de cálculo descrevem os quantitativos, como também valores em consonância com o projeto básico.

Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços deverão ser comprovadamente de boa qualidade, além de satisfazer rigorosamente as especificações, bem como os serviços e equipamentos.

Em caso de divergências na interpretação dos documentos fornecidos, será obedecida a seguinte ordem de prioridade:

- a. Há divergência entre as especificações, planilha orçamentária e os desenhos/projetos, consulte a OC ENGENHARIA;
- b. Há divergência nas datas dos projetos, deve-se adotar o projeto mais recentes;
- e
- c. As cotas dos desenhos prevalecem sobre o desenho (escala).

Os serviços serão iniciados após a empreiteira apresentar ao órgão contratante os seguintes documentos:

- a) ART de execução;
- b) Alvará de construção; e
- c) Diário de obra de acordo com o Tribunal de Contas.

2 PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

O Projeto refere-se à pavimentação em paralelepíedos com material basáltico, juntamente com a drenagem pluvial superficial, sinalização viária das Ruas: Abílio Antonio da Silva, Jonas Figueiredo e Saturnino Gomes da Silva localizadas no Distrito de Itatiaia, município de São José do Jacuípe/BA e compõe-se de:

- Seções transversais;
- Rampa de acessibilidade;
- Planta geometrica;
- Planta da sinalização e detalhamentos;
- Planta de localização;
- Planta baixa e detalhes da drenagem pluvial; e
- Planta de acessibilidade e demolição.

2.1 PROJETO GEOMÉTRICO

Objetivo principal deste projeto é o estabelecimento das características técnicas do sistema viário sob enfoque, para definição da geometria das vias tanto em planta como em perfil e a obtenção de traçados regulares em harmonia com a morfologia local, em particular com a ocupação já existente.

Na elaboração do projeto preservou-se o alinhamento das ruas existentes evitando-se inferior em construções de postes, ocorrendo desta forma, uma adaptação do projeto a situação atual das vias, efetuando-se pequenas correções em planta e perfil com o objetivo de melhor as condições de conforto e segurança para o usuário.

A definição da geometria do sistema e sua caracterização foram adotadas através dos elementos básicos tais como: rios, declividade e largura da plataforma. Os serviços foram desenvolvidos de acordo com a seguinte ordenação:

- Lançamento em planta de acordo com a configuração geométrica do arruamento existente;
- Projeto vertical do sistema viário;

- Cálculo do estaqueamento e dos elementos geométricos das curvas no eixo, paralaçamento nas plantas;
- Desenho em planta dos elementos definidores do sistema referentes no eixo, tais como: rios, cotas, larguras de plataforma, declividades transversais, etc.
- Elementos de locação;
- Fornecimento dos parâmetros definidos das curvas e sua correta localização.

Os greides ficarão colocados no terreno natural para evitar movimentos de terra exagerados.

Qualquer impasse encontrado no local deverá ser analisado e discutido soluções juntamente com a equipe de Engenharia da Prefeitura. Qualquer alteração a ser feita deverá ter a prévia autorização da mesma.

2.2 PROJETO DE TERRAPLANAGEM

O projeto de terraplanagem foi desenvolvido tendo por base as seções transversais do terreno natural, extraídos das plantas do levantamento planialtimétrico existente, obtendo-se volumes de terra a serem movimentados, esses volumes se resumem na maioria dos casos na operação de regularização do subleito, com redução de material selecionado em trechos específicos.

Onde o subleito apresentar baixo índice de suporte ou elevada expansão, recomenda-se a utilização de um reforço do subleito com cascalho ou rachão. A superfície do subleito deverá ser regularizada na largura de toda a pista, de modo que assumam a forma determinada pela seção transversal do projeto.

A compressão do subleito deverá iniciar-se nas bordas e progredir para o centro, devendo cada passada do compressor cobrir, pelo menos, metade da faixa coberta na passada anterior. Nas curvas, a compressão deverá ser iniciada na borda interna, e progredir para a borda externa. Finalizando a compactação do subleito cada pista deverá apresentar uma inclinação de 2% de declividade para as bordas da pavimentação.

2.3 PLACA DA OBRA PADRÃO

Deverá ser fixada uma placa conforme modelo abaixo e outra conforme exigências do agente financiador. Conforme exigido pela fiscalização, a obra deverá possuir placa indicativa em conformidade com cores, medidas, proporções e demais orientações contidas no presente Manual e deverão ser confeccionadas em chapa plana, com material resistente às intempéries, metálicas galvanizadas ou de madeira compensada impermeabilizada, as informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando isso não for possível as informações deverão ser pintadas a óleo ou esmalte. Dá-se preferência ao material plástico, pela sua durabilidade e qualidade.

A placa será afixada pelo Agente Promotor/Mutuário, em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltado para a via que favoreça a melhor visualização. Deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste, precariedade, ou ainda por solicitação da fiscalização (Figura 6).

Figura 2 – Modelo de placa de identificação da obra.



Fonte: (O AUTOR, 2021).

2.4 BARRACÃO DE OBRA

Deverá ser previsto a construção de depósito em canteiro de obra em chapa de madeira compensada e promover a sua conservação até a conclusão do contrato. A construção do depósito poderá ser substituída pela locação de imóvel, desde que este possua área útil compatível com o depósito previsto em planilha orçamentária e condições ideais para tal uso. Neste caso, deverá ser apresentado o contrato de locação comprovando tal finalidade.

2.5 DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO

Demolição manual de piso cimentado sobre lastro de concreto e remoção de árvore porte médio com utilização de retroescavadeira.

2.6 PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

Um pavimento consiste numa estrutura construída sobre uma área terraplenada com a finalidade precípua de melhorar as condições de trafegabilidade sobre a mesma. Isto consiste basicamente de:

- Suportar as cargas superficiais de tráfego, transmitindo-se e dispensando-as em profundidades, a níveis admissíveis para cada estranho existente ou projetado;
- Proporcionar conforto e segurança aos usuários pela rolagem suave dos pneumáticos, sobre superfície de aspereza adequada. Isto provocará redução acentuada no consumo de combustíveis e danos ao veículo;
- Resistir aos esforços horizontais (desgastes), levando a superfície de rolamento a uma vida útil mais longa, permitindo uma trafegabilidade contínua no sistema viário, mesmo durante os períodos chuvosos. É evidente que este fenômeno teria que vir associado a uma drenagem adequada.

Na definição do tipo de pavimento a ser empregado, foi dada grande importância ao seu custo, a disponibilidade de material na região e a oferta de mão-

de-obra capacidade para a sua execução. Procurou-se também adotar um tipo de pavimento que não definisse muito daquele existente na cidade.

2.6.1 Base e revestimento

As Normas Rodoviárias fixam em 23 cm, no mínimo, a soma das espessuras da base de areia ou pedrisco e do revestimento de paralelepípedos.

2.6.2 Paralelepípedos

Os paralelepípedos devem ser de granito, gnaisse, ou originados de outros tipos de rocha de resistência equivalente, apresentando uma distribuição uniforme dos materiais constituintes e estarem isentos de veios, falhas, materiais em desagregação ou arestas quebradas.

Devem ainda apresentar as seguintes características:

- Resistência à compressão axial: 1.000 kg/cm²;
- Peso específico aparente: 2.400 kg/m³; e
- Absorção de água após 48 horas de imersão inferior a 0,5%, em peso.

Os paralelepípedos devem ser aparelhados de modo que suas faces apresentem uma forma retangular. A face superior ou de uso deve apresentar uma superfície razoavelmente plana e com as arestas retilíneas. As faces laterais não poderão apresentar convexidades ou saliências que induzam às juntas maiores que 1,5 cm. O aparelhamento e a classificação por fiadas dos paralelepípedos devem ser de tal forma que no assentamento, as juntas não excedam a 1,5 cm na superfície.

As dimensões dos paralelepípedos devem estar compreendidas dentro dos seguintes limites:

- Comprimento: 17 a 23 cm;
- Largura: 12 a 15 cm; e
- Altura: 11 a 14 cm.

2.6.3 Espalhamento do colchão de Areia

Sobre o subleito preparado, espalha-se a areia regularmente, em tal quantidade que a sua espessura deverá ser de 10 cm, e que a soma da altura da areia mais o paralelepípedo não seja inferior a 15 cm.

2.6.4 Assentamento dos paralelepípedos

Depois de concluídos os serviços de base de areia e determinados os pontos de níveis (cotas) nas linhas d'águas e eixos da rua, deverá ter início os serviços de assentamento de paralelepípedos, normalmente ao eixo da pista, e obedecendo ao abaulamento estabelecidos no projeto. As juntas de cada fiada deverão ser alternativas com relação às fiadas vizinhas, de modo que cada junta fique defronte ao paralelepípedo adjacente, dentro do seu terço médio.

Os paralelepípedos, durante a execução dos serviços, deverão, de preferência, serem depositados à margem da pista, na impossibilidade dessa solução ser adotada, os mesmos poderão ser colocados sobre o subleito já preparado com areia, desde que seja feita a sua distribuição das linhas de referência para o assentamento.

Os paralelepípedos deverão ser em pedras de basalto e, terão a quantidade de trinta e cinco peças por metro quadrado. Deverão ser assentados de tal forma, a proporcionar o mínimo de espaçamento entre as juntas das pedras (não superior a 2,50 cm); quando surgirem pedras com arestas maiores que as demais, antes de sua colocação, serão aparadas utilizando-se a marreta ao ser assentada, a pedra deverá ser batida em no mínimo três vezes.

O lastro de areia deverá ser nivelado manualmente antes do assentamento de cada pedra, sendo que a mesma ficará completamente apoiada na sua base. Este serviço foi calculado em metros quadrados sendo que no valor orçado já está incluso o transporte até a obra.

2.6.5 Rejuntamento

O rejuntamento dos paralelepípedos será efetuado logo que seja terminado o seu assentamento e aplicando argamassa sobre o pavimento de forma adequada a

fim de forçar a penetração desse material, até preencher as juntas dos paralelepípedos.

Será aplicado argamassa com um traço 1:3 (em volume de cimento e areia média úmida), preparo mecânico com betoneira de 400 l.

2.6.6 Compactação

A rolagem deverá progredir dos bordos para o centro, paralelamente ao eixo da pista, de modo uniforme, cada passada atingindo a metade da outra faixa do rolamento, até a completa fixação do calçamento, isto é, até quando não se observar mais nenhuma movimentação da base pela passagem do rolo.

Qualquer irregularidade ou depressão que venha a surgir durante a compactação deverá ser prontamente corrigida, renovando e recolocando os poliedros ou paralelepípedos com maior ou menor adição do material do assentamento, em quantidade suficiente à completa correção do defeito verificado.

A compactação das partes inacessíveis ao rolo compactador deverá ser efetuada por meio de soquetes manuais adequados ou compactador vibratório tipo sapo.

Durante todo o período da construção do pavimento até a sua conclusão deverão ser construídas valetas provisórias que desviem as enxurradas e não será permitido tráfego sobre a pista em construção. Para tanto deverá ser providenciada a sinalização necessária.

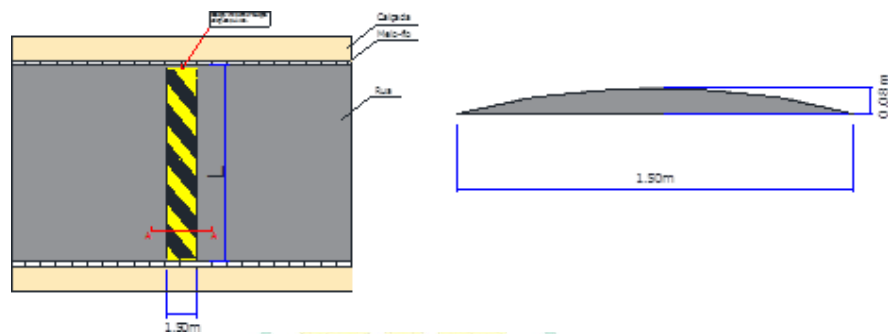
2.6.7 Lombada

As lombadas devem seguir os padrões e critérios para a instalação de ondulação transversal (lombada) do CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN. No projeto de engenharia estão apresentadas as seguintes informações: ONDULAÇÃO TRANSVERSAL TIPO B (Figura 2):

a) L (Largura) igual à da pista, mantendo-se as condições de drenagem superficial;

- b) C (Comprimento): 1,5 m;
- c) H (Altura): $0,08\text{m} < \leq h \leq 0,10\text{m}$

Figura 3 - Detalhes da lombada.



Fonte: (O AUTOR, 2021).

Qualquer impasse encontrado no local deverá ser analisado e discutido soluções juntamente com a equipe de engenharia da prefeitura.

PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

O GOVERNO DA SIMPLICIDADE!

3 CALÇADA

3.1 MEIO-FIO

Esta especificação tem por objetivo fixar as características exigidas para os meios fios de concreto pré-moldado empregadas nesta obra viária.

Conceituar-se-á como meio-fio a peça prismática retangular de dimensões e formatos adiante discriminados, destinada a oferecer solução de descontinuidade entre a pista de rolamento e o passeio ou o acostamento da via pública.

Estas peças são também chamadas de "guias" ou "cordões". Nas especificações da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA será sempre empregada a denominação "meio-fio". Os meios-fios e peças especiais de concreto que deverão atender, quanto aos materiais e métodos executivos empregados, as disposições da NBR – 16697 (ABNT, 2018).

Deverão atender, ainda, as seguintes condições: Consumo mínimo de cimento: 300 Kg/m³, Resistência à compressão axial igual a 25 MPa e a Textura das faces aparentes deverão apresentar uma textura lisa e homogênea resultante do contato direto com as formas metálicas ou de madeira. Não serão aceitos com defeitos construtivos, lascados, retocados ou acabados com trinchas e desempenadeiras.

Os meios-fios de concreto pré-moldado, deverão ser construídos antes da pavimentação, serão do modelo retangular (15 cm x 13 cm x 30 cm x 100 cm) base maior x base menor x altura x comprimento. Deverão ser executados meio fios nos locais indicado em projeto.

O meio-fio será aplicado sobre base de concreto simples e rejuntado com argamassa traço 1:3 (em volume de cimento e areia média úmida), seus encontros deverão se situar entre 2 e 3 cm. O assentamento deverá ser feito atendendo rigorosamente o greide e o alinhamento definidos pelo projeto.

3.2 PASSEIO

Piso em concreto desempenado com Fck igual a 20 MPa, traço 1:2,7:3 (cimento/areia/brita 1) preparo mecânico, espessura 6 cm, com junta de dilatação a cada 2,00 m. Os projetos devem ser analisados criteriosamente, executando os passeios com as larguras definidas em projetos. Serão construídos em locais

definidos no projeto, rampas para Portadores de Necessidade Especial (PNE) conforme projeto, visando atender as regras as regras de acessibilidade previstas na norma NBR 9050 (ABNT, 2020).

3.3 PISO TÁTIL

Serão executados também piso tátil direcional e alerta, conforme projeto de acessibilidade. Os mesmos serão de concreto, colorido na cor vermelha, dimensões 25x25 cm, aplicado com argamassa industrializada AC-II e rejuntado.



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

O GOVERNO DA SIMPLICIDADE!

4 SERVIÇOS

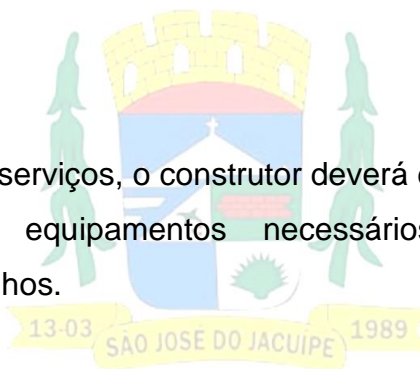
4.1 MÃO DE OBRA

A mão de obra a ser empregada deve ser especializada na área, com operários tecnicamente capazes e conhecedores de suas funções. Com isso espera-se obter em todos os serviços a melhor execução e o melhor esmero possível em acabamentos, que só deverão ser aceitos pela Equipe Técnica da PREFEITURA nessas condições.

Para execução dos serviços, os operários deverão utilizar, obrigatoriamente, equipamentos de proteção individual (EPI).

4.2 FERRAMENTAS

Para a execução dos serviços, o construtor deverá dispor no canteiro de obras do ferramental e dos equipamentos necessários e indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos.



4.3 CONTROLE TECNOLÓGICO E TOLERÂNCIA

Para controle de qualidade dos materiais em utilização, deverão ser efetuados ensaios normatizados caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário. Os ensaios para cada tipo de material deverão atender as especificações do DNIT. Será permitido à FISCALIZAÇÃO a rejeição por inspeção visual de qualquer material utilizado nos serviços de pavimentação.

O pavimento concluído deverá estar de acordo com os alinhamentos, perfis, dimensões e seção transversal típica estabelecida pelo projeto, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- Alinhamento e perfil do meio-fio serão verificados antes do início da pavimentação. Não deverá haver desvios superiores a 20 mm, em relação ao alinhamento e perfil estabelecidos;
- A face do calçamento não deverá apresentar, verificado com régua de 10 mm de comprimento sobre ele disposto em qualquer direção, depressão superior a 10 mm;

- A altura da base de areia mais a do paralelepípedo depois do comprimento, medida por sondagens diretas, não poderá diferir em mais de 5% da espessura fixada no projeto; e
- As juntas dos paralelepípedos deverão ter uma dimensão de 2,5 cm e numa fileira completa, permitem-se no máximo, 30% de tolerância para as juntas que estejam fora do estabelecido.



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

O GOVERNO DA SIMPLICIDADE!

5 SINALIZAÇÃO VIÁRIA

5.1 SINALIZAÇÃO VERTICAL

5.1.1 Placas de informações complementares

Sendo necessário acrescentar informações para complementar os sinais de regulamentação, como período de validade, características e uso do veículo, condições de estacionamento, além de outras, deve ser utilizada uma placa adicional ou incorporada à placa principal, formando um só conjunto, na forma retangular, com as mesmas cores do sinal de regulamentação.

5.1.2 Material de confecção das placas

Deverá ser utilizado material de chapa de aço galvanizado. As placas de sinalização vertical de vias urbanas devem ser confeccionadas em chapas de aço, espessura mínima de 1,25 mm, revestidas com zinco pelo processo contínuo de imersão a quente, conforme Norma NBR 7008-1 (ABNT, 2012), grau ZC, revestimento mínimo Z275.

As placas deverão ser furadas antes de receberem o tratamento. Após cortadas em duas dimensões finais e furadas, as chapas deverão ter as bordas lixadas e deverão receber tratamento preliminar que compreenda desengraxamento e decapagem. Devem, portanto, ser perfeitamente planas, lisas, sem empolamento e isentas de rebarbas ou bordas cortantes, laminadas, resistentes à corrosão atmosférica, devidamente tratadas, sem manchas e sem oxidação, prontas para receber o revestimento com película refletiva ou pintura.

O verso deve ser pintado em preto semifosco. As placas devem obedecer às especificações técnicas em conformidade com a norma NBR 11904 (ABNT, 2015).

5.1.3 Suporte das placas

O suporte deve ser confeccionado em tudo de aço carbono SAE 1010/1020, galvanizado a quente, grau C, de seção circular, com costuras e pontas lisas, em coluna simples e em conformidade com a norma NBR 8261 (ABNT, 2010). Deve atender às seguintes dimensões:

- Diâmetro Interno: 2”;
- Espessura da Parede: 3,0 mm; e
- Diâmetro Externo: 60,3 mm.

A galvanização deverá ser executada após as operações de furação e solda e deverá ser executada nas partes internas e externas da peça, devendo as superfícies apresentarem uma deposição mínima de zinco igual a 350 g/m², quando ensaiado conforme a norma NBR 7397 (ABNT,2016).

A galvanização não deverá se separar do material de base quando submetido ao ensaio de aderência pelo Método do Dobramento, conforme a norma NBR 7398 (ABNT, 2015). A espessura de galvanização (revestimento de zinco) deverá ser, no mínimo, de 50 micra, quando ensaiada conforme a norma NBR 7399 (ABNT, 2015). A galvanização deverá ser uniforme, não devendo existir falhas de zincagem.

As peças, quando ensaiadas conforme a norma NBR 7400 (ABNT, 2015), deverão suportar no mínimo 6 (seis) imersões (Ensaio de Preece) sem apresentar sinais de depósito de cobre e devem permanecer com a cor natural, ou seja, não devem ser pintadas. A extremidade superior do suporte deve ser fechada com peça de PVC específica para essa vedação com 4 cm de altura (ver detalhe abaixo). Os suportes devem ser fixados de modo a manter rigidamente as placas em sua posição permanente e apropriada, evitando que sejam giradas ou deslocadas.

5.1.4 Dispositivos de fixação

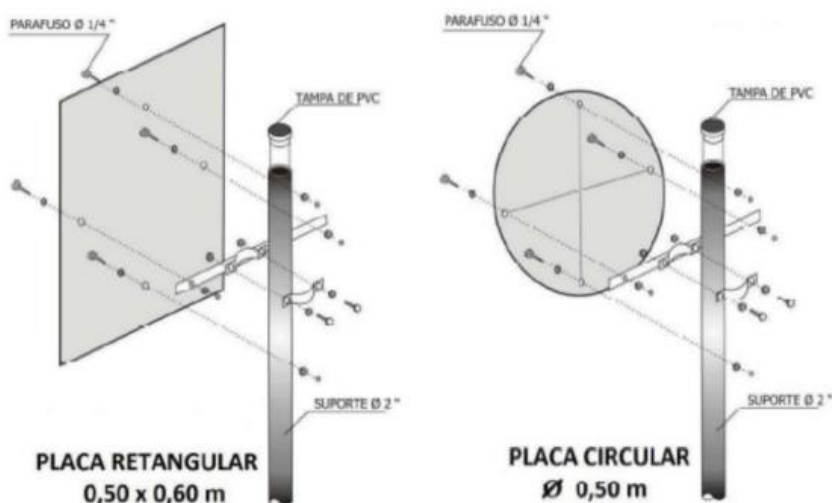
5.1.4.1 Longarinas e abraçadeiras

Deverão ser confeccionados em aço carbono SAE 1010/1020 galvanizado a quente, após as operações de furação e solda. As especificações para a galvanização são as mesmas apresentadas para o suporte. Essas peças não poderão apresentar trincas, fissuras, rebarbas ou bordas cortantes e deverão ser limpas, isenta de terra, óleo, graxa, sais ou ferrugem. Toda escória de solda, bem como respingos, deverá ser removida e seguida de escoamento.

5.1.4.2 Porcas, parafusos e arruelas

As porcas, parafusos e arruelas ($D = 1/4''$) deverão ser de aço galvanizado a fogo e centrifugado. A Figura 4 apresenta os detalhes construtivos da fixação do suporte na placa utilizando longarina, abraçadeira, parafusos, porcas e arruelas.

Figura 4 – Detalhe de fixação das placas.



Fonte: (BHTRANS, 2013).

As placas de identificação de logradouro serão fixadas nas paredes de forma visíveis e perpendiculares a edificação. A mesma terá uma dimensão de 20 cm de largura e 35 cm de comprimento. Será confeccionada em chapa de ferro galvanizado à fogo (esp. mínima de 1,25 mm), e fixada por meio de parafusos nas quatro extremidades da placa.

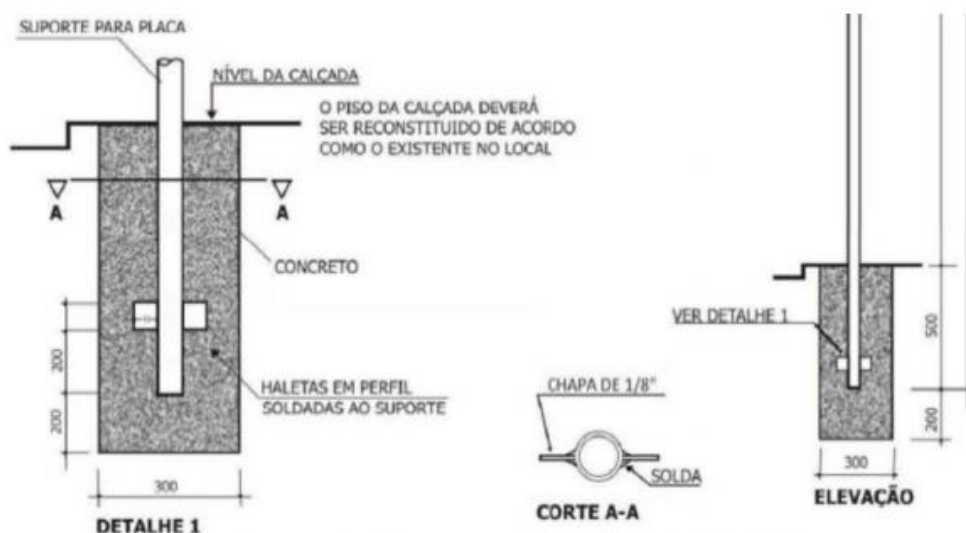
5.1.4.3 Dispositivo anti-giro

Na parte inferior do suporte, deverão ser soldadas 02 (duas) peças de 15 cm de ferro chato $1/8'' \times 3/4''$, no sentido transversal, distando de 100 a 300 mm da base (a ser imerso na Fundação) (Figura 5). Esse dispositivo tem a finalidade de propiciar à placa de sinalização reação contrária a ações externas que tendem a fazer a placa girar sobre seu eixo vertical.

5.1.4.4 Fundação da placa

A Fundação da placa, fixação do suporte ao solo, deverá ser feita utilizando-se concreto Fck de 15 MPa e acabamento com argamassa de cimento e areia no traço em volume 1:3 (cimento, areia) ou compatível com o piso existente na calçada (Figura 5).

Figura 5 – Detalhe do dispositivo antigo e da fundação.



Fonte: (BHTRANS, 2013).

5.1.4.5 Perfuração

A Perfuração de placas deve ser compatível com o tipo e as dimensões de cada placa, de modo a se encaixar perfeitamente aos dispositivos de fixação e ao próprio suporte. No entanto, a furação das longarinas e abraçadeiras seguem o padrão, partindo do eixo do suporte. Os furos são de diâmetro necessário para parafusos $D = 1/4"$. O processo de furação deve ser anterior ao processo de galvanização, para que a galvanização não seja danificada pela furação e também para que as paredes laterais do furo recebam a galvanização e não representem um ponto frágil na peça.

5.1.4.6 Altura da placa de fixação

O Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito especifica que as placas de sinalização de vias urbanas devem estar entre 2,0 e 2,5 metros de altura em relação

ao piso acabado. Para efeitos de padronização, deverá ser fixada a altura de 2,1 metros entre o piso acabado e a borda inferior da placa (altura padrão de uma porta residencial).

6 LIMPEZA FINAL

Após a realização da obra e conclusão dos serviços, deverá ser realizada a limpeza das ruas e calçadas com varrição e com recolhimento de material expurgado e afins.



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

O GOVERNO DA SIMPLICIDADE!

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sempre conveniente que seja realizada uma visita ao local da obra para tomar conhecimento da extensão dos serviços. Sugestões de alterações devem ser feitas ao autor do projeto e à fiscalização, obtendo deles a autorização para o pretendido, sob pena de ser exigido o serviço como inicialmente previsto, sem que nenhum ônus seja debitado ao Contratante.

O diário de obra deverá ser feito conforme modelo fornecido pelo Tribunal de Contas. Deverá ser mantido na obra e preenchido diariamente. A empresa deverá entregar juntamente com o boletim de medição o relatório fotográfico e o diário de obra correspondente a cada período executado.

A obra somente será recebida completamente limpa, sem nenhum vestígio de resíduos da execução da obra, com cerâmicas e azulejos rejuntados e lavados, com aparelhos, vidros, bancadas, peitoris, pisos e paredes, etc. isentos de respingos de tinta, massa corrida ou argamassas. Com as instalações definitivamente ligadas às redes públicas, testadas e em perfeito estado de funcionamento. Todo o entulho e sobras de materiais deverão também ser retirados.

PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

O GOVERNO DA SIMPLICIDADE!

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16697. **Cimento Portland – Requisitos**. Rio de Janeiro, 2018.

_____. NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

_____. NBR 7008-1. **Chapas e bobinas de aço revestidas com zinco ou liga zinco-ferro pelo processo contínuo de imersão a quente Parte 1: Requisitos**. Rio de Janeiro, 2012.

_____. NBR 11904. **Sinalização vertical viária - Placas de aço zincado**. Rio de Janeiro, 2015.

_____. NBR 8261. **Tubos de aço-carbono, com e sem solda, de seção circular, quadrada ou retangular para usos estruturais – Requisitos**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. NBR 7397. **Produto de aço e ferro fundido galvanizado por imersão a quente — Determinação da massa do revestimento por unidade de área — Método de ensaio**. Rio de Janeiro, 2016.

_____. NBR 7398. **Produto de aço e ferro fundido galvanizado por imersão a quente - Verificação da aderência do revestimento - Método de ensaio**. Rio de Janeiro, 2015.

_____. NBR 7399. **Produto de aço e ferro fundido galvanizado por imersão a quente - Verificação da espessura do revestimento por processo não destrutivo - Método de ensaio**. Rio de Janeiro, 2015.

_____. NBR 7400. **Galvanização de produtos de aço e ferro fundido por imersão a quente - Verificação da uniformidade do revestimento - Método de ensaio**. Rio de Janeiro, 2015.

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Especificações Técnicas de Sinalização Vertical. Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans), pag. 80, 2013.

Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). **Especificações de Concorrência Pública**. Empresa Municipal de Urbanismo (EMURB), pag. 32, 2005.

28 de outubro de 2021, São José do Jacuípe – BA.

Gessivaldo Oliveira Carneiro
Gessivaldo Carneiro
Eng. Civil
CREA-BA 3000 88946

Responsável técnico

Nome: Gessivaldo Oliveira Carneiro

CREA-BA: 3000.88946

ART: BA20210612861



PREFEITURA DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

O GOVERNO DA SIMPLICIDADE!

COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS)

A - ÍTENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO DA OBRA		% sobre CD
A - Administração Central		4,01%
B - Riscos		0,56%
C - Seguros e Garantias		0,40%
SUBTOTAL 1 (A)		4,97%
B - LUCRO		% sobre CD
D - Lucro operacional		7,30%
SUBTOTAL 2 (B)		7,30%
C - CUSTO FINANCEIRO		% sobre CD
E - Custos Financeiros (CF)		1,11%
SUBTOTAL 3 (C)		1,11%
D - TRIBUTOS		% sobre CD
F - PIS		0,65%
G - COFINS		3,00%
H - ISSQN		3,00%
I - INSS (Desoneração)		0,00%
SUBTOTAL 4 (D)		6,65%
		% sobre CD
BDI TOTAL (TCU)		22,00%

CD = Custo Direto

$$BDI (TCU) = \frac{(1+A)(1+B)(1+C)}{(1-D)} - 1,0$$

A = Somatória das despesas indiretas, exceto tributos e despesas financeiras

C = Taxa das despesas financeiras

B = Taxa de lucro

D = Taxa da incidência dos impostos

Declaro que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo do ISS

Declaro que os custos unitários adotados atendem ao regime de contribuição

28 de outubro de 2021, São José do Jacuípe - BA

Gessivaldo Oliveira Carneiro
 Gessivaldo Carneiro
 Eng. Civil
 CREA-BA 3000 88946

Responsável técnico

Nome: Gessivaldo Oliveira Carneiro

CREA-BA: 3000.88946

ART: BA20210612861

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

ITEM	DESCRIÇÃO	%	VALOR DO SERVIÇO	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06
		100%	1.180.993,26	184.574,80	184.574,80	164.836,36	228.686,72	231.655,02	186.665,57
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	3,3%	39.476,88	50%	50%				
1.2	TERRAPLENAGEM	3,2%	37.396,50	15%	15%	15%	20%	20%	15%
1.3	DEMOLIÇÃO	2,5%	29.683,03				30%	40%	30%
1.4	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO	89,9%	1.061.512,55	15,00%	15,00%	15,00%	20,00%	20,00%	15%
1.5	SINALIZAÇÃO	0,6%	6.645,63						100%
1.6	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0,53%	6.278,67						100%
Percentual Simples				15,63%	15,63%	13,96%	19,36%	19,62%	15,81%
Percentual Acumulado				15,63%	31,26%	45,21%	64,58%	84,19%	100,00%
Total Simples				184.574,80	184.574,80	164.836,36	228.686,72	231.655,02	186.665,57
Total Acumulado				184.574,80	369.149,60	533.985,95	762.672,67	994.327,69	1.180.993,26

Gessivaldo Oliveira Carneiro
Gessivaldo Carneiro
Eng. Civil
CREA-BA 3000 88946

28 de outubro de 2021, São José do Jacuípe - BA

Responsável técnico
Nome: Gessivaldo Oliveira Carneiro
CREA-BA: 3000.88946
ART: BA20210612861

MEMORIAL DE CÁLCULO
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA									
ESTACA INÍCIO	ESTACA	COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	CONTENÇÃO	LARGURA	ÁREA	
			MÉDIA	PAVIMENTADA			PASSEIO	PASSEIO	
E0	E1	20,00	8,41	168,20	40,00	0,00	1,9		76,00
E1	E2	20,00	8,35	167,00	40,00	0,00	1,9		76,00
E2	E3	20,00	8,25	165,00	40,00	0,00	1,9		76,00
E3	E4	20,00	8,17	163,40	40,00	0,00	1,9		76,00
E4	E5	20,00	8,10	162,00	40,00	0,00	1,9		76,00
E5	E6	20,00	8,25	196,58	23,38	24,22	1,89		44,07
E6	E7	20,00	8,32	166,40	40,00	0,00	1,89		75,40
E7	E8	20,00	8,39	167,80	40,00	0,00	1,89		75,40
E8	E9	20,00	8,45	169,00	40,00	0,00	1,90		75,80
E9	E10	20,00	8,51	170,20	40,00	0,00	1,9		76,00
E10	E11	20,00	8,58	203,60	23,16	24,44	1,90		43,89
E11	E12	20,00	8,91	178,20	40,00	0,00	1,9		76,00
E12	E13	20,00	9,11	182,20	40,00	0,00	1,78		71,00
E13	E14	20,00	9,28	185,60	40,00	0,00	1,73		69,00
E14	E15	20,00	9,47	189,40	40,00	0,00	1,78		71,20
E15	E16	20,00	9,64	192,80	40,00	0,00	1,87		74,60
E16	E17	20,00	9,97	258,16	23,22	24,30	1,93		44,70
E17	E18	20,00	10,06	201,20	40,00	0,00	1,91		76,20
E18	E19	20,00	10,10	217,71	31,73	12,07	1,89		59,97
E19	E20	20,00	9,71	194,20	40,00	0,00	1,92		76,60
E20	E21	20,00	9,38	187,60	40,00	0,00	1,91		76,40
E21	E22	20,00	9,13	182,60	40,00	0,00	1,91		76,40
E22	E23	20,00	8,94	178,80	42,40	15,58	1,89		79,92
E23	E23+15,88	15,88	8,80	225,71	31,76	12,64	1,90		60,19
		475,88	8,93	4473,36	895,65	113,25	1,88		1682,74

DEMOLIÇÃO RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA
 ÁREA TOTAL
 473,41870m²

RUA JONAS FIGUEIREDO									
ESTACA INÍCIO	ESTACA	COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	CONTENÇÃO	LARGURA	ÁREA	
			MÉDIA	PAVIMENTADA			PASSEIO	PASSEIO	
E0	E1	20,00	7,80	156,00	40,00	0,00	1,8		72,00
E1	E2	20,00	8,45	169,00	40,00	0,00	1,8		72,00
E2	E3	20,00	9,09	227,25	27,77	25,39	1,8		49,99
E3	E4	20,00	8,86	177,20	40,00	0,00	1,8		72,00
E4	E5	20,00	8,83	176,60	40,00	0,00	1,8		72,00
E5	E6	20,00	8,83	176,60	40,00	0,00	1,8		72,00
E6	E7	20,00	8,81	176,20	40,00	0,00	1,8		72,00
E7	E8	20,00	8,79	175,80	40,00	0,00	1,8		72,00
E8	E9	20,00	8,77	175,40	40,00	0,00	1,8		72,00
E9	E10	20,00	8,76	175,20	27,93	15,67	1,8		50,27
E10	E11	20,00	8,88	199,33	40,00	0,00	1,8		72,00
E11	E11+7,27	7,27	8,40	61,07	14,54	11,92	1,8		26,17
		227,27	8,69	2045,64	430,24	52,98	1,8		774,43

DEMOLIÇÃO RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA
 ÁREA TOTAL
 99,06270m²

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - NÃO DESONERADA
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

DATA BASE:	REVISÃO:	01
	BDI	22,00%
	SINAPI -	jul/21
	ORSE -	jul/21

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DATA BASE:	QUANT.	PREÇO		CUSTO TOTAL	BDI
						S/ BDI	C/ BDI		
001 SERVIÇOS PRELIMINARES									R\$ 39.476,88
001-001	ORSE	51	PLACA DE OBRA EM CHAPA AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	M2	4,50	R\$ 352,82	R\$ 430,44	R\$ 1.936,98	
001-002	ORSE	56	BARRAÇÃO PARA ESCRITÓRIO DE OBRA PORTE PEQUENO S=25,41M2 COM MATERIAIS NOVOS	UN	2,00	R\$ 13.966,56	R\$ 17.039,20	R\$ 34.078,40	
001-003	ORSE	59	INTERDIÇÃO DE OBRA COM FITA DE SINALIZAÇÃO	M	350,00	R\$ 8,11	R\$ 9,89	R\$ 3.461,50	
002 TERRAPLENAGEM									R\$ 37.396,50
002-001	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	8.696,86	R\$ 2,10	R\$ 2,56	R\$ 22.263,96	
002-002	ORSE	2605	LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO	M2	8.696,86	R\$ 1,43	R\$ 1,74	R\$ 15.132,54	
003 DEMOLIÇÃO									R\$ 29.683,03
003-001	ORSE	16	DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO - REV 01	M2	909,17	R\$ 20,58	R\$ 25,11	R\$ 22.829,26	
003-002	ORSE	4268	REMOÇÃO DE ÁRVORE, PORTE MÉDIO, COM UTILIZAÇÃO DE RETRO-ESCAVADEIRA	UN	63,00	R\$ 89,17	R\$ 108,79	R\$ 6.853,77	
004 SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO									R\$ 1.061.512,55
004.001 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS									R\$ 999.753,80
004-001.001	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	M2	8.696,86	R\$ 67,43	R\$ 82,26	R\$ 715.403,70	
004-001.002	SINAPI	94275	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS. AF_06/2016_P	M	2.057,96	R\$ 39,87	R\$ 48,64	R\$ 100.099,17	
004-001.003	COMPOSIÇÃO	101	CONSTRUÇÃO DE LOMBADAS EM PARALELEPÍPEDO COM LARGURA DE 1,50 M E ALTURA = 10 CM	UN	3,00	R\$ 343,63	R\$ 419,23	R\$ 1.257,69	
004-001.004	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3	169,51	R\$ 742,83	R\$ 906,25	R\$ 153.618,44	
004-001.005	ORSE	4358	ATERRO DE ÁREAS, COM MATERIAL ADQUIRIDO EM DEPÓSITO, COM ESPALHAMENTO MANUAL, SEM COMPACTAÇÃO.	M3	135,10	R\$ 168,50	R\$ 205,57	R\$ 27.772,51	
004-001.006	ORSE	11447	COMPACTAÇÃO MANUAL COM COMPACTADOR A PERCUSSÃO SAPINHO, SEM CONTROLE DO GRAU DE COMPACTAÇÃO	M3	135,10	R\$ 9,72	R\$ 11,86	R\$ 1.602,29	
004.002 PAVIMENTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE									R\$ 61.758,75
004-002.001	ORSE	7324	PISO TÁTIL DIRECIONAL E/OU ALERTA, DE CONCRETO, COLORIDO, P/DEFICIENTES VISUAIS, DIMENSÕES 25X25CM, APLICADO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-II, REJUNTADO, EXCLUSIVE REGULARIZAÇÃO DE BASE	M2	396,47	R\$ 86,56	R\$ 105,60	R\$ 41.867,23	
004-002.002	ORSE	12436	RAMPA PADRÃO PARA ACESSO DE DEFICIENTES A PASSEIO PÚBLICO, EM CONCRETO SIMPLES FCK=25MPA, DESEMPOLADA, PINTADA EM NOVACOR, 02 DEMÃOS E PISO TÁTIL DE ALERTA/DIRECIONAL.	UN	44,00	R\$ 370,56	R\$ 452,08	R\$ 19.891,52	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - NÃO DESONERADA
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

DATA BASE:	REVISÃO:	01
	BDI	22,00%
	SINAPI -	jul/21
	ORSE -	jul/21

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DATA BASE:	QUANT.	PREÇO		CUSTO TOTAL	BDI
						S/ BDI	C/ BDI		
005 SINALIZAÇÃO									R\$ 6.645,63
005-001	ORSE	4249	CONFECCÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO Nº 18 (60X50 CM), COM 02 DEMÃOS DE FUNDO ANTI-CORROSIVO (SUPER GALVITE OU SIMILAR), 02 DEMÃOS DE ESMALTE E MENSAGEM EM PELÍCULA REFLETIVA, AUTO-ADESIVA	UN	17,00	R\$ 125,00	R\$ 152,50	R\$ 2.592,50	
005-002	ORSE	2555	PLACA 20X35 EM CHAPA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS	UN	15,00	R\$ 55,81	R\$ 68,09	R\$ 1.021,35	
005-003	ORSE	10808	CONFECCÃO SUPORTE E TRAVESSA PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO	UN	17,00	R\$ 146,18	R\$ 178,34	R\$ 3.031,78	
006 SERVIÇOS COMPLEMENTARES									R\$ 6.278,67
006-001	ORSE	6191	LIMPEZA DE RUAS (VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS)	M²	12.074,36	R\$ 0,43	R\$ 0,52	R\$ 6.278,67	
TOTAL DA OBRA									R\$1.180.993,26

Gessivaldo Oliveira Carneiro
Gessivaldo Carneiro
Eng. Civil
CREA-BA 3000.88946

28 de outubro de 2021, São José do Jacuípe - BA

Responsável técnico
Nome: Gessivaldo Oliveira
CREA-BA: 3000.88946
ART: BA20210612861

MEMORIAL DE CÁLCULO
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

RUA SATURINO GOMES DA SILVA									
ESTACA INÍCIO	ESTACA	COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	CONTENÇÃO	LARGURA	ÁREA	
			MÉDIA	PAVIMENTADA			PASSEIO	PASSEIO	
E0	E1	20,00	7,58	151,60	40,00	0,00	1,9	76,00	
E1	E2	20,00	7,66	153,20	40,00	0,00	1,9	76,00	
E2	E3	20,00	7,76	155,20	40,00	0,00	1,9	76,00	
E3	E4	20,00	7,80	183,95	25,29	22,31	1,9	48,05	
E4	E5	20,00	7,84	156,80	40,00	0,00	1,9	76,00	
E5	E6	20,00	7,90	158,00	40,00	0,00	1,9	76,00	
E6	E7	20,00	7,95	190,62	23,36	24,24	1,9	44,38	
E7	E8	20,00	8,03	160,60	40,00	0,00	1,9	76,00	
E8	E9	20,00	7,91	158,20	40,00	0,00	1,9	76,00	
E9	E10	20,00	7,81	156,20	40,00	0,00	1,9	76,00	
E10	E11	20,00	7,81	185,80	24,42	23,18	1,9	46,40	
E11	E12	20,00	8,12	162,40	40,00	0,00	1,9	76,00	
E12	E13	20,00	8,02	160,40	40,00	0,00	1,9	76,00	
E13	E14	5,66	7,93	44,88	11,32	11,72	1,9	21,51	
E14	E13+5.66	5,66	7,93	44,88	11,32	11,72	1,9	21,51	
		265,66	7,87	2177,85	484,39	81,45	1,9	920,34	

DEMOLIÇÃO RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA
ÁREA TOTAL
336,69110m²

	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA	RUA JONAS FIGUEIREDO	RUA SATURINO GOMES DA SILVA	TOTAL
MEIO FIO (m) =	895,65	430,24	484,39	1.810,28
ÁREA TOTAL DA VIA (m²) =	4.473,36	2.045,64	2.177,85	8.696,86
ÁREA TOTAL DE CALÇADA (m²) =	1.682,74	774,43	920,34	3.377,51
ÁREA TOTAL DE LIMPEZA (m²) =	6.156,10	2.820,08	3.098,19	12.074,36
COMPRIMENTO DA VIA (M) =	475,88	227,27	265,66	968,81

SERVIÇOS PRELIMINARES						
001-001	PLACA DE OBRA EM CHAPA AÇO GALVANIZADO, INSTALADA					
	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA	RUA JONAS FIGUEIREDO	RUA SATURINO GOMES DA SILVA	TOTAL		
	PLACA DE OBRA (m²) =	4,50		4,50		
001-002	BARRACÃO PARA ESCRITÓRIO DE OBRA PORTE PEQUENO S=25,41M2 COM MATERIAIS NOVOS					
	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA	RUA JONAS FIGUEIREDO	RUA SATURINO GOMES DA SILVA	TOTAL		
	BARRACÃO PARA ESCRITÓRIO (UN)	2,00		2,00		
001-003	INTERDIÇÃO DE OBRA COM FITA DE SINALIZAÇÃO					
	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA	RUA JONAS FIGUEIREDO	RUA SATURINO GOMES DA SILVA	TOTAL		
	FITA DE SINALIZAÇÃO (M)	350,00		350,00		
TERRAPLENAGEM						
002-001	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019					
	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA	RUA JONAS FIGUEIREDO	RUA SATURINO GOMES DA SILVA	TOTAL		
	ÁREA DE REGULARIZAÇÃO (M2)	4473,36	2045,64	2177,85	8696,86	
002-002	LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO					
	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA	RUA JONAS FIGUEIREDO	RUA SATURINO GOMES DA SILVA	TOTAL		
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO (M)	4473,36	2045,64	2177,85	0,00	8696,86
DEMOLIÇÃO						
003-001	DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO - REV 01					
	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA	RUA JONAS FIGUEIREDO	RUA SATURINO GOMES DA SILVA	TOTAL		
	DEMOLIÇÃO (M2)	473,42	99,06	336,69	909,17	

MEMORIAL DE CÁLCULO
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA						
003-002	REMOÇÃO DE ÁRVORE, PORTE MÉDIO, COM UTILIZAÇÃO DE RETRO-ESCAVADEIRA					TOTAL
	REMOÇÃO DE ÁRVORE (UN)	63,00				63,00
004-001.001	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO					TOTAL
	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020					
	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO (M2)	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA 4.473,36	RUA JONAS FIGUEIREDO 2.045,64	RUA SATURINO GOMES DA SILVA 2.177,85		8696,86
004-001.002	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS. AF_06/2016_P					TOTAL
	MEIO FIO (M)	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA 1.008,90	RUA JONAS FIGUEIREDO 483,22	RUA SATURINO GOMES DA SILVA 565,84		2057,96
	CINTA	113,25	52,98	81,45		
004-001.003	CONSTRUÇÃO DE LOMBADAS EM PARALELEPÍEDO COM LARGURA DE 1,50 M E ALTURA = 10 CM					TOTAL
	CONSTRUÇÃO DE LOMBADAS (UN)	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA 2,00	RUA JONAS FIGUEIREDO 0,00	RUA SATURINO GOMES DA SILVA 1,00		3,00
004-001.004	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016					TOTAL
	ÁREA TOTAL DE CALÇADA (M2)	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA 1508,32	RUA JONAS FIGUEIREDO 664,27	RUA SATURINO GOMES DA SILVA 784,68		
	ESPESSURA (M)	0,06	0,06	0,06		
	VOLUME TOTAL (M3)	86,48	38,01	45,02		169,51
	ÁREA TOTAL DA RAMPA (M2)	174,42	110,16	135,66		
004-001.005	ATERRO DE ÁREAS, COM MATERIAL ADQUIRIDO EM DEPÓSITO, COM ESPALHAMENTO MANUAL, SEM COMPACTAÇÃO.					TOTAL
	ÁREA TOTAL DE CALÇADA (M2)	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA 1682,74	RUA JONAS FIGUEIREDO 774,43	RUA SATURINO GOMES DA SILVA 920,34		
	ALTURA	0,04	0,04	0,04		
	ATERRO (M3)	67,31	30,98	36,81		135,10
004-001.006	COMPACTAÇÃO MANUAL COM COMPACTADOR A PERCUSSÃO SAPINHO, SEM CONTROLE DO GRAU DE COMPACTAÇÃO					TOTAL
	COMPACTAÇÃO (M3)	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA 67,31	RUA JONAS FIGUEIREDO 30,98	RUA SATURINO GOMES DA SILVA 36,81		135,10
004-002.001	PISO TÁTIL DIRECIONAL E/OU ALERTA, DE CONCRETO, COLORIDO, P/DEFICIENTES VISUAIS, DIMENSÕES 25X25CM, APLICADO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-II, REJUNTADO, EXCLUSIVE REGULARIZAÇÃO DE BASE					TOTAL
	EXTENSÃO DA CALÇADA (M)	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA 895,65	RUA JONAS FIGUEIREDO 430,24	RUA SATURINO GOMES DA SILVA 484,39		
	PISO TÁTIL (M2)	200,96	92,26	103,25		396,47
	ESPESSURA (M)	0,02	0,02	0,02		
	VOLUME (M3)	4,02	1,85	2,06		
004-001.006	RAMPA PADRÃO PARA ACESSO DE DEFICIENTES A PASSEIO PÚBLICO, EM CONCRETO SIMPLES FCK=25MPA, DESEMPOLADA, PINTADA EM NOVACOR, 02 DEMÃOS E PISO TÁTIL DE ALERTA/DIRECIONAL.					TOTAL
	RAMPA (UN)	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA 18,00	RUA JONAS FIGUEIREDO 12,00	RUA SATURINO GOMES DA SILVA 14,00		44,00

MEMORIAL DE CÁLCULO
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

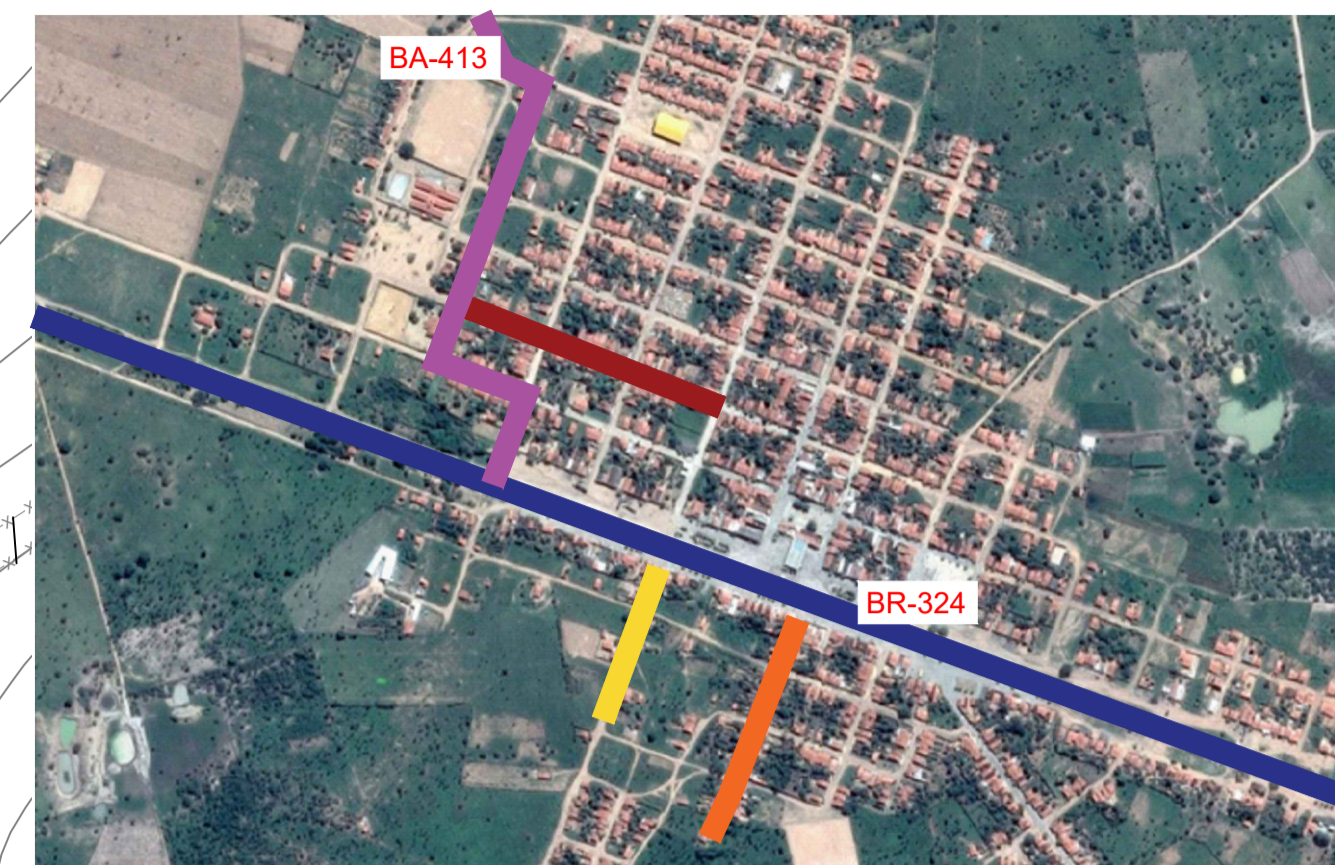
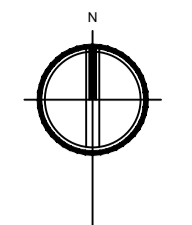
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE/BA

SINALIZAÇÃO					
005-001	CONFEÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO Nº 18 (60X50 CM), COM 02 DEMÃOS DE FUNDO ANTI-CORROSIVO (SUPER GALVITE OU SIMILAR), 02 DEMÃOS DE ESMALTE E MENSAGEM EM PELÍCULA REFLETIVA, AUTO-ADESIVA				TOTAL
	PLACA DE SINALIZAÇÃO (UN)	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA 9,00	RUA JONAS FIGUEIREDO 3,00	RUA SATURINO GOMES DA SILVA 5,00	17,00
005-002	CONFEÇÃO DE PLACA DE LOGRADOURO (UN)	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA 6,00	RUA JONAS FIGUEIREDO 4,00	RUA SATURINO GOMES DA SILVA 5,00	15,00
005-003	CONFEÇÃO DE SUPORTE (UN)	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA 9,00	RUA JONAS FIGUEIREDO 3,00	RUA SATURINO GOMES DA SILVA 5,00	17,00

Gessivaldo Oliveira Carneiro
Gessivaldo Carneiro
Eng. Civil
CREA-BA 3000 88946

Responsável técnico
Nome: Gessivaldo Oliveira Carneiro
CREA-BA: 3000.88946
ART: BA20210612861

22 de fevereiro de 2022, São José do Jacuípe - BA



2 MAPA MACRO

LEGENDA

1A	RUA ABÍLIO ANTÔNIO DA SILVA
2A	RUA JONAS FIGUEIREDO
3A	RUA SATURNINO GOMES DA SILVA
	PONTO DE REFERÊNCIA
	BR - 324
	BA - 413

COORDENADAS DE REFERÊNCIAS

RUA ABÍLIO ANTÔNIO DA SILVA	-11.424078, -39.886341
RUA JONAS FIGUEIREDO	-11.426624, -39.886272
RUA SATURNINO GOMES DA SILVA	-11.427789, -39.884959

LEGENDA:

	LOGRADOUROS PAVIMENTADOS
	LOGRADOUROS A RECEBER PAVIMENTAÇÃO
	LOGRADOUROS NÃO PAVIMENTADOS
	CURVAS DE NÍVEL
	CERCA DE ARAME
	ÁRVORE EXISTENTE

Gessivaldo Carneiro
Eng. Civil
CREA-BA 3000 88946

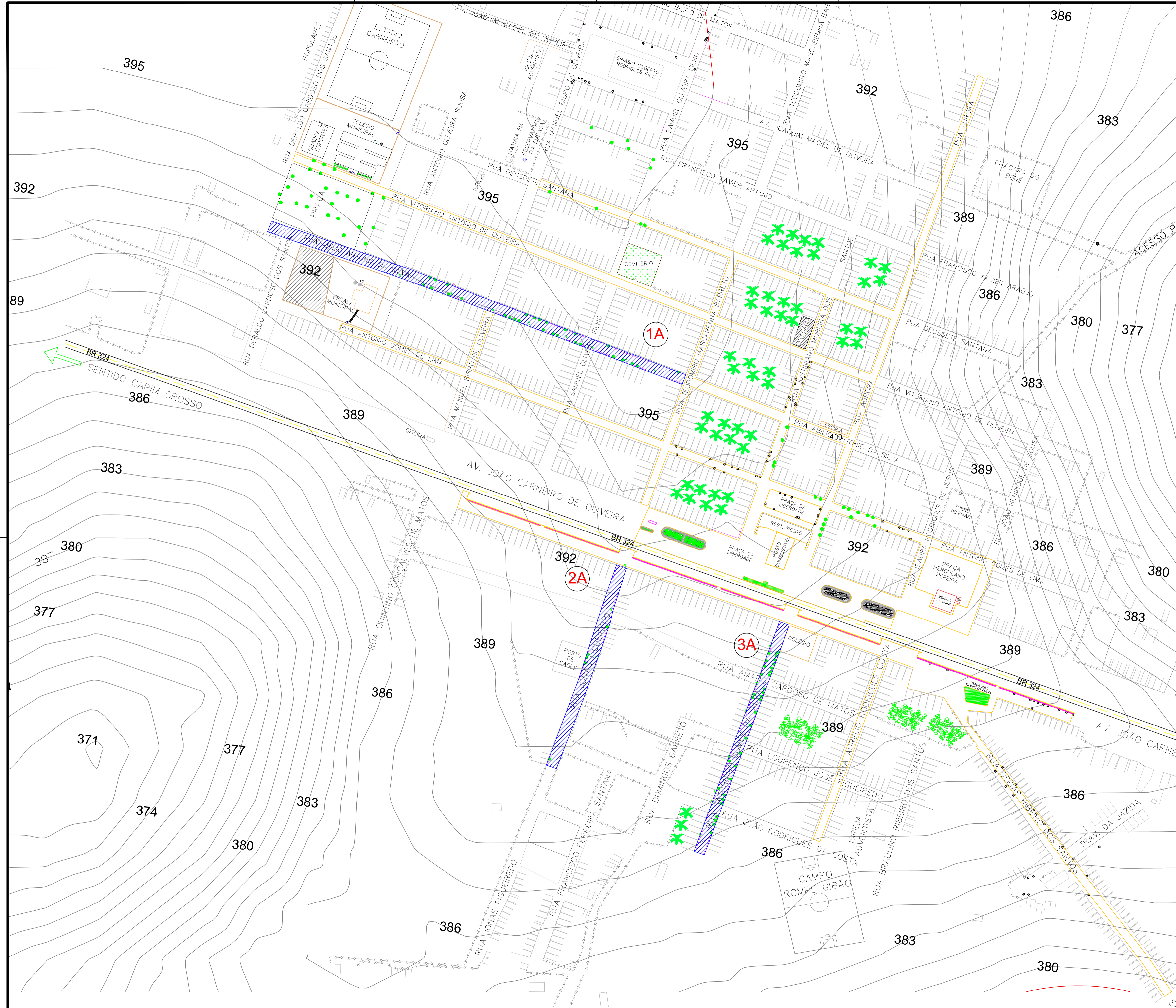
02	ADIÇÃO DE INFORMAÇÕES A PRANCHA	13/12	GESSIVALDO CARNEIRO
01	REVISÃO	20/08	GESSIVALDO CARNEIRO
00	EMIÇÃO INICIAL	28/07	GESSIVALDO CARNEIRO CREA/BA 3000.88946
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	ELABORADO

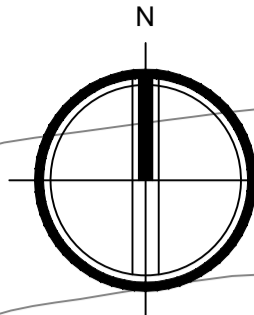
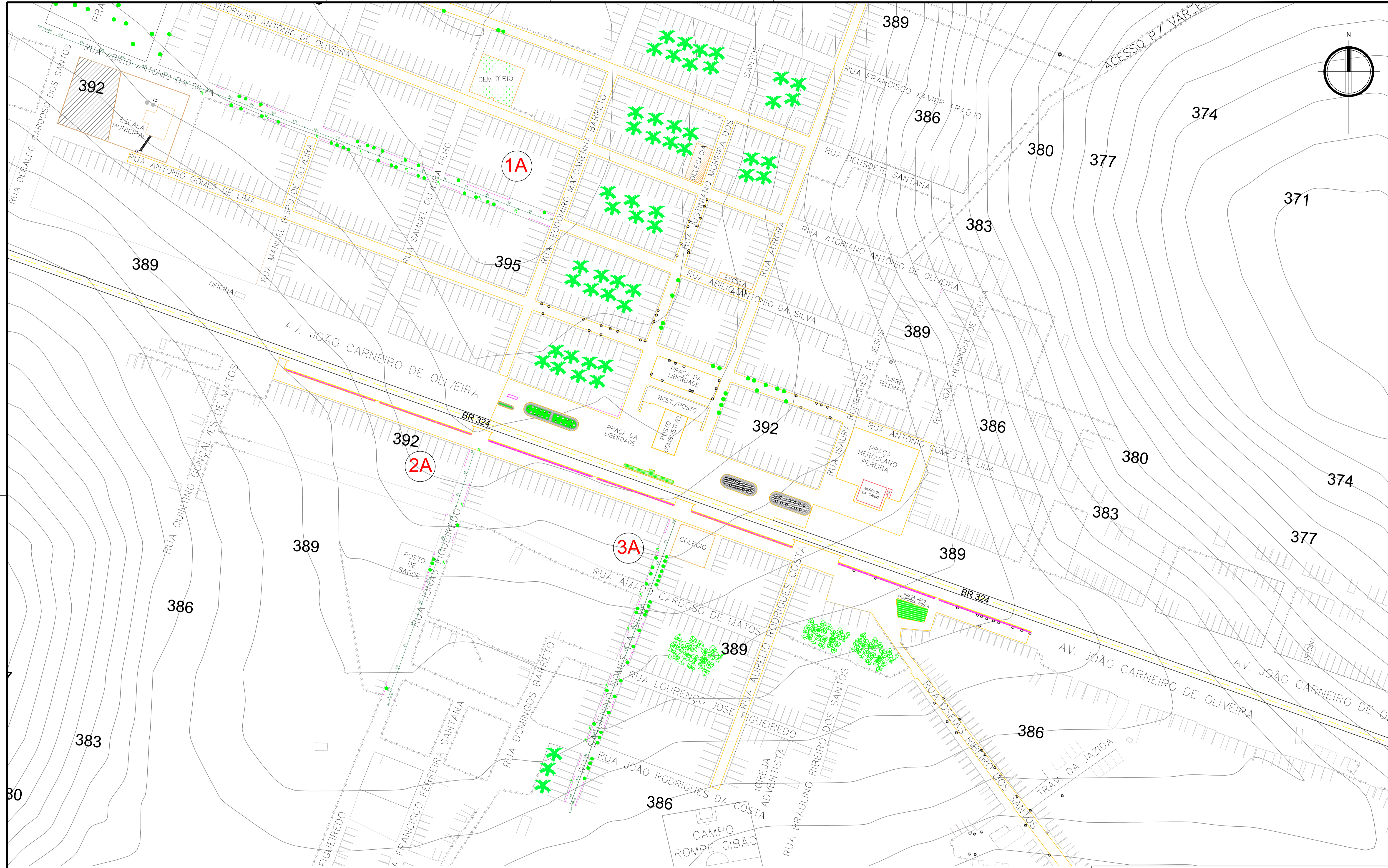


PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPI

GESTÃO:	ALBERLAN PERIS MOREIRA DA CUNHA	MUNICÍPIO:	SÃO JOSÉ DO JACUIPI	DATA:	AGOSTO DE 2021
TÍTULO:	PROJETO GEOMÉTRICO DE PAVIMENTAÇÃO	FOLHA:	01/10	20/08	
LOCAL:	RUAS JONAS FIGUEIREDO, ABÍLIO ANTÔNIO DA SILVA E SATURNINO GOMES DA SILVA - DISTRITO DE ITATIAIA	FORMATO:	A1		
ESCALA:	1:2000	PROJETO:	PLANTA DE LOCALIZAÇÃO		

1 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO





1 PLANTA DE PLANALTIMÉTRICO
1:7500

LEGENDA E SIMBOLOGIA

- BORDA DA RUA
- BORDA DO PASSEIO EXISTENTE
- MUDANÇA DE LARGURA DE RUA
- CALÇADA EM CONCRETO
- + POSTE
- LOGRADOUROS PAVIMENTADOS
- CURVAS DE NÍVEL
- - - - CERCA DE ARAME
- + ÁRVORE EXISTENTE



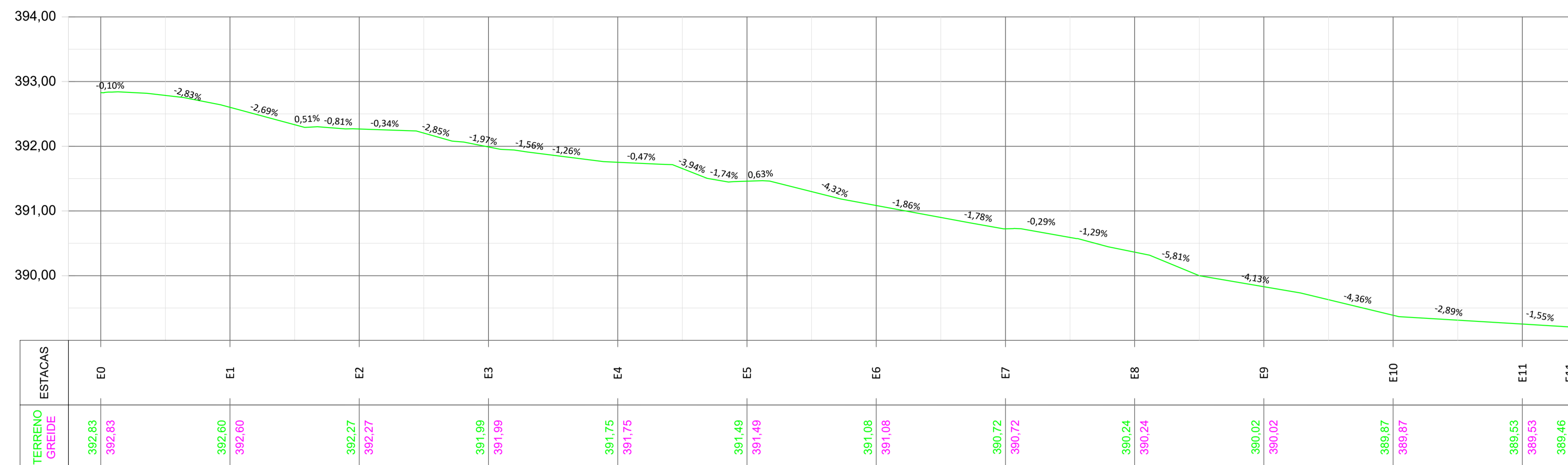
Gessvaldo Carneiro
Eng. Civil
CREA-BA 3000 88946



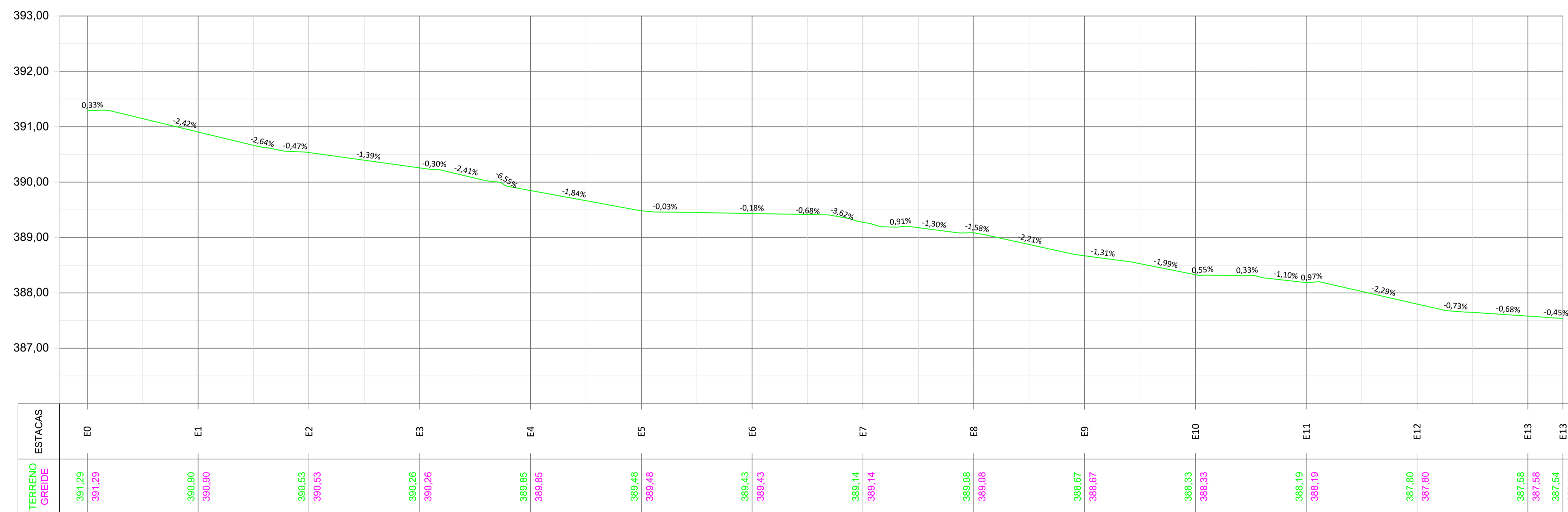
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPE

GESTÃO: ALBERLAN PERIS MOREIRA DA CUNHA	MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO JACUIPE	DATA: AGOSTO DE 2021
TÍTULO: PROJETO GEOMÉTRICO DE PAVIMENTAÇÃO	FOLHA: 02/10	20/08
LOCAL: RUAS JONAS FIGUEIREDO, ABÍLIO ANTONIO DA SILVA E SATURNINO GOMES DA SILVA - DISTRITO DE ITAIAIA	FORMATO: A1	
ESCALA: 1:1500	PROJETO: ENG. GESSVALDO OLIVEIRA CARNEIRO CREA/BA: 30000.88946	LEVANTAMENTO PLANALTIMÉTRICO

PERFIL LONGITUDINAL
RUA JONAS FIGUEIREDO
Escala Vert 1:100



PERFIL LONGITUDINAL
RUA SATURNINO GOMES DA SILVA
Escala Vert 1:100



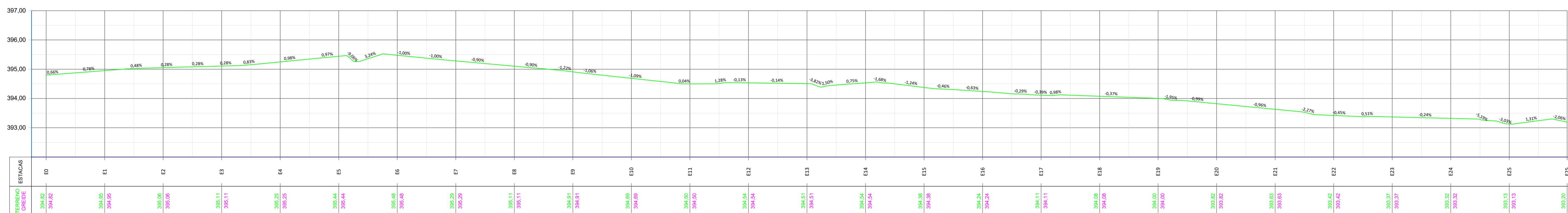
Gessivaldo Carneiro
Eng. Civil
CREA-BA 3000 81946



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPE**

GESTÃO: ALBERLAN PERIS MOREIRA DA CUNHA	MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO JACUIPE	DATA: AGOSTO DE 2021
TÍTULO: PROJETO GEOMÉTRICO DE PAVIMENTAÇÃO	FOLHA: 03/10	20/08
LOCAL: RUAS JONAS FIGUEIREDO E SATURNINO GOMES DA SILVA - DISTRITO DE ITAIIAIA	FORMATO: A1	
ESCALA: 1:500	RESP. TÉCNICO E PROJETO: ENG. GESSIVALDO OLIVEIRA CARNEIRO CREA/BA: 30000.88946	PROJETO: PERFIS LONGITUDINAIS

PERFIL LONGITUDINAL
RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA
Escala Vert 1:100



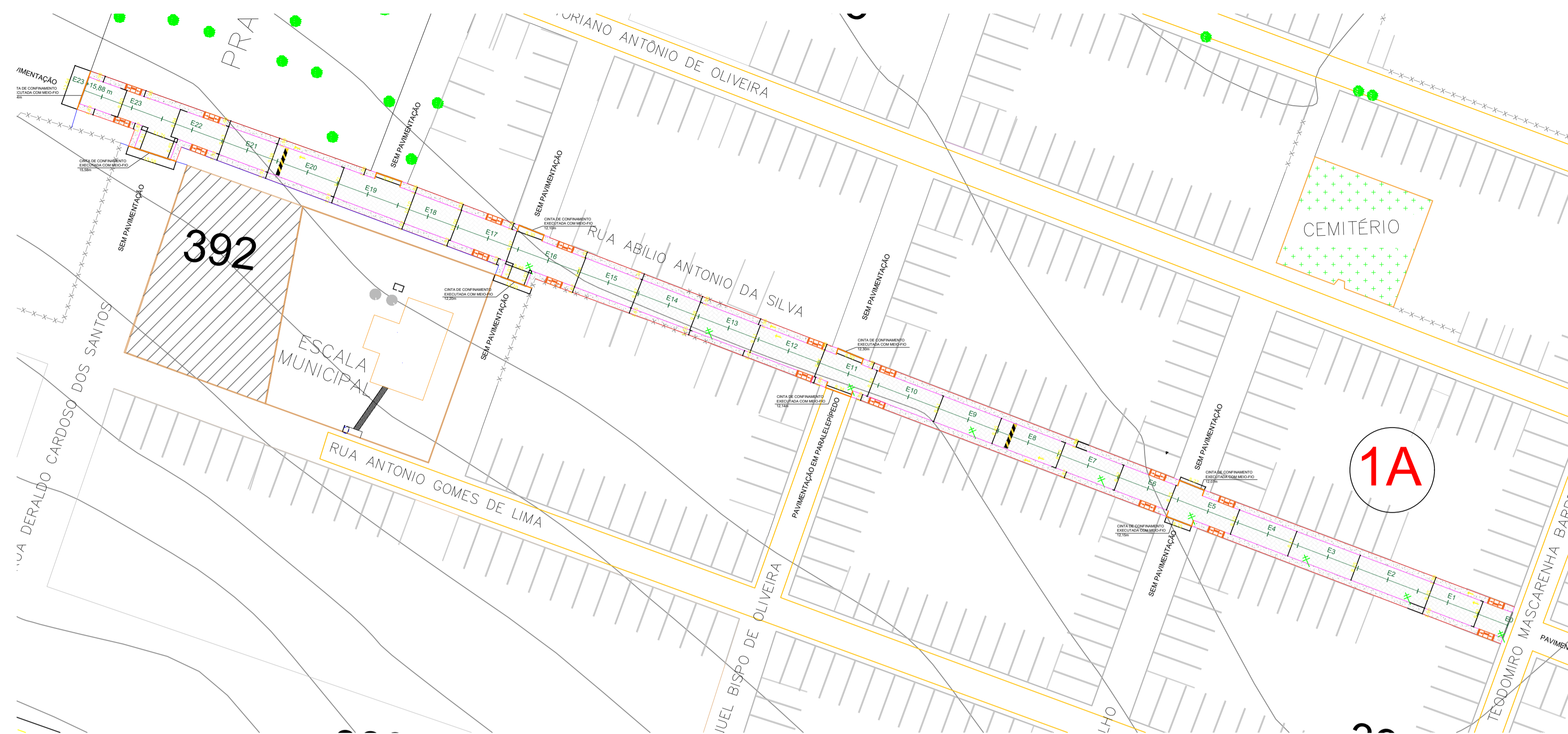
Gessivaldo Carneiro
Eng. Civil
CREA-BA 3000 88946

01	REVISÃO	20/08	GESSIVALDO CARNEIRO
00	EMISSÃO INICIAL	28/07	GESSIVALDO CARNEIRO CREA/BA 3000.88946
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	ELABORADO

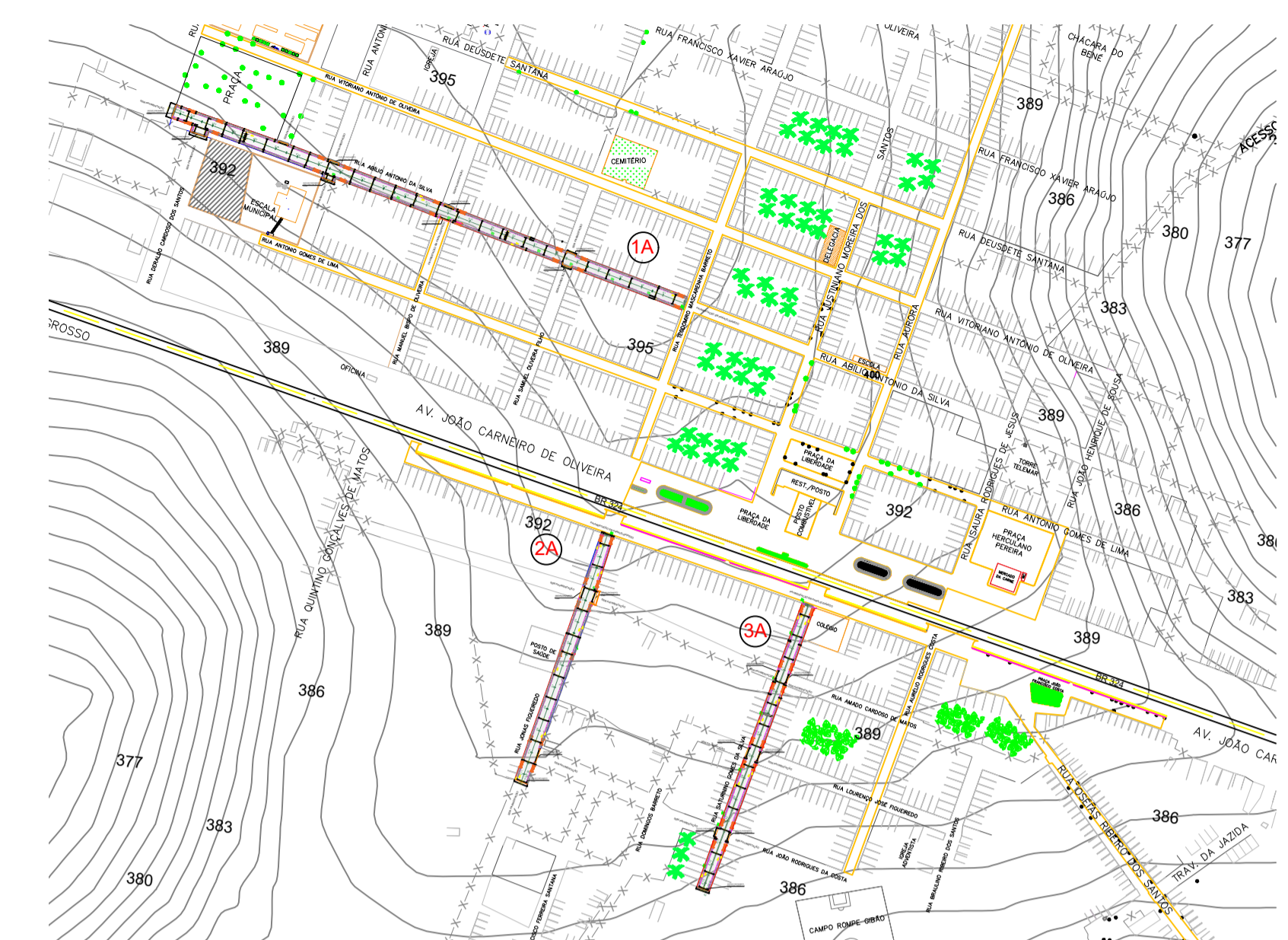


PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOSÉ DO JACUIPE

GESTÃO:	ALBERLAN PERIS MOREIRA DA CUNHA	MUNICÍPIO:	SÃO JOSÉ DO JACUIPE	DATA:	AGOSTO DE 2021
TÍTULO:	PROJETO GEOMÉTRICO DE PAVIMENTAÇÃO	FOLHA:	04/10	20/08	
LOCAL:	RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA - DISTRITO DE ITATIAIA	FORMATO:	A1		
ESCALA:	1:700	RESP. TÉCNICO E PROJETO:	ENG. GESSIVALDO OLIVEIRA CARNEIRO CREA/BA: 30000.88946	PROJETO:	PERFIL LONGITUDINAL



1 PLANTA DE PAVIMENTAÇÃO RUA ABÍLIO ANTÔNIO DA SILVA



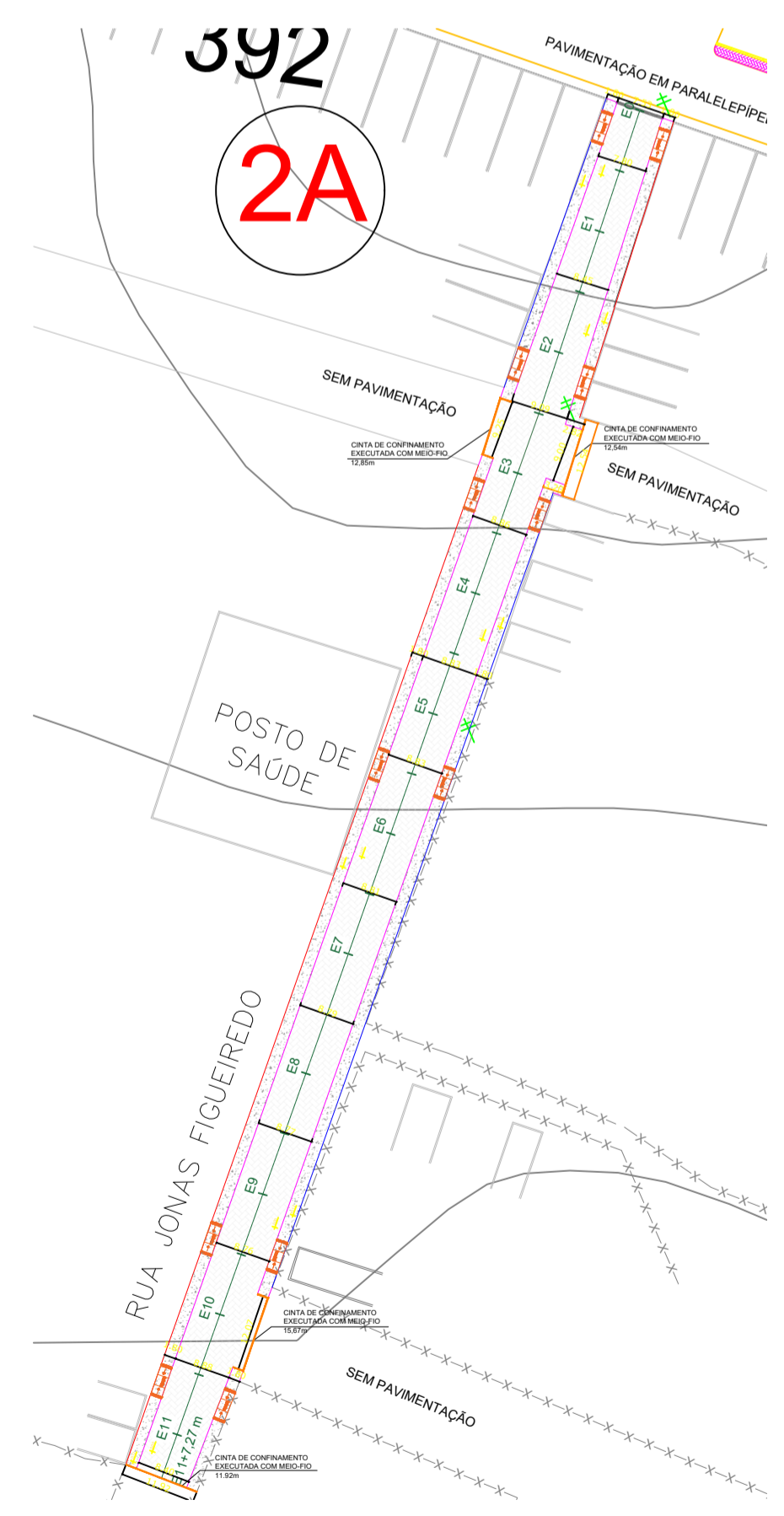
4 PLANTA CHAVE

LEGENDA

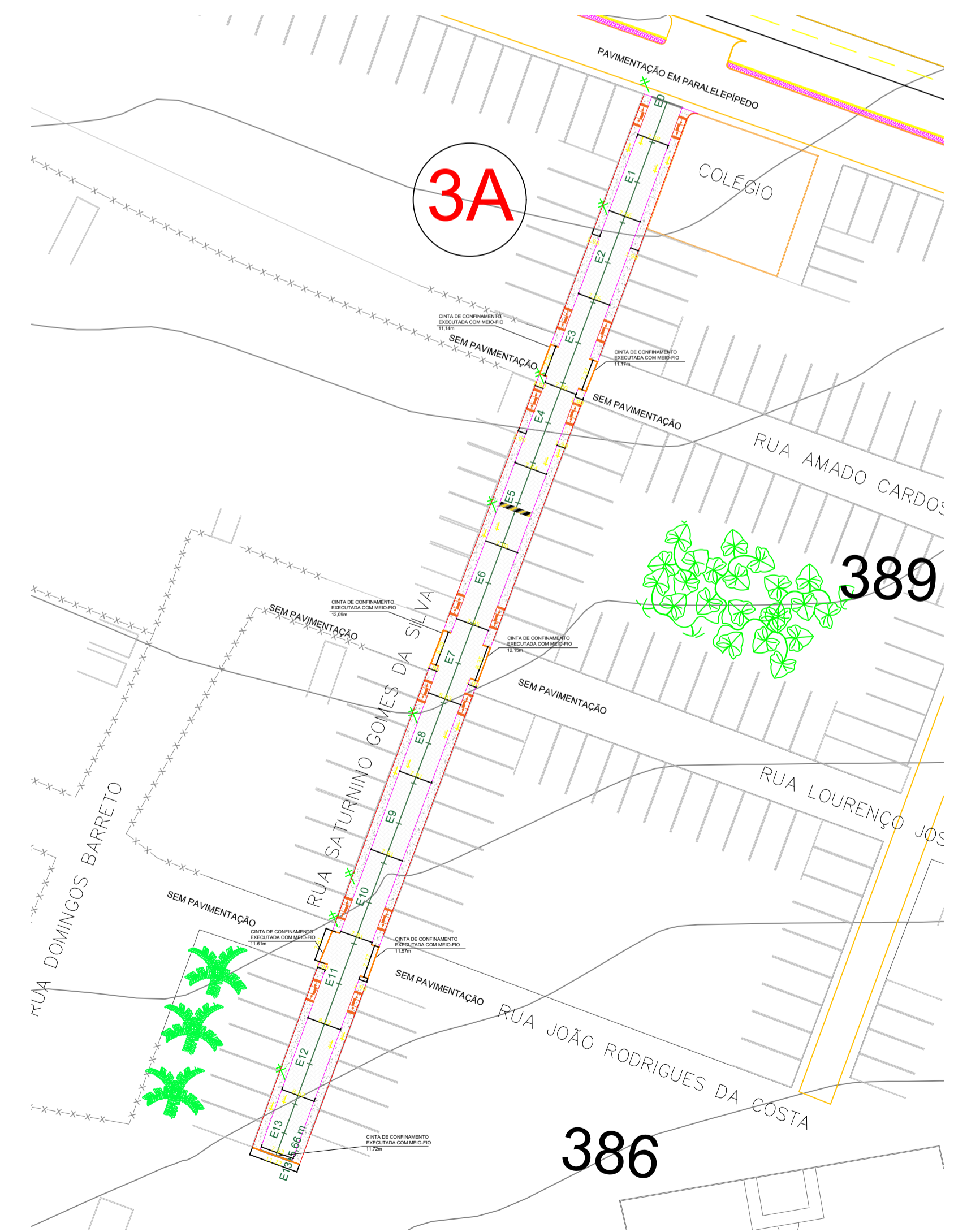
- BORDA DA RUA
- BORDA DO PASSEIO
- MUDANÇA DE LARGURA DE RUA
- E0 — E1
- POSTE
- LOMBADA
- ÁRVORE EXISTENTE
- CALÇADA EM CONCRETO
- CINTA DE CONFINAMENTO
- CALÇADA EM CONCRETO
- PAVIMENTAÇÃO EM PARALELO
- LOGRADOUROS PAVIMENTADOS
- LOGRADOUROS NÃO PAVIMENTADOS
- RAMPAS DE ACESSO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE)

QUADRO DE VIAS

RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA							
COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	CONTENÇÃO COM MEIO FIO	LARGURA	ÁREA	ÁREA
	MÉDIA	PAVIMENTADA			PASSEIO	PASSEIO	RAMPAS
475,88	8,93	4473,76	895,65	113,25	1,88	1510,1529	172,584
RUA JONAS FIGUEIREDO							
COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	CONTENÇÃO COM MEIO FIO	LARGURA	ÁREA	ÁREA
	MÉDIA	PAVIMENTADA			PASSEIO	PASSEIO	RAMPAS
227,27	8,69	2045,64	430,24	52,98	1,8	664,272	110,16
RUA SATURNINO GOMES DA SILVA							
COMPRIMENTO	LARGURA	ÁREA	M.FIO	CONTENÇÃO COM MEIO FIO	LARGURA	ÁREA	ÁREA
	MÉDIA	PAVIMENTADA			PASSEIO	PASSEIO	RAMPAS
265,66	7,87	2177,85	484,39	81,45	1,9	784,681	135,66



2 PLANTA DE PAVIMENTAÇÃO RUA JONAS FIGUEIREDO



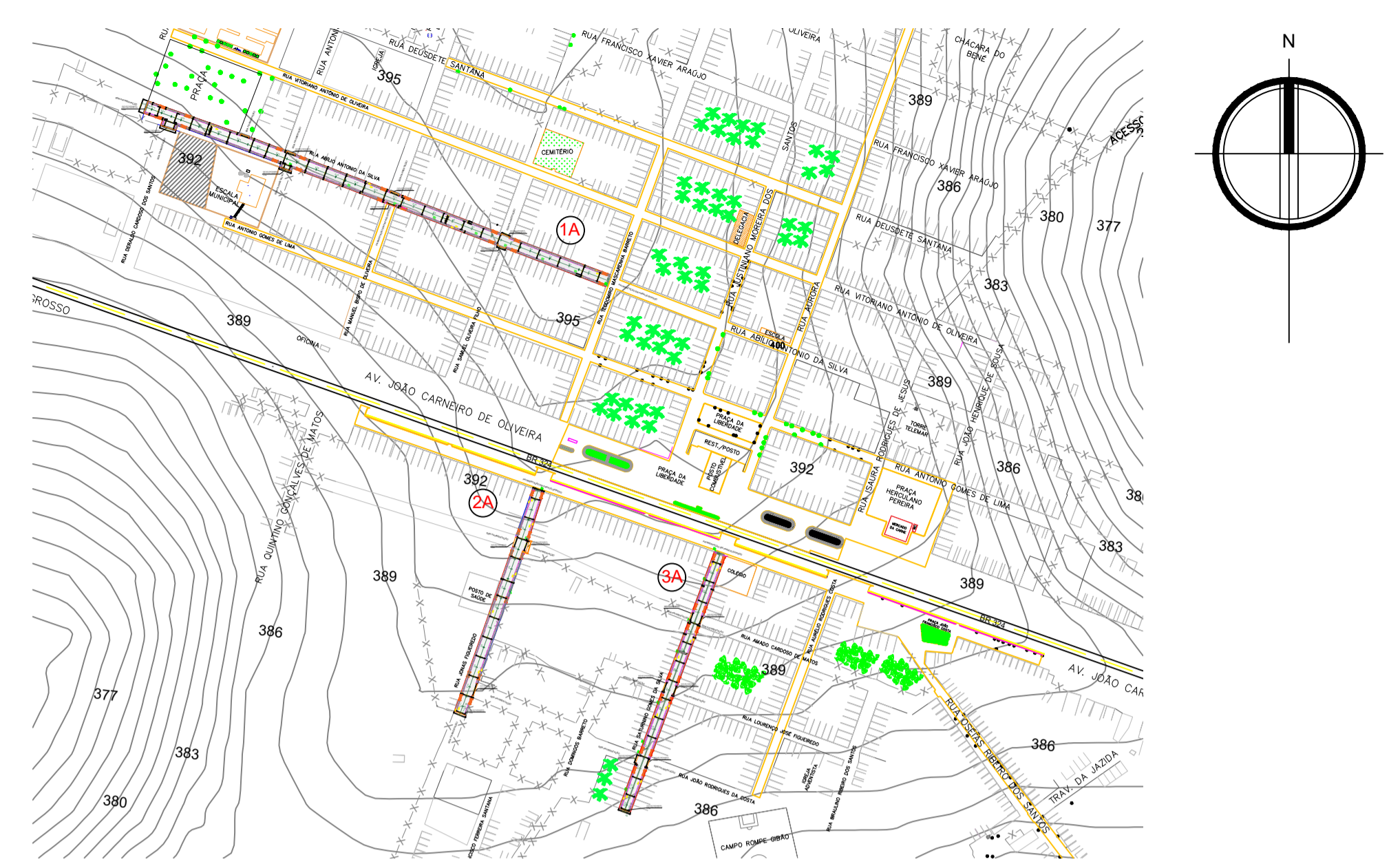
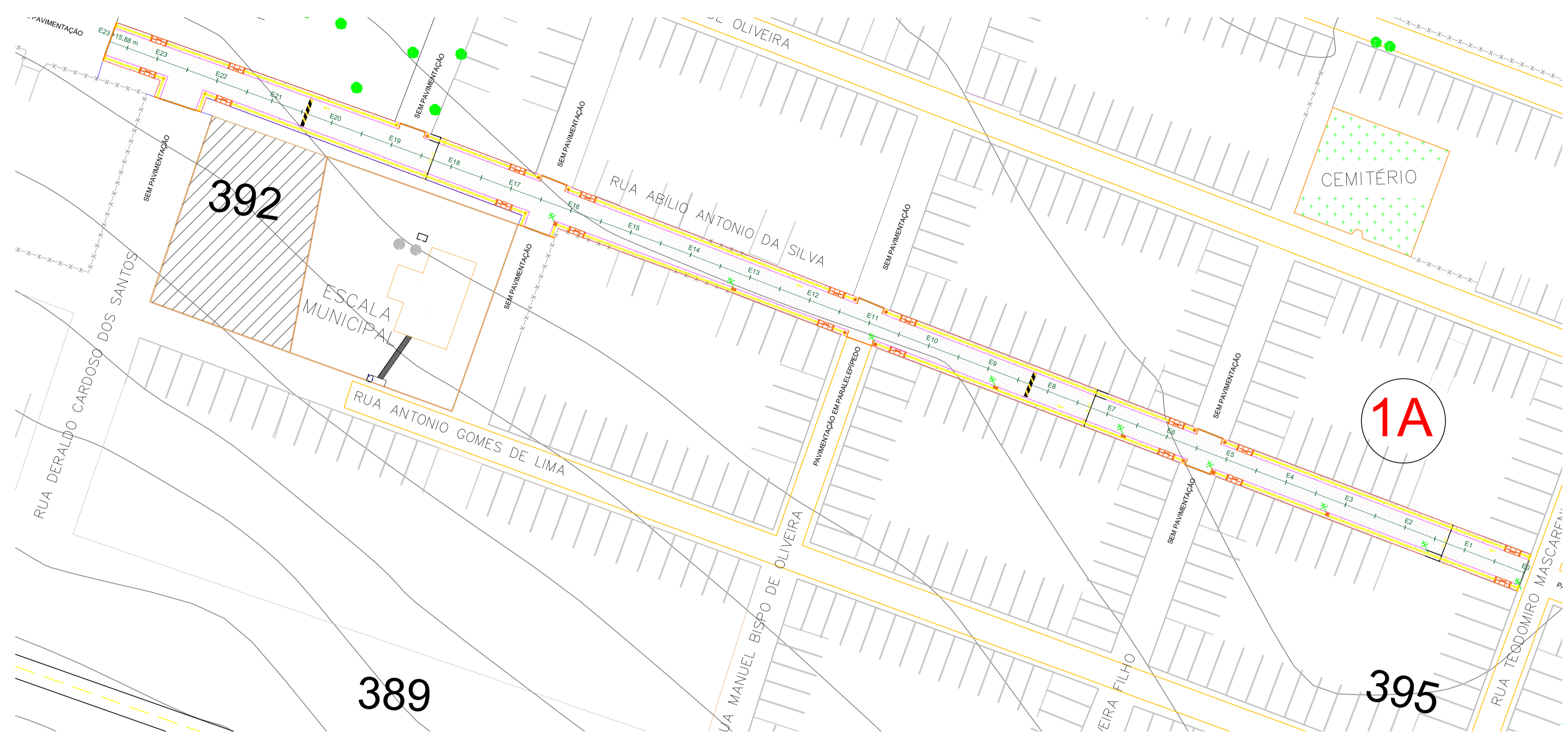
3 PLANTA DE PAVIMENTAÇÃO RUA SATURNINO GOMES DA SILVA

Gessivaldo Carneiro
Eng. Civil
CREA-BA 3000 84946

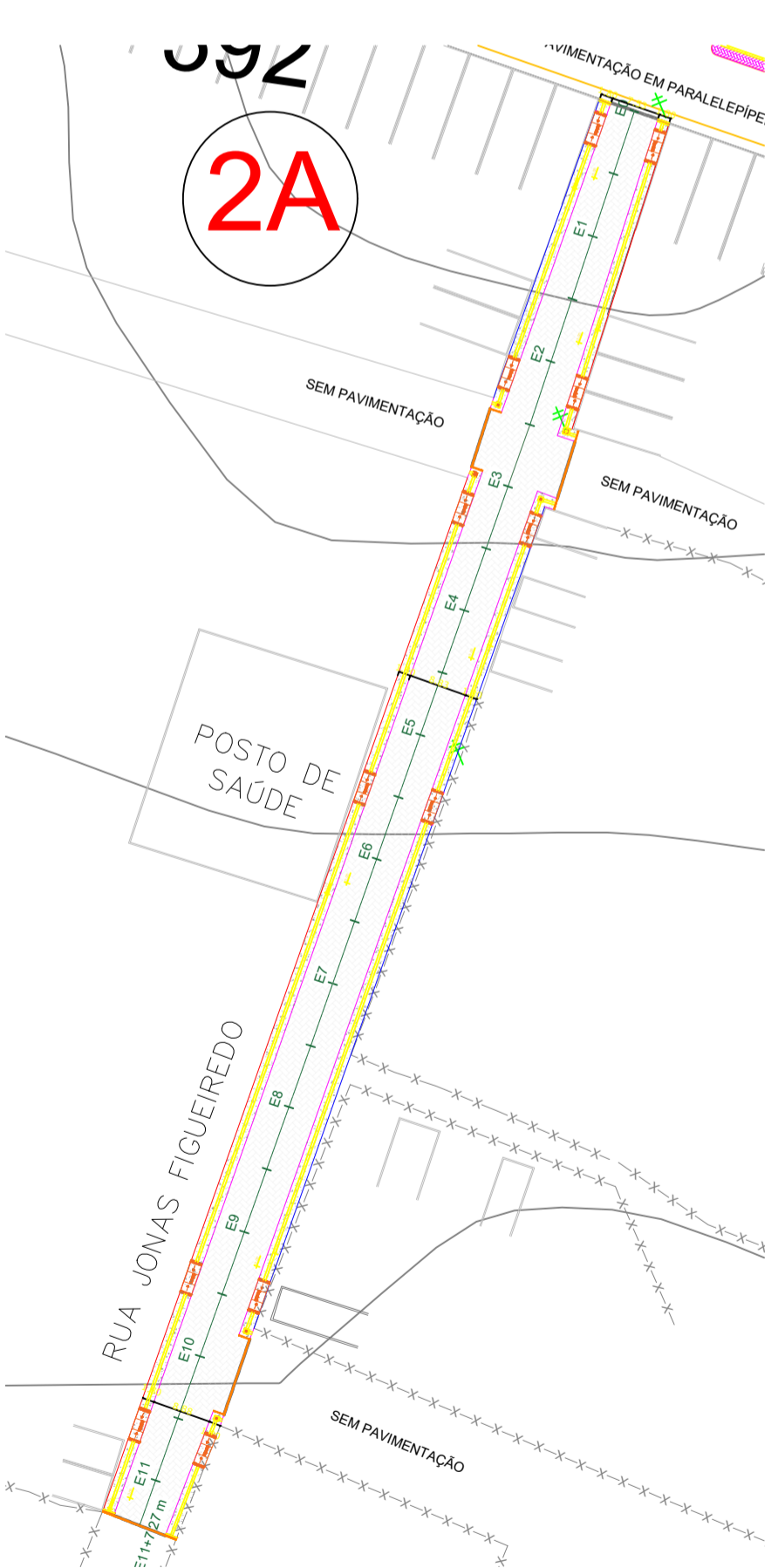
02	REORGANIZAÇÃO DE FRANCHA E ADIÇÃO DE INFORMAÇÕES	13/12	GESSIVALDO CARNEIRO
01	REVISÃO	20/08	GESSIVALDO CARNEIRO
00	EMIÇÃO INICIAL	28/07	GESSIVALDO CARNEIRO CREA/BA 3000.88946
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	ELABORADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE

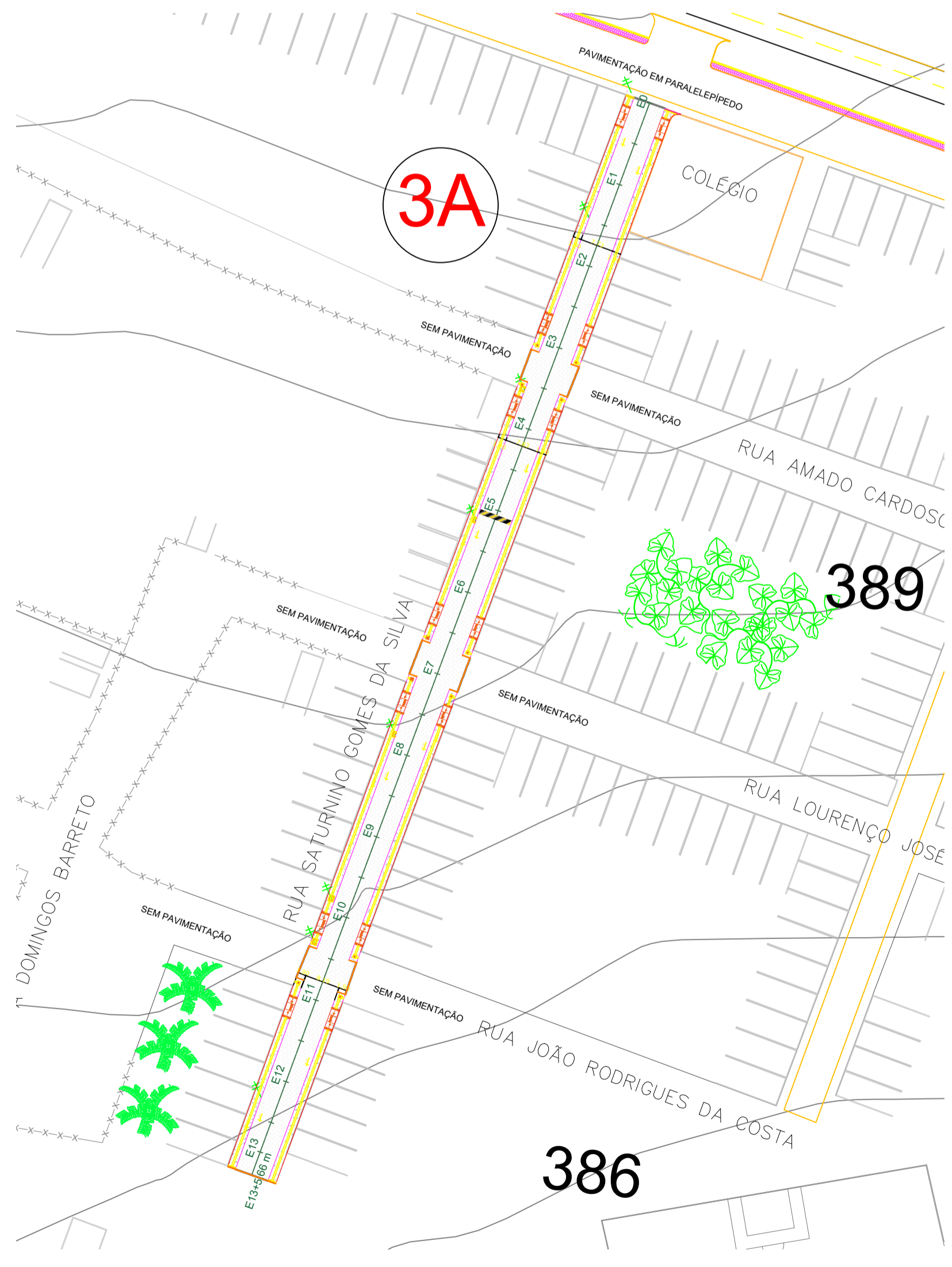
GESTÃO: ALBERLAN PERIS MOREIRA DA CUNHA	MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO JACUIPE	DATA: AGOSTO DE 2021
TÍTULO: PROJETO GEOMÉTRICO DE PAVIMENTAÇÃO	FOLHA: 05/10	20/08
LOCAL: RUAS JONAS FIGUEIREDO, ABÍLIO ANTONIO DA SILVA E SATURNINO GOMES DA SILVA - DISTRITO DE ITAÍTAIA	FORMATO: A1	
ESCALA: 1:1500	PROJETO: ENG. GESSIVALDO OLIVEIRA CARNEIRO CREA/BA: 30000.88946	PLANTA DE PAVIMENTAÇÃO



1 PLANTA DE ACESSIBILIDADE RUA ABÍLIO ANTÔNIO DA SILVA
1:25000



2 PLANTA DE ACESSIBILIDADE RUA JONAS FIGUEIREDO
1:10000

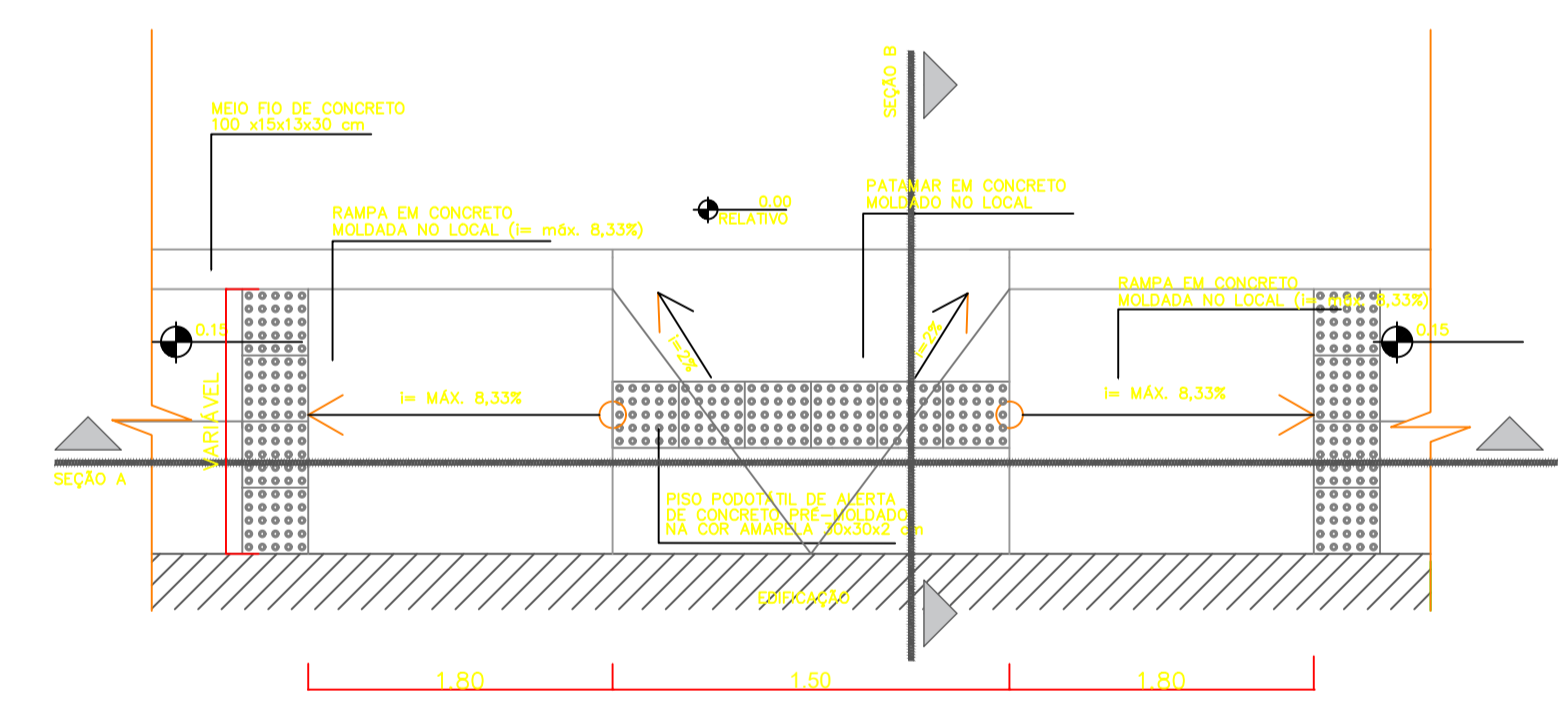


3 PLANTA DE ACESSIBILIDADE RUA SATURNINO GOMES DA SILVA
1:10000

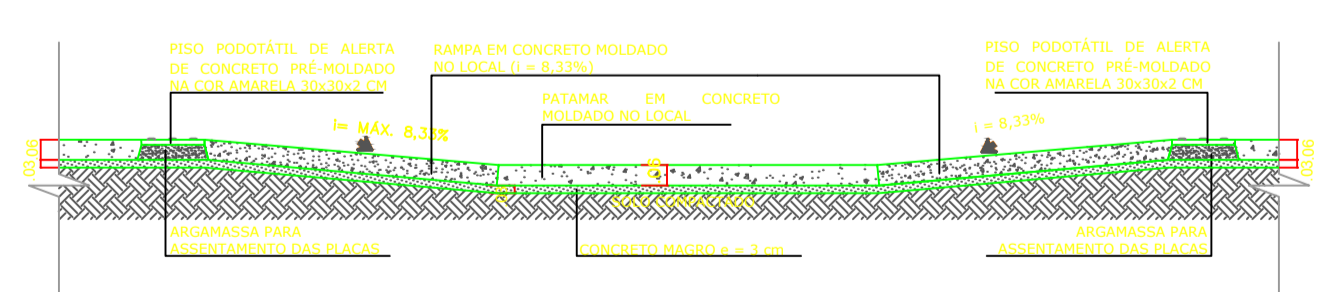
4 PLANTA CHAVE
1:25000

LEGENDA

- BORDA DA RUA
- BORDA DO PASSEIO
- MUDANÇA DE LARGURA DE RUA
- EIXO DA VIA - ESTAQUEAMENTO
- PISO TÁTIL
- POSTE
- LOMBADA
- CALÇADA EM CONCRETO
- CALÇADA EM CONCRETO
- PAVIMENTAÇÃO EM PARALELO
- LOGRADOUROS PAVIMENTADOS
- LOGRADOUROS NÃO PAVIMENTADOS
- RAMPAS DE ACESSO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE)
- CINTA DE CONFINAMENTO



5 PLANTA BAIXA RAMPA ACESSIBILIDADE
1:50000



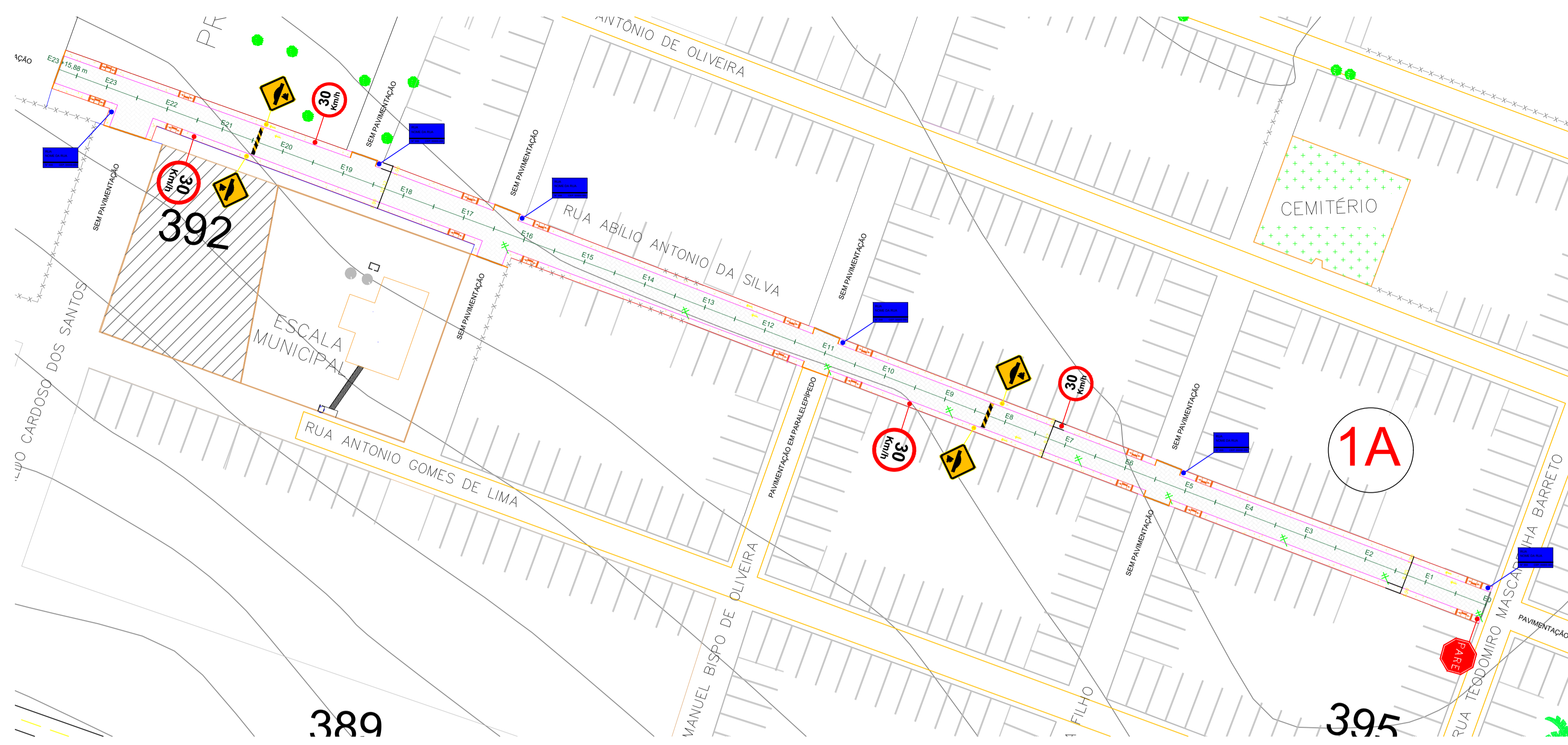
6 SEÇÃO A
1:50000

7 SEÇÃO B
1:50000

Gessivaldo Carneiro
Eng. Civil
CREA-BA 3000 88946

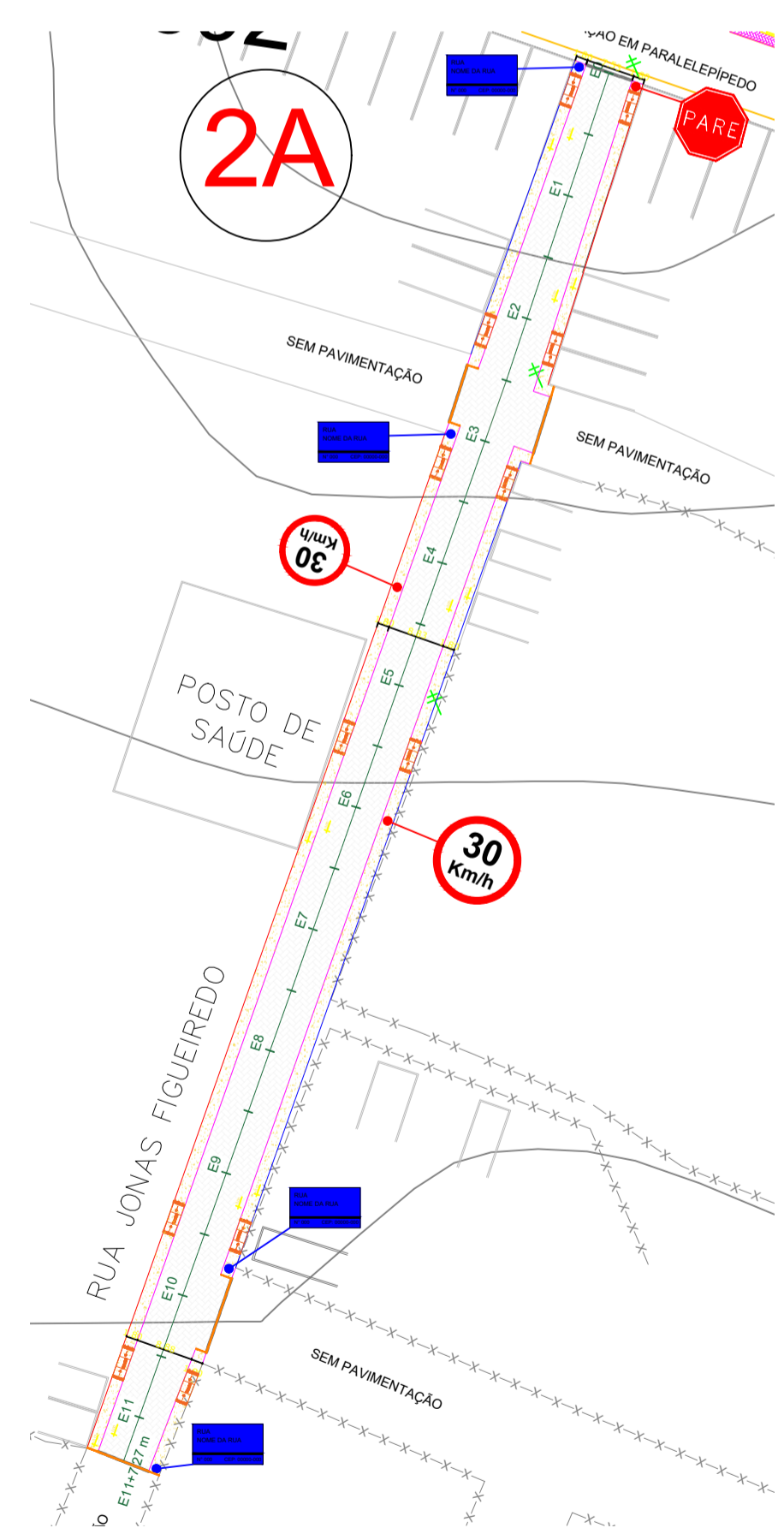
02	REORGANIZAÇÃO DE PRANCHA E ADIÇÃO DE INFORMAÇÕES	13/12	GESSIVALDO CARNEIRO
01	REVISÃO	20/08	GESSIVALDO CARNEIRO
00	EMIÇÃO INICIAL	28/07	GESSIVALDO CARNEIRO CREA/BA 3000.88946
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	ELABORADO

		PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE	
		GESTÃO: ALBERLAN PERIS MOREIRA DA CUNHA TÍTULO: PROJETO GEOMÉTRICO DE PAVIMENTAÇÃO LOCAL: RUAS JONAS FIGUEIREDO, ABÍLIO ANTONIO DA SILVA E SATURNINO GOMES DA SILVA - DISTRITO DE ITATIAIA ESCALA: 1:15000	MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO JACUIPE FOLHA: 07/10 FORMATO: A1 PROJETO: PLANTA DE ACESSIBILIDADE



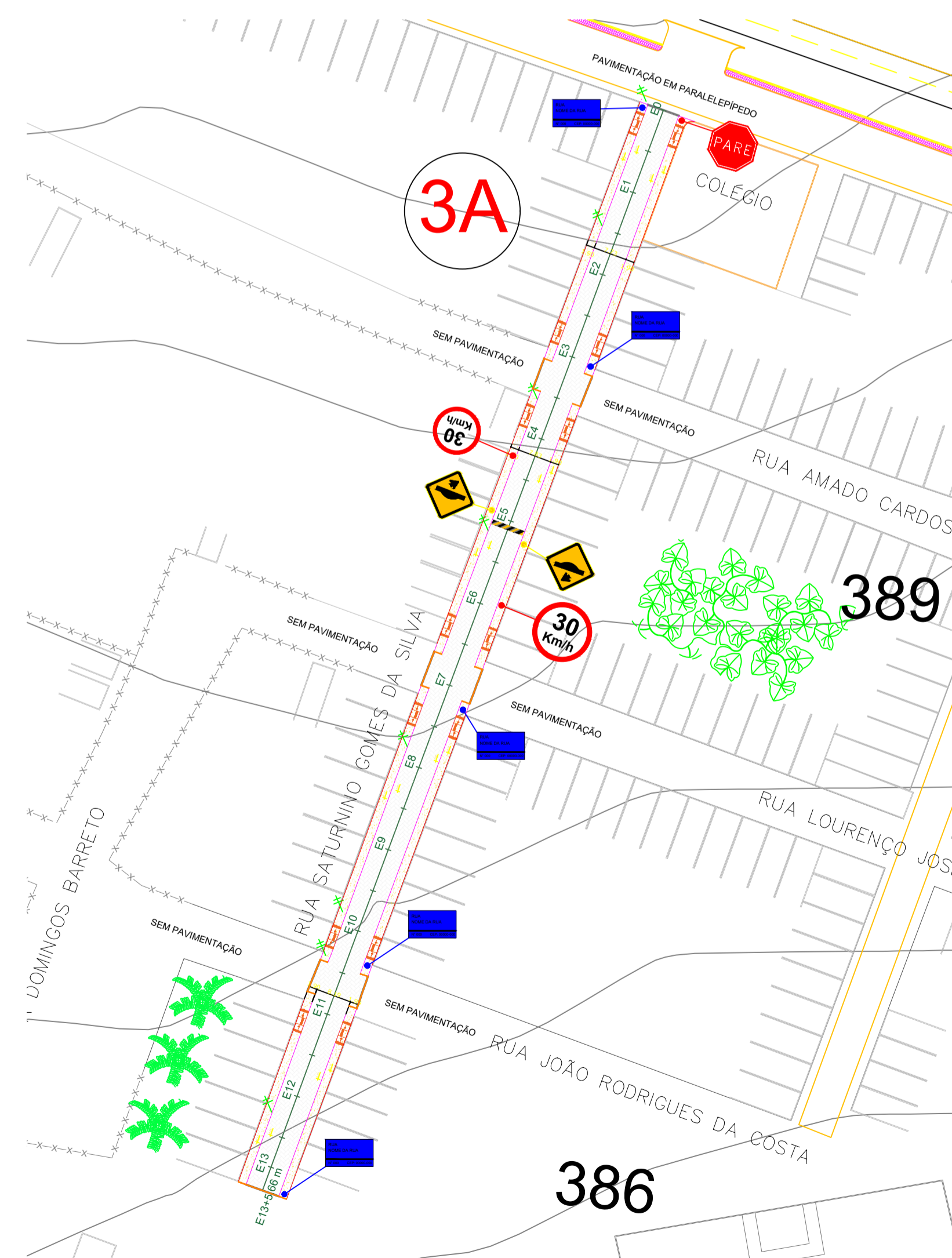
1 PLANTA DE SINALIZAÇÃO RUA ABÍLIO ANTÔNIO DA SILVA

1/21000



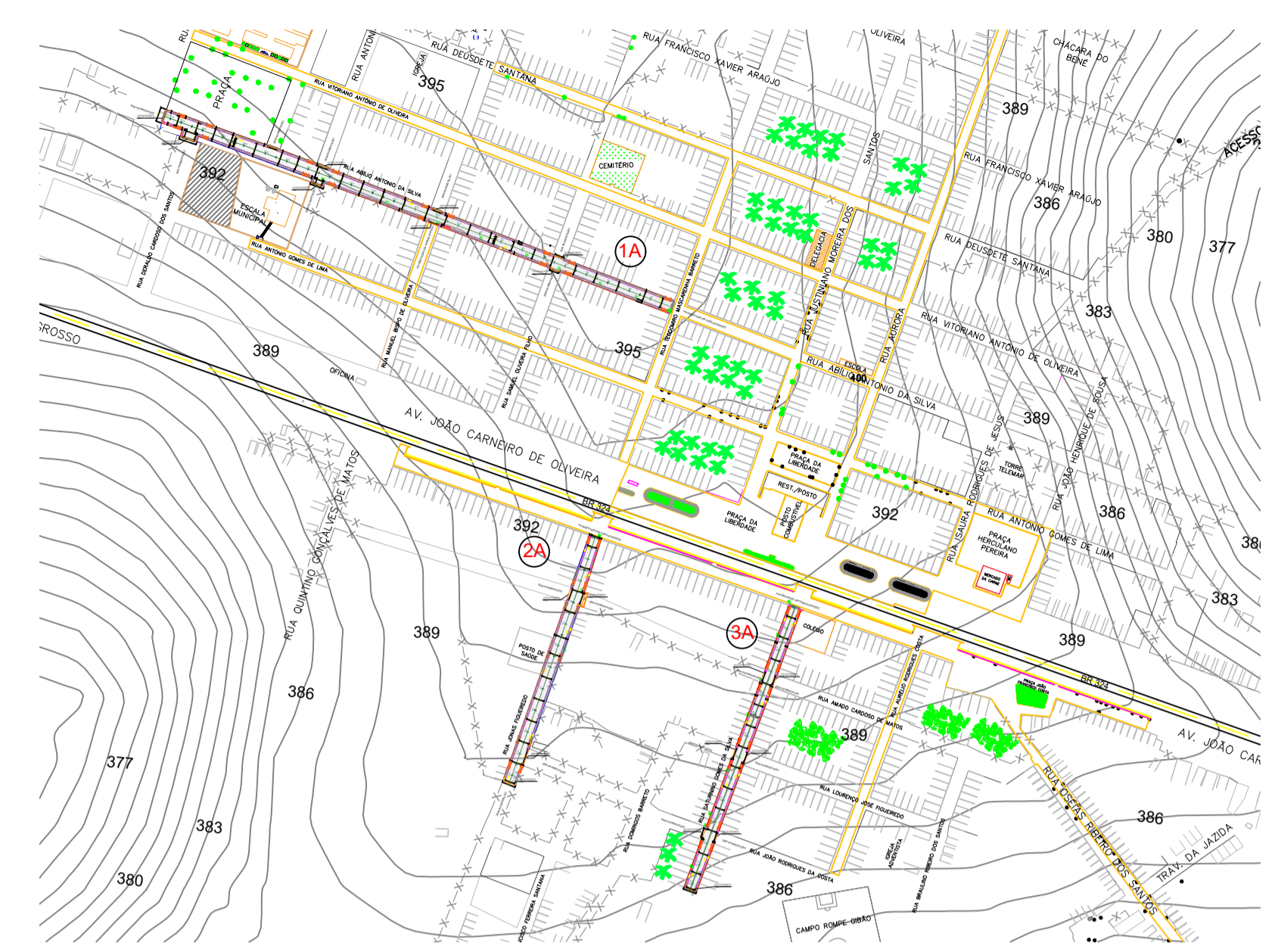
2 PLANTA DE SINALIZAÇÃO RUA JONAS FIGUEIREDO

1/21000



3 PLANTA DE SINALIZAÇÃO RUA SATURNINO GOMES DA SILVA

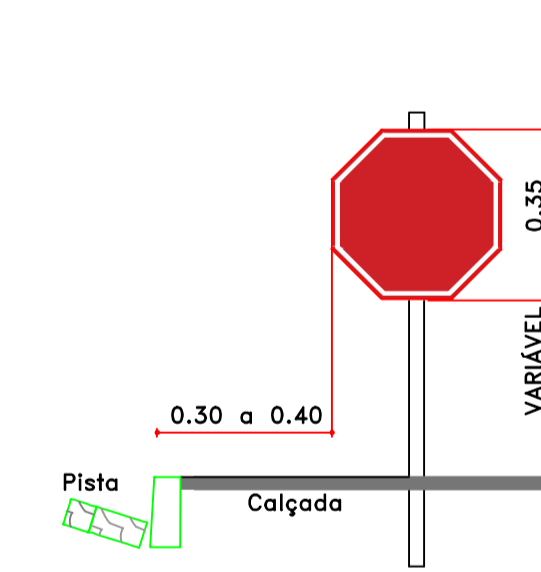
1/21000



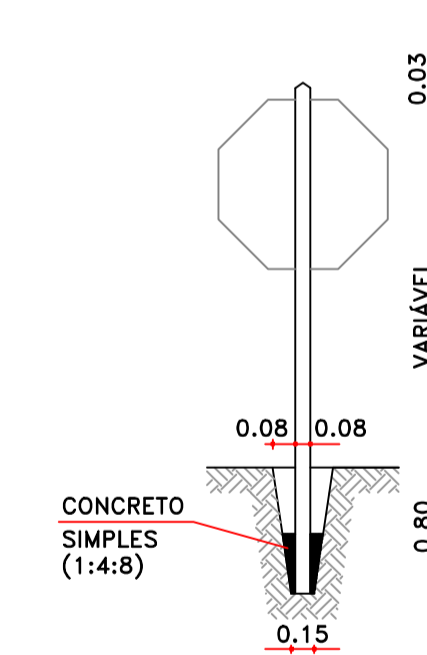
4 PLANTA CHAVE

1/75000

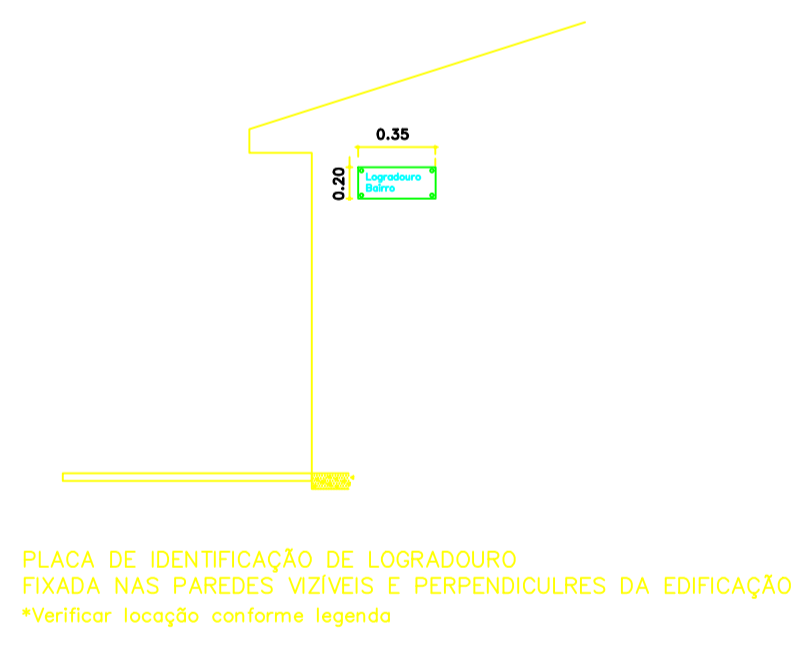
PLACAS	QUANTIDADE
PARADA OBRIGATÓRIA	03
SINALIZAÇÃO VERTICAL DE LOMBADA	06
VELOCIDADE MÁXIMA	08
PLACA COM IDENTIFICAÇÃO DAS RUAS	15



5 PLACA DE SINALIZAÇÃO



6 DETALHE CRAÇÃO

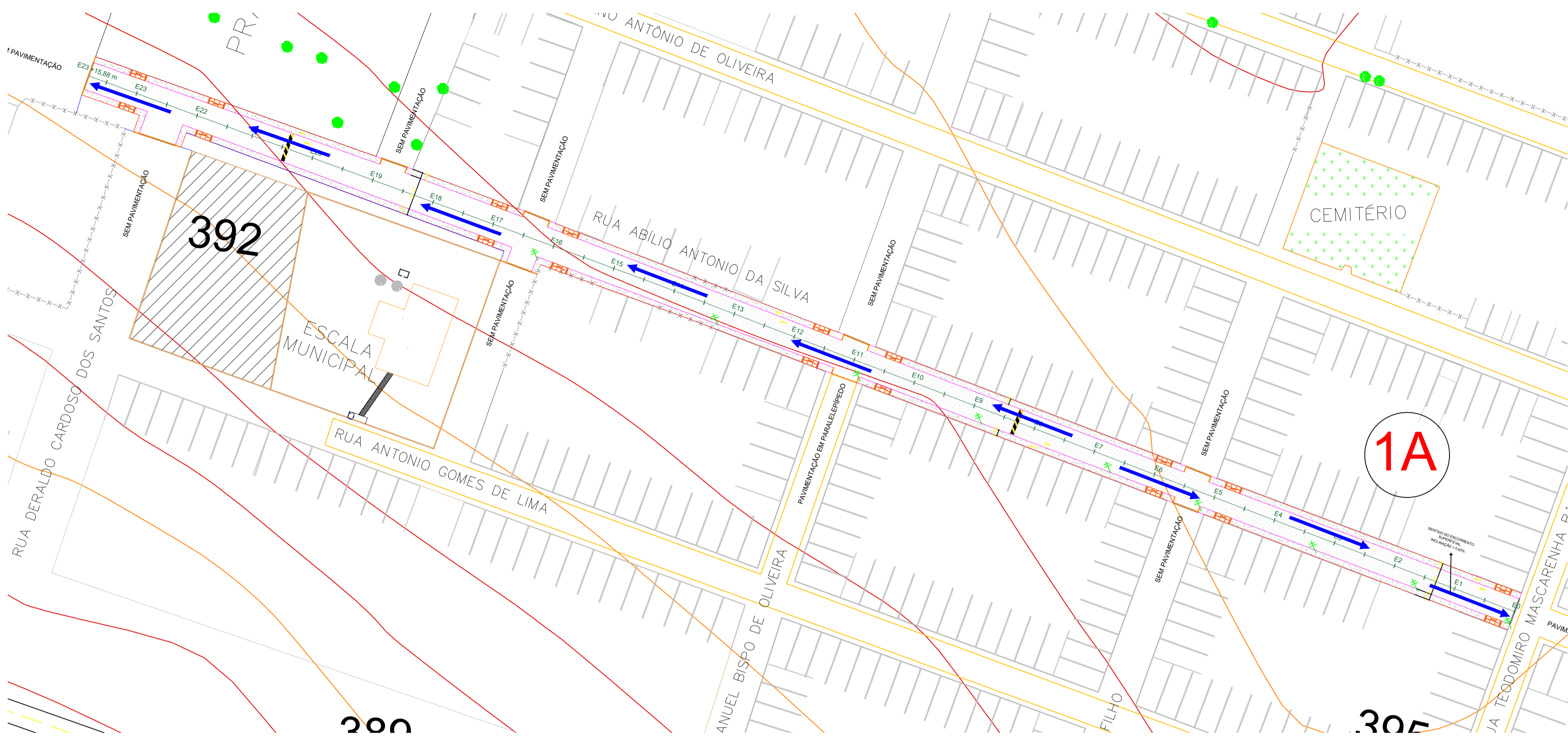


7 PLACA DE LOGRADOURO

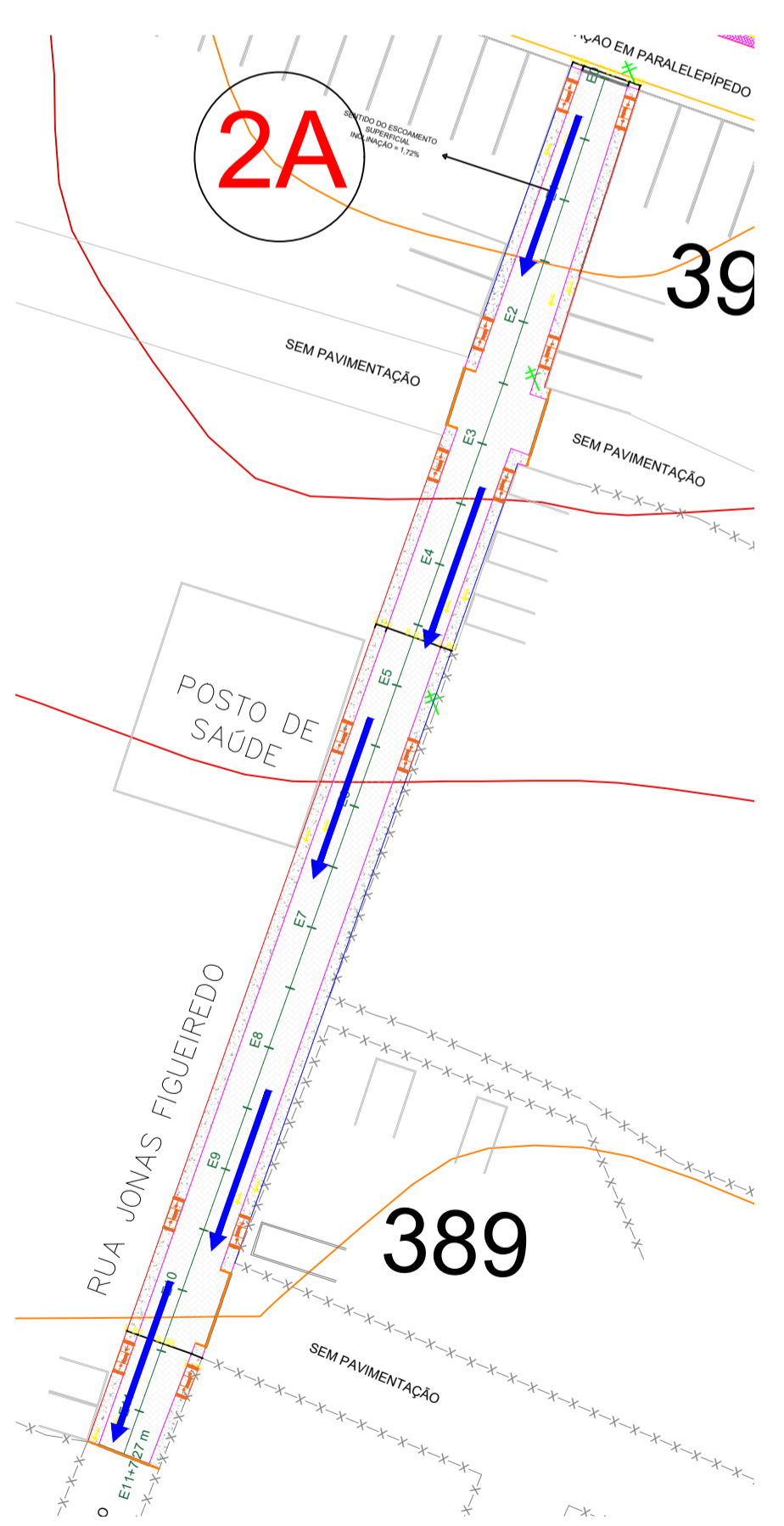
Gessivaldo Carneiro
Eng. CIVIL
CREA-BA 3000 88946

02	REORGANIZAÇÃO DE PRANCHA E ADIÇÃO DE INFORMAÇÕES	13/12	GESSIVALDO CARNEIRO
01	REVISÃO	20/08	GESSIVALDO CARNEIRO
00	EMIÇÃO INICIAL	28/07	GESSIVALDO CARNEIRO CREA/BA 3000.88946
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	ELABORADO

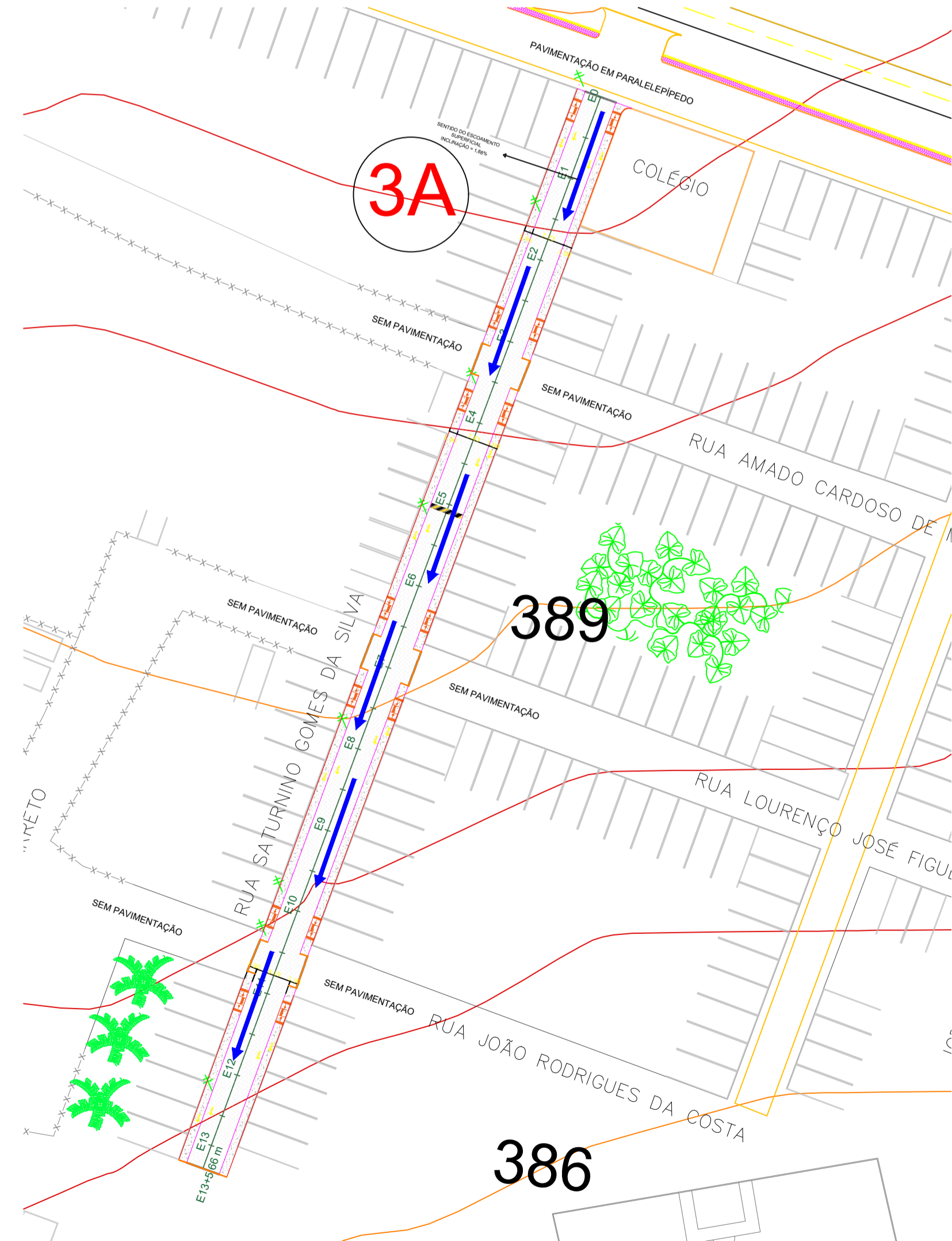
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE		
GESTÃO:	MUNICÍPIO:	DATA:
ALBERLAN PERIS MOREIRA DA CUNHA	SÃO JOSÉ DO JACUIPE	AGOSTO DE 2021
TÍTULO:	FOLHA:	
PROJETO GEOMÉTRICO DE PAVIMENTAÇÃO	06/10	20/08
LOCAL:	FORMATO:	
RUAS JONAS FIGUEIREDO, ABÍLIO ANTONIO DA SILVA E SATURNINO GOMES DA SILVA - DISTRITO DE ITAIIAIA	A1	
ESCALA:	PROJETO:	
1:1600	PLANTA DE SINALIZAÇÃO	



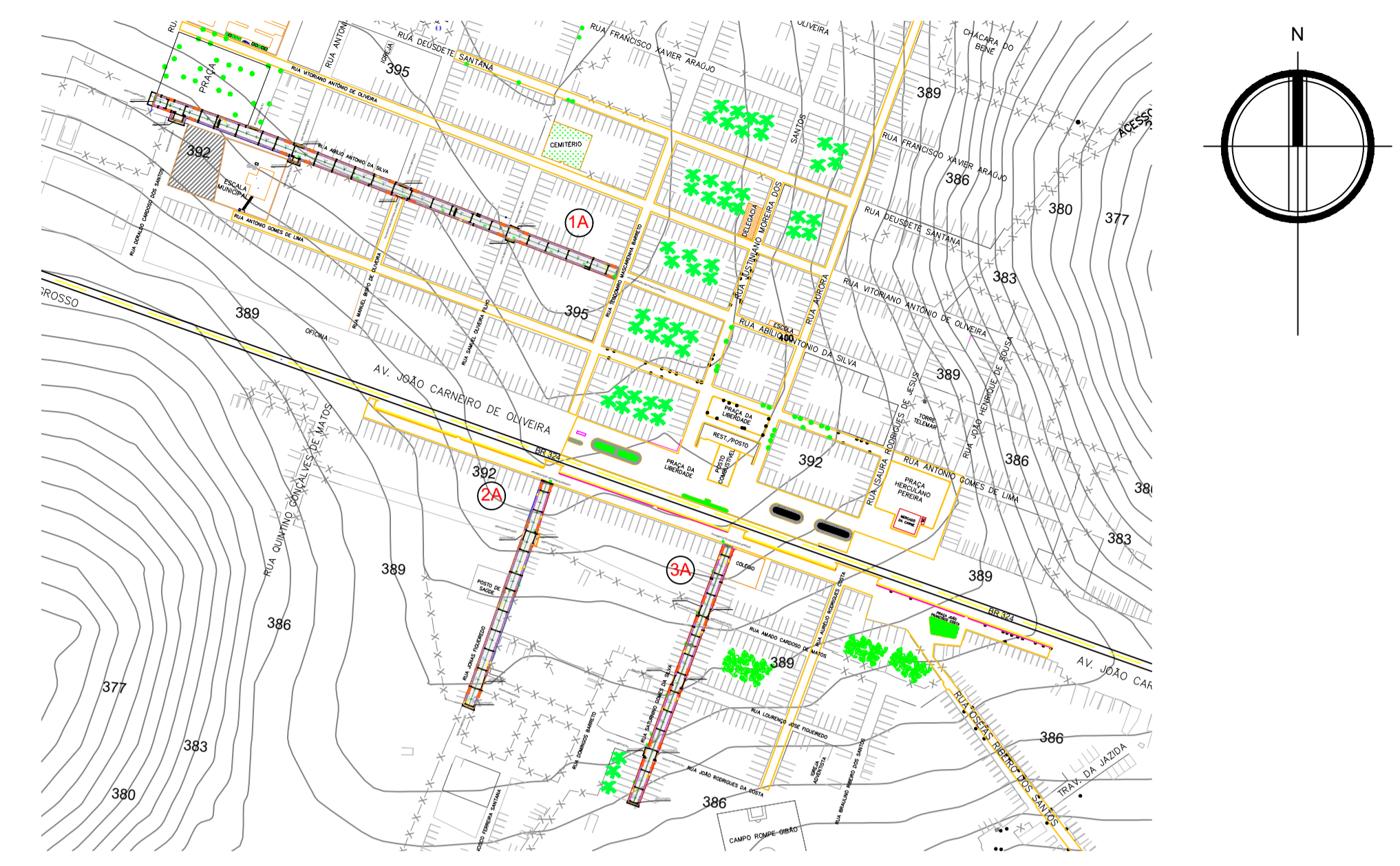
1 PLANTA DE DRENAGEM RUA ABÍLIO ANTÔNIO DA SILVA
1/21000



2 PLANTA DE DRENAGEM RUA JONAS FIGUEIREDO
1/21000



3 PLANTA DE DRENAGEM RUA SATURNINO GOMES DA SILVA
1/21000



4 PLANTA CHAVE
1/5000

LEGENDA

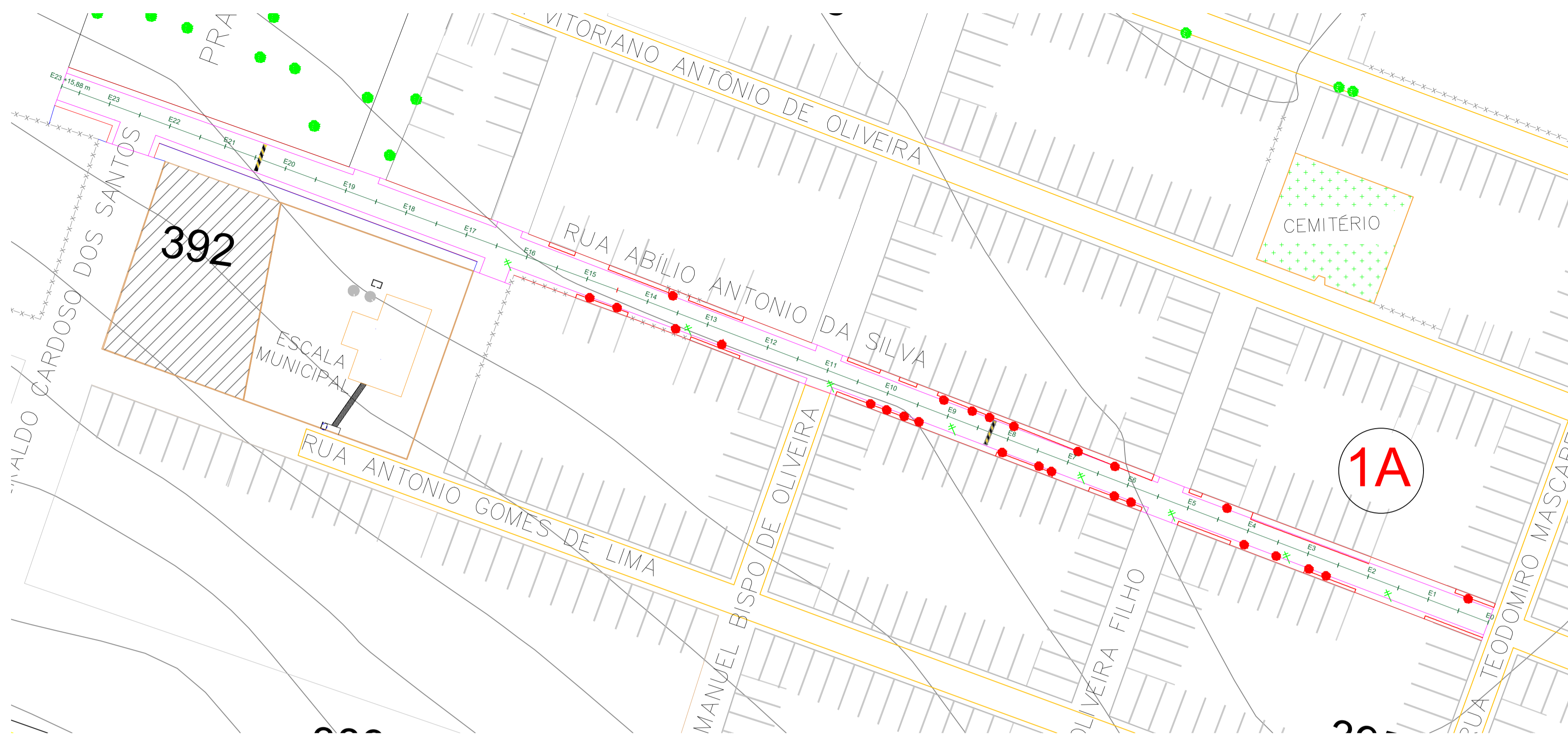
- BORDA DA RUA
- BORDA DO PASSEIO
- MUDANÇA DE LARGURA DE RUA
- EIXO DA VIA - ESTAQUEAMENTO
- POSTE
- LOMBADA
- DIREÇÃO DA DRENAGEM SUPERFICIAL
- CINTA DE CONFINAMENTO
- CALÇADA EM CONCRETO
- CALÇADA EM CONCRETO
- PAVIMENTAÇÃO EM PARALELO
- LOGRADOUROS PAVIMENTADOS
- LOGRADOUROS NÃO PAVIMENTADOS
- RAMPAS DE ACESSO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE)

Gessivaldo Carneiro
Eng. Civil
CREA-BA 3000 81946

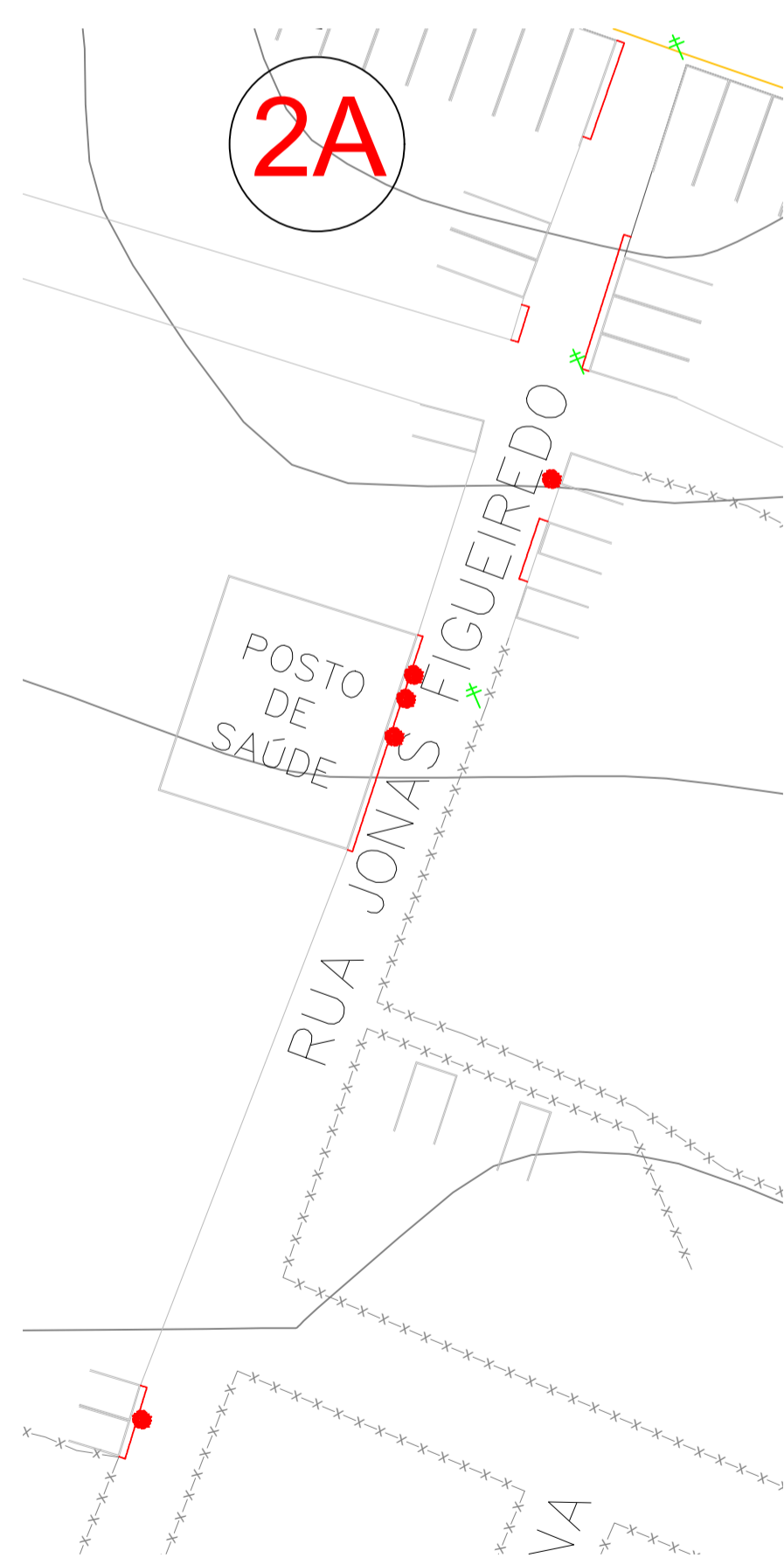
02	REORGANIZAÇÃO DE PRANCHA E ADIÇÃO DE INFORMAÇÕES	13/12	GESSIVALDO CARNEIRO
01	REVISÃO	20/08	GESSIVALDO CARNEIRO
00	EMIÇÃO INICIAL	28/07	GESSIVALDO CARNEIRO CREA/BA 3000.88946
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	ELABORADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE

GESTÃO: ALBERLAN PERIS MOREIRA DA CUNHA	MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO JACUIPE	DATA: AGOSTO DE 2021
TÍTULO: PROJETO GEOMÉTRICO DE PAVIMENTAÇÃO	FOLHA: 08/10	20/08
LOCAL: RUAS JONAS FIGUEIREDO, ABÍLIO ANTÔNIO DA SILVA E SATURNINO GOMES DA SILVA - DISTRITO DE ITAÍAIA	FORMATO: A1	
ESCALA: 1:1500	RESP. TÉCNICO E PROJETO: ENG. GESSIVALDO OLIVEIRA CARNEIRO CREA/BA: 30000.88946	PROJETO: PLANTA DE DRENAGEM SUPERFICIAL



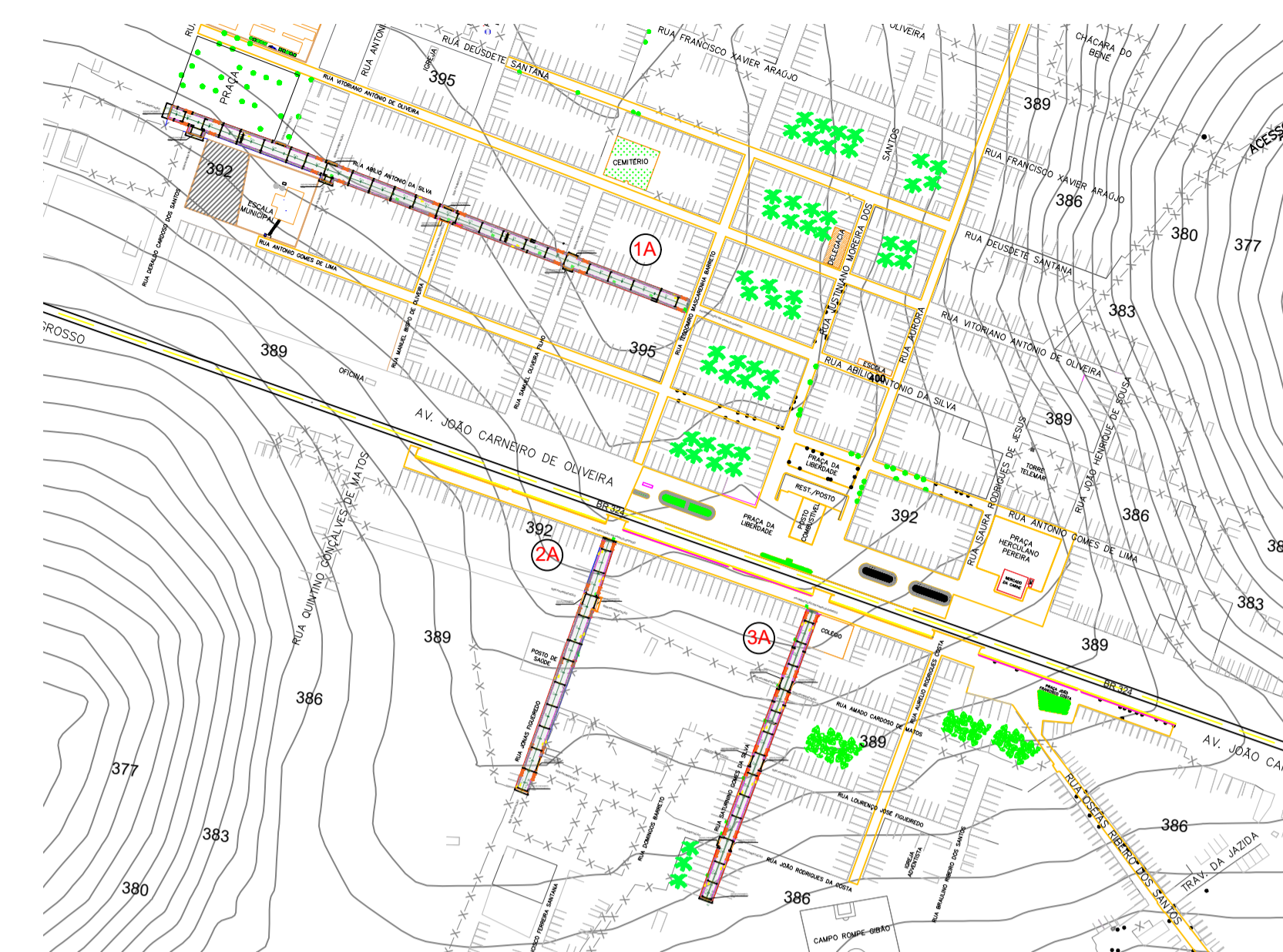
1 PLANTA DE DRENAGEM RUA ABÍLIO ANTÔNIO DA SILVA
1/1500



2 PLANTA DE DRENAGEM RUA JONAS FIGUEIREDO
1/1500



3 PLANTA DE DRENAGEM RUA SATURNINO GOMES DA SILVA
1/1500



4 PLANTA CHAVE
1/25000

LEGENDA

- BORDA DA RUA
- BORDA DO PASSEIO
- + POSTE
- DEMOLIÇÃO DE CALÇADA
- LOGRADOUROS PAVIMENTADOS
- LOGRADOUROS NÃO PAVIMENTADOS
- ✿ REMOÇÃO DE ÁRVORE


QUADRO DE ÁREAS DE DEMOLIÇÃO

DEMOLIÇÃO RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA	
ÁREA TOTAL	473,4187m ²
DEMOLIÇÃO RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA	
ÁREA TOTAL	99,06270m ²
DEMOLIÇÃO RUA ABÍLIO ANTONIO DA SILVA	
ÁREA TOTAL	336,6917m ²

ÁVORES A SEREM SUPRIMIDAS

QUANTIDADE	63,00
------------	-------

Gessivaldo Carneiro
Eng. Civil
CREA-BA 3000 88946

02	REORGANIZAÇÃO DE PRANCHA E ADIÇÃO DE INFORMAÇÕES	13/12	GESSIVALDO CARNEIRO
01	REVISÃO	20/08	GESSIVALDO CARNEIRO
00	EMIÇÃO INICIAL	28/07	GESSIVALDO CARNEIRO CREA/BA 3000.88946
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	ELABORADO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE			
GESTÃO:	ALBERLAN PERIS MOREIRA DA CUNHA	MUNICÍPIO:	SÃO JOSÉ DO JACUIPE
TÍTULO:	PROJETO GEOMÉTRICO DE PAVIMENTAÇÃO	FOLHA:	09/10
LOCAL:	RUAS JONAS FIGUEIREDO, ABÍLIO ANTONIO DA SILVA E SATURNINO GOMES DA SILVA - DISTRITO DE ITAÍLIA	FORMATO:	A1
ESCALA:	1:1500	PROJETO:	PLANTA DE DEMOLIÇÃO
	RES: TÉCNICO E PROJETO		
	ENG. GESSIVALDO OLIVEIRA CARNEIRO CREA/BA: 30000.88946		
		DATA:	AGOSTO DE 2021
			20/08

